



PROFHISTÓRIA

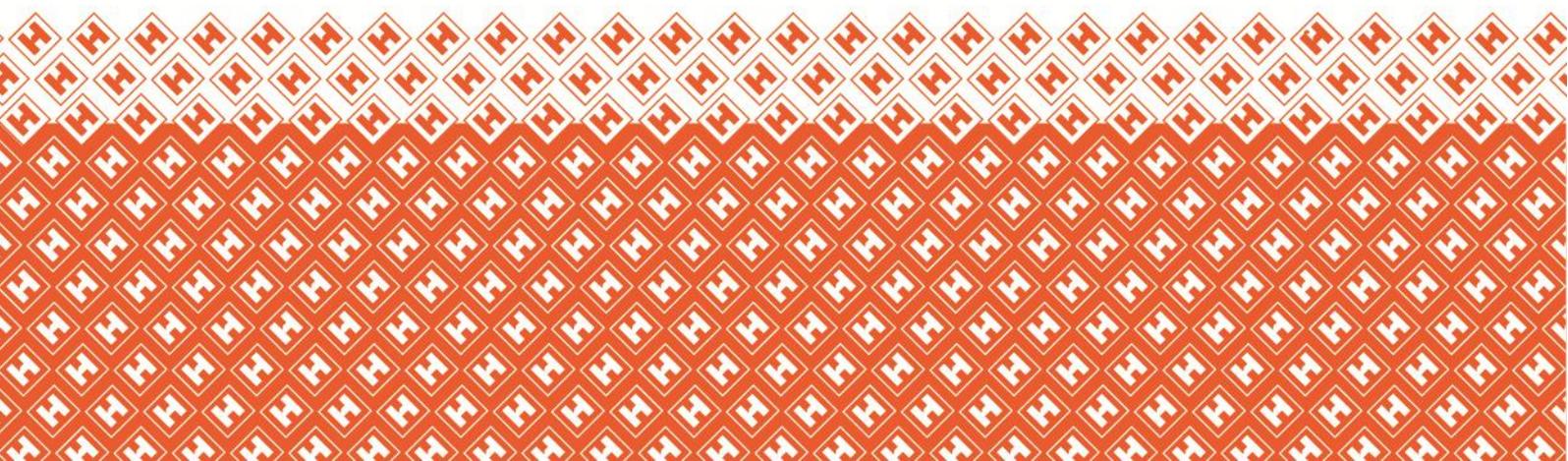
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

FRANCISCO LOPES DA SILVA

**O ENSINO DE HISTÓRIA E A
EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA:
UMA PROPOSTA DE UMA
SEQUÊNCIA DIDÁTICA A PARTIR
DO USO DE IMAGENS**

Universidade Estadual do Paraná – Unespar

Setembro / 2024



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
NÍVEL DE MESTRADO PROFISSIONAL – PROFHISTÓRIA**

FRANCISCO LOPES DA SILVA

**O ENSINO DE HISTÓRIA E A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA:
PROPOSTA DE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA A PARTIR DO USO DE
IMAGENS**

**CAMPO MOURÃO – PR
ANO 2024**

FRANCISCO LOPES DA SILVA

**O ENSINO DE HISTÓRIA E A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA:
PROPOSTA DE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA A PARTIR DO USO DE
IMAGENS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, nível de Mestrado Profissional, da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Ensino de História

Linha de Pesquisa: Saberes Históricos nos espaços escolares.

Orientador(a): Dr. Ricardo Tadeu Caires Silva.

**CAMPO MOURÃO – PR
2024**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Lopes da Silva, Francisco

O Ensino de História e a Educação Antirracista: Proposta de uma Sequência Didática a partir do uso de imagens / Francisco Lopes da Silva. -- Campo Mourão-PR, 2024.

157 f.: il.

Orientador: Ricardo Tadeu Caires Silva.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História) -- Universidade Estadual do Paraná, 2024.

1. Ensino de História. 2. Racismo Estrutural. 3. Antirracismo. 4. Imagens. I - Tadeu Caires Silva, Ricardo (orient). II - Título.

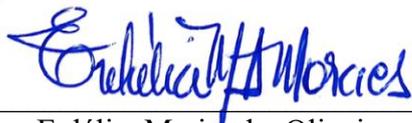
FRANCISCO LOPES DA SILVA

**O ENSINO DE HISTÓRIA E A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: PROPOSTA DE
UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA A PARTIR DO USO DE IMAGENS**

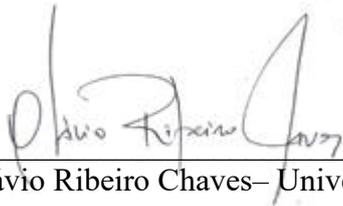
BANCA EXAMINADORA



Dr. Ricardo Tadeu Caires Silva (Orientador) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – ProfHistória/Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR.



Dra. Eulália Maria de Oliveira - Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – ProfHistória/Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR.



Dr. Otávio Ribeiro Chaves– Universidade Estadual do Mato Grosso – UNEMAT.

Data de Aprovação

11/09/2024

Campo Mourão – PR

DEDICATÓRIA

Dedico essa dissertação à memória da Dona Madalena Lopes da Silva, minha mãe, que infelizmente fez a passagem ano passado. Uma baiana de Poções que constituiu sua família no Paraná e, mesmo não tendo oportunidade de frequentar uma escola, sabia da importância da educação para os seus filhos. Na primeira semana de aula da primeira série, em 1985, guardou um dinheirinho para ser a primeira mãe de aluno daquela turma a adquirir a cartilha da época “A Mágica do Aprender” para este seu caçula estudar. São memórias afetivas muito fortes, pois muitos colegas demoraram meses para seus pais conseguirem adquirir esse material.

Dona Madalena, presente, hoje e sempre.

AGRADECIMENTOS

Ao chegar a esse momento, percebo o quanto são inúmeras as pessoas que passaram pela nossa caminhada acadêmica e como é uma tarefa difícil elencar as pessoas que fizeram parte desta trajetória. Antes de mais nada, quero elevar minha espiritualidade agradecendo a Deus e à minha ancestralidade para esse momento ímpar que é concluir essa etapa final no mesmo ano em que será celebrado o primeiro feriado de 20 novembro, referente ao Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.

Agradeço à vida e a Deus o desafio de poder viver a gravidez de minha companheira Simone, também professora, que confirmou a gestação nas primeiras semanas de aulas do mestrado. A ela e ao Otávio Miguel, nosso filho, hoje com vinte meses. Ambos por estarem sempre por perto, apoiando e compreendendo as exigências de cada etapa.

À minha mãe, Dona Madalena, ao meu pai, Sr. Miguel, que infelizmente não estão aqui para acompanhar presencialmente a conclusão desse trabalho.

Aos amigos de travessias Valmir Aparecido de Oliveira, também professor de História, e Sueli Rodrigues Amaral, pelo companheirismo das viagens de estudos pelo nordeste, iniciadas em 2018. Principalmente por me acompanhar até a Serra da Barriga, em União dos Palmares, no ano de 2023, realizando um sonho de décadas.

A APP Sindicato, núcleo sindical de Paranavaí, da qual participei da direção regional entre os anos de 2012 a 2016. Uma entidade ímpar que sempre me inspirou e encorajou a lutar por uma educação pública, gratuita e de qualidade, além de oportunizar inúmeras formações referentes às relações étnico-raciais, a qual posteriormente desenvolvi nas escolas, trabalhando entre professores e alunos a importância de se buscar a promoção da igualdade racial.

Ao professor Celso José dos Santos, para mim e tantos outros educadores, um dos precursores desse debate sobre racismo e antirracismo no sindicato e nas escolas.

Ao professor José Manoel, presidente da App de Paranavaí, que me convidou para integrar as fileiras do sindicato. Meu ex-professor do ensino médio e hoje colega de docência que tem a habilidade de ensinar com poucas palavras. Muito obrigado, meu amigo.

Gratidão, as escolas de Paranavaí em que atuo como professor, Colégio Ceebja Paranavaí, Bento Munhoz da Rocha Neto, carinhosamente conhecido como Unidade Polo, ao PROEDUSE e ao Colégio Cívico Militar Leonel Franca, através dos seus gestores e equipe pedagógica, não mediram esforços para me ajudarem nessa empreitada acadêmica.

Ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, ProfHistória pela oportunidade de voltar à vida acadêmica depois de um longo tempo.

À Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) – Campus de Campo Mourão. Agradeço aos professores e professoras do ProfHistória pelas magníficas aulas que me proporcionaram conhecimento, reflexões e debates sobre a importância do Ensino de História para a prática docente. Gratidão a essas pessoas memoráveis, professor Dr. Bruno Flávio Lontra Fagundes. Professora Dr.^a Cyntia Simioni França, Professor Dr. Federico José Alvez Cavanna. Professor Dr. Jorge Palharin Júnior e ao Professor Dr. Ricardo Marques de Mello.

Aos amigos da turma do ProfHistória/2022 pela amizade sincera e companheirismo. E porque não dizer, das boas risadas nas memoráveis quintas e sextas-feiras semanais. Meu respeito pela rede de amizade movida pela empatia, constituída pelos inesquecíveis colegas de jornada. Os mestres e mestras (Adriana, André, Fábio, Ellen, Flávia, Gelssi, Ilda, Mariele e Thiago). Como a vida foi generosa comigo, me presenteando como amigos tão valiosos.

À professora Dr.^a Eulália Maria Aparecida de Moraes pelo carinho e seriedade dispensada desde os primeiros dias de aula até o início desta pesquisa.

Agradeço imensamente ao meu orientador, professor Dr. Ricardo Tadeu Caires Silva, pelo apoio, paciência e confiança, partilhando comigo ideias, conhecimento e experiências, sempre me incentivando, algo que foi essencial para chegar até aqui. Expresso aqui meu respeito e admiração pela sua competência profissional. Gratidão pela sua amizade e pela forma humana que conduziu essa orientação, sempre acreditando em mim, mesmo em meio a tantos sobressaltos da jornada.

Agradeço a cortesia de sempre dispensada pelos secretários acadêmicos do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – ProfHistória da Unespar. Adriana Wandermurem Corrêa e Pedro Henrique Caires de Almeida, este que no primeiro dia de aula estava na porta da universidade para nos acolher, nos levando até a sala, muito obrigado por essa energia.

Agradeço aos professores, Dr.^a Eulália Maria Aparecida de Moraes e Dr. Otávio Ribeiro Chaves, por aceitarem participar da minha banca de Qualificação e Defesa. Pela acolhida, leitura criteriosa e contribuições valiosas que deram a esta pesquisa. Suas intervenções, juntamente com os ensinamentos do professor Dr. Ricardo Tadeu Caires Silva, contribuíram para a produção de um texto aprimorado. Foi uma grande honra contar com a presença de vocês.

Por fim, agradeço muito ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos oferecida, que foi de grande importância para chegar até aqui.

EPÍGRAFE

Não aceito mais as coisas que não posso mudar, estou mudando as coisas que não posso aceitar.

(Ângela Davis).

RESUMO

SILVA, Francisco Lopes da. **O Ensino de História e a Educação Antirracista: Proposta de uma Sequência Didática a partir do uso de imagens.** 161f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – Mestrado Profissional. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2024.

Partindo da leitura que a História do racismo no Brasil se confunde com a História do povo brasileiro, e o fortalecimento da luta antirracista é urgente, a presente dissertação vinculada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) dentro da linha de pesquisa “Saberes Históricos no Espaço Escolar”, tem por objetivo a elaboração de uma sequência didática a partir do uso de imagens para a construção de práticas antirracistas no Ensino de História. Tal escolha se deve ao fato da força que as imagens exercem na sociedade contemporânea, especialmente dentre os mais jovens. Nesse sentido, privilegiamos o uso de diferentes tipos de imagem, tais como gravuras, charges, memes, fotografias e filmes. O material é voltado aos professores (as) que trabalham no Ensino Médio e também com a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os referenciais teóricos utilizados na construção dos planos de aula e demais atividades dialogam com a literatura acerca da cultura africana, afro-brasileira, antirracista, da branquitude e o pensamento decolonial – com destaque para as obras de pesquisadores (as) negros (as). Procuramos estabelecer uma leitura acerca das manifestações do racismo estrutural em diferentes momentos históricos, abarcando desde os primórdios da colonização europeia até o tempo presente. Com a presente sequência didática, objetivamos contribuir com o processo de construção de práticas pedagógicas antirracistas para auxiliar os docentes na luta contra a persistência do racismo no ambiente escolar, buscando uma sociedade menos desigual a partir das relações étnico-raciais.

Palavras-chave: Ensino de História; Racismo Estrutural; Antirracismo; Imagens.

ABSTRACT

SILVA, Francisco Lopes da. **History Teaching and Anti-Racist Education: Proposal for a Didactic Sequence based on the use of images.** 161f. Dissertation. Postgraduate Program in History Teaching – Professional Master’s Degree. State University of Paraná, Campo Mourão Campus. Campo Mourão, 2024.

Starting from the reading that the History of racism in Brazil is confused with the History of the Brazilian people, and the strengthening of the anti-racist struggle is urgent, this dissertation linked to the Stricto Sensu Professional Master's Degree in History Teaching (ProfHistória) Postgraduate Program within of the research line “Historical Knowledge in the School Space”, aims to develop a didactic sequence based on the use of images to construct anti-racist practices in History Teaching. This choice is due to the force that images exert in contemporary society, especially among younger people. In this sense, we privilege the use of different types of images, such as engravings, cartoons, memes, photographs and films. The material is aimed at teachers who work in high school and also in Youth and Adult Education (EJA). The theoretical references used in the construction of lesson plans and other activities dialogue with the literature on African, Afro-Brazilian, anti-racist, whiteness and decolonial thought culture – with emphasis on the works of black researchers. We seek to establish a reading of the manifestations of structural racism in different historical moments, ranging from the beginnings of European colonization to the present time. With this teaching sequence, we aim to contribute to the process of building anti-racist pedagogical practices to help teachers in the fight against the persistence of racism in the school environment, seeking a less unequal society based on ethnic-racial relations.

Keywords: History Teaching; Structural Racism; Anti-racism; Images.

LISTAS DE FIGURAS

FIGURA 01 – João Alberto Freitas.....	25
FIGURA 02 – João Alberto assassinado no Carrefour.....	25
FIGURA 03 – Caso Aracruz.....	34
FIGURA 04 – Dirigente do Flamengo, Claudio Pracownik e a babá negra empurrando carinho de bebê.....	69
FIGURA 05 – Comparação das fotos: dirigente do flamengo com a pintura de Debret inserida um balão com uma frase.....	70
FIGURA 06 – Comparação das fotos. Dirigente do flamengo passeando com família com a pintura de Debret: um funcionário a passeio com a sua família.....	70
FIGURA 07 – Branco correndo? Está atrasado. Mas se for negro, é ladrão em fuga.....	72
FIGURA 08 – Pobre lavoura. Já não bastava o preto, vaes ter o amarelo! Com o auxílio de duas raças tão inteligentes, Ella ha de progredir de um modo espantoso!.....	74
FIGURA 09 – “Preto e amarello. É possível que haja quem entenda que a nossa lavoura só pode ser sustentada por essas duas raças tão feias! Mau gosto!”.....	74
FIGURA 10 – Gráfico do PIB.....	75
FIGURA 11 – Arranha-céu com 109 andares e 528 metros de altura em Pequim, capital da China.....	76
FIGURA 12 – Meme nego não se toca.....	77
FIGURA 13 – Meme nego se acha.....	78
FIGURA 14 – Meme nego viaja.....	79
FIGURA 15 – Meme nego não se enxerga.....	80
FIGURA 16 – Meme nego é retardado.....	81
FIGURA 17 – Meme nego perdeu a noção do perigo.....	81
FIGURA 18 – Capa do documentário “Vista a minha pele”.....	83
FIGURA 19 – Imagem de cena do esquete Branco no Brasil com Marcelo Adnet.....	83
FIGURA 20 – Imagem de cena do vídeo explicando o racismo estrutural.....	84
FIGURA 21 – “Os tipos de raça de homens”. Autor: George F. Cram, 1884.....	92
FIGURA 22 – As raças. In: Revista britânica dos anos 1960.....	93
FIGURA 23 – Brasileiros do século XIX.....	94
FIGURA 24 – Memes de japoneses.....	96
FIGURA 25 – Memes racistas.....	96
FIGURA 26 – Silvio Almeida.....	100

FIGURA 27 – Engenho de açúcar.....	101
FIGURA 28 – Índios soldados da província de Curitiba escoltando prisioneiros nativos", por Jean-Baptiste Debret, 1830.....	102
FIGURA 29 – “Engenho manual que faz caldo de cana”, aquarela sobre papel, 17,6 x 24,5 cm, J.B. Debret, Rio de Janeiro, 1822.....	102
FIGURA 30 – Gráfico de desigualdades apontadas pelo PNAD.....	104
FIGURA 31 – Página do Google para pesquisa.....	105
FIGURA 32 – Página do Google pesquisando imagens.....	105
FIGURA 33 – Jean-Baptiste Debret: auto-retrato publicado em <i>Voyage pittoresque et historique au Brésil</i> (1834).....	106
FIGURA 34 – Diretor de finanças do flamengo passeando em 13 de março 2016.....	109
FIGURA 35 – Pintura de Debret. Regresso de um proprietário.....	109
FIGURA 36 – Jovem negro Jhonny Ítalo algemado e puxado por 300 metros por um PM em uma motocicleta em 03 de dezembro de 2021.....	109
FIGURA 37 – Pintura de Debret. Negociante de tabaco.....	109
FIGURA 38 – O músico negro Odivaldo Carlos da Silva, agredido em Curitiba em 22 de novembro de 2022.....	109
FIGURA 39 – Pintura de Debret. Aplicação do castigo do açoite.....	109
FIGURA 40 – Peça publicitária do governo do Tocantins.....	114
FIGURA 41 – PM de São Paulo imobiliza homem negro que participava de manifestação contra a morte de um jovem da comunidade do Moinho. Rovená Rosa (Agência Brasil).....	114
FIGURA 42 – Infográfico do anuário brasileiro de segurança pública 2024.....	115
FIGURA 43 – Branco correndo? Está atrasado. Mas se for negro, é ladrão em fuga.....	116
FIGURA 44 – Mulher branca, desing de moda ou empresária. Mulher negra, vendedora ou costureira?.....	116
FIGURA 45 – Rincon Sapiência.....	118
FIGURA 46 – Foto divulgação do clipe Crime Bárbaro, de Rincon Sapiência.....	120
FIGURA 47 – Neurocientista negro diz ter sido barrado em hotel em SP.....	123
FIGURA 48 – Capa do documentário “A negação do Brasil”.....	124
FIGURA 49 – Capa da revista Amiga, com destaque para Sônia Rangel e Cláudio Dantas, personagens da Novela “ <i>Corpo a Corpo</i> ” (1984-1985).....	124
FIGURA 50 – Imagens de Adelaide do Zorra Total.....	127
FIGURA 51 – Influenciadoras denunciadas pela prática de racismo recreativo.....	128
FIGURA 52 – Bom dia & Cia.....	133

FIGURA 53 – Xou da Xuxa.....	133
FIGURA 54 – Clube da criança.....	133
FIGURA 55 – Eliana, Xuxa e Angélica.....	133
FIGURA 56 – Apresentadores Marcos Mion, Luciano Huck e Tiago Leifert.....	134
FIGURA 57 – São Benedito.....	135
FIGURA 58 – Foto de Machado de Assis negro.....	138
FIGURA 59 – Propaganda com Machado de Assis branco e negro.....	138
FIGURA 60 – Propaganda com Machado de Assis branco.....	138
FIGURA 61 – Propaganda do humorista Marcelo Adnet com a logomarca “Branco no Brasil”. Há mais de 500 anos levando vantagem.....	139
FIGURA 62 – Imagens da sátira “Ser branco no Brasil”, do humorista Marcelo Adnet.....	139
FIGURA 63 – Vinícius Júnior, jogador de futebol.....	142
FIGURA 64 – Lewis Hamilton, piloto de Fórmula 1.....	142
FIGURA 65 – Bárbara Reis, atriz brasileira.....	142
FIGURA 66 – Dentista negro.....	142
FIGURA 67 – Médica Negra.....	142
FIGURA 68 – Casal de noivos negros. Imagem problematizadora para discussão.....	142
FIGURA 69 – Dúdu e o lápis cor da pele.....	143
FIGURA 70 – Formando de jalecos e a branquitude.....	145
FIGURA 71 – Garis do Rio de Janeiro e a negritude.....	145
FIGURA 72 – Propaganda racista da cerveja Devassa.....	147
FIGURA 73 – Propaganda racista da Bombril.....	147
FIGURA 74 – Propaganda da racista do governo do Distrito Federal.....	147
FIGURA 75 – Propaganda racista da Dove.....	148
FIGURA 76 – Joel Zito, cineasta e pesquisador.....	149

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
ANPIR	Associação Negritude de Promoção da Igualdade Racial
APP – Sindicato	Associação dos Professores do Paraná
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
COVID	Corona Vírus Disease (doença do corona vírus)
EM	Equipe Multidisciplinares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFER	Índice Folha de Equilíbrio Racial
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais e outras
NRE	Núcleo Regional de Educação
NTIC	Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROEDUSE	Programa de Educação nas Unidades Socioeducativas
SD	Sequência Didática
SEED/PR	Secretaria Estadual de Educação do Paraná
SEPPIR	Secretaria Executiva de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1: POR UM ENSINO DE HISTÓRIA ANTIRRACISTA E DECOLONIAL.....	25
1.1. Conceituando o racismo.....	25
1.2. De onde vem a ideia de Raça.....	27
1.3. Racismo Estrutural	32
1.4. Racismo Institucional.....	36
1.5. Racismo à brasileira.....	40
1.6. O mito da democracia racial.....	46
1.7. O racismo no cotidiano escolar.....	52
1.8. O Ensino de História e a educação antirracista.....	58
CAPÍTULO 2: O USO DE IMAGENS NA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NO ENSINO DE HISTÓRIA.....	66
2.1. A imagem como recurso didático.....	66
2.2. Metodologia para a leitura e análise das imagens.....	68
2.2.1. <i>As pinturas</i>	69
2.2.2. <i>A fotografia</i>	71
2.2.3. <i>As Charges</i>	72
2.2.4. <i>Os memes</i>	76
2.3. Imagens em movimento.....	82
2.3.1. <i>O cinema</i>	82
APÊNDICE: O ENSINO DE HISTÓRIA E A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: PROPOSTA DE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA A PARTIR DO USO DE IMAGENS.....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
REFERÊNCIAS.....	152

INTRODUÇÃO

Quero principiar a apresentação deste trabalho saudando a minha ancestralidade africana e afro-brasileira para em seguida discorrer um pouco sobre a minha trajetória pessoal e profissional, pois estas são indissociáveis. Estou no magistério há 20 anos, e foi justamente lá no início da carreira, no ano de 2004, que ocorreu minha inclinação para com as questões étnico-raciais nas escolas a partir da experiência em participar do Primeiro Encontro de Educadores/as Negros/as do Estado do Paraná, realizado entre os dias 22 a 25 novembro daquele ano, em Faxinal do Céu.¹ Confesso que o convite da diretora da escola pautou-se mais em atender um pedido do Núcleo Regional de Educação (NRE), que precisava de professores/as negros/as, do que outra coisa. Cabe ressaltar que já era uma tarde de quarta-feira em meio a uma semana de provas, e o evento já iniciaria na segunda-feira próxima. Como já se aproximava dezembro e com ele o estafante acúmulo de trabalhos, como o fechamento de notas e dos livros, em face do fim do quarto bimestre letivo, era visível a total ausência de voluntários. Feito isso, o colégio escolhe o seu mais novo professor de História para representá-lo e que, por coincidência, era eu, um homem negro.

Reunir educadores e educadoras de todo o Estado, de todas as disciplinas e em um único lugar para um encontro de formação sob um título que trazia em destaque os termos negros e negras, chamou muita atenção não só minha, mas também dos meus pares. E a empolgação em viajar para estudar algo diferente logo balançou a partir de algumas reações advindas por parte de alguns alunos, principalmente do ensino médio, em especial uma turma que, por considerá-la a melhor da escola para se trabalhar, acabei contando que não estaria no colégio na semana próxima. Quando descrevi o nome do evento de formação pelo qual estaria me ausentando, imediatamente escutei dos alunos uma frase que jamais esquecerei: “Mas você não é negro, professor!” Tais afirmativas logo ganharam outras vozes concordantes na sala, principalmente depois do meu espanto, traduzido num longo silêncio, e que me deixou escutar plenamente vozes mais seguras a consensuar: “É verdade professor, você não é negro, você não precisa ir!”.

¹ Faxinal do Céu é um distrito pertencente ao município de Pinhão -Pr. Lá, na vila da Copel, foi instalada a Universidade do Professor, local que por muitos anos foi utilizado pelo governo do estado para eventos e formações destinadas aos profissionais da educação realizadas pela Secretaria de Educação do Paraná (SEED), em especial nos governos Jaime Lerner (1995-2002) e Roberto Requião (2003-2010). O local foi desativado no primeiro ano do governo Beto Richa (2011-2014).

Ouvir isso me trouxe algumas inquietações, entre elas: o que justifica meus alunos dizerem que não sou negro? O que eu, professor negro, precisava fazer para realmente ser considerado um homem negro, já que nunca tive problema com meu pertencimento racial? Naquele momento, meu subconsciente automaticamente tentava responder esses questionamentos.

Primeiro, fui um dos professores mais ativos nas atividades referentes à semana da Consciência Negra realizada naquele colégio, iniciadas uma semana antes, ainda que muito diferente das atuais, não menos trabalhosas, claro! Mas estavam presas ao folclórico, engessadas nos desfiles, nas danças e na culinária africana, ausente de comprometimento em trabalhar o racismo, ou seja, não problematizava e, portanto, não incomodava. Segundo, o dia 20 de novembro de 2004 foi algo ímpar para minha pessoa. Era um sábado bem acalorado na cidade, e além de comemorar o dia da consciência negra foi oficialmente fundada em Paranavaí, na sede do Sindicato dos Bancários, a ANPIR (Associação Negritude de Promoção da Igualdade Racial) - onde participei como membro fundador fazendo parte da primeira direção da entidade que até hoje está em atividade. Portanto, a leitura mais sensata que me estabelecia naquele momento era que precisava vivenciar essa oportunidade de formação direcionada às pessoas negras, principalmente por ser institucional, algo sem precedentes na secretaria de educação do estado do Paraná.

Percorridos aproximadamente 450 km do trecho entre Paranavaí e Faxinal do Céu, com direito a escala em Cianorte para pegar um grupo de professores que se somaria à caravana, seguia-se o trajeto. A noite de abertura ocorreu no salão principal, que estava todo ornamentado com as cores da cultura africana, imagens protagonizadas por negros/as sem correntes; algo bem diferente daquelas reproduzidas na escola, em geral, sempre inclinadas a retratar cenas da escravidão. O acolhimento inicial foi feito pela professora Cremilda Santiago Neto, mulher negra e uma das coordenadoras do evento, e que no papel de anfitriã, ao ver todos os convidados acomodados, fez uma saudação de acolhimento falando que o fato de cada um e cada uma que estarem ali presentes, dava certeza que Zumbi revivia.

Tudo chamava a atenção por ser diferente e interessante. A mesa de abertura foi composta por uma maioria de sujeitos negros, entre eles o Secretário de Assuntos Estratégicos do Estado no Paraná, Nizan Pereira, homem negro, professor e médico, e que naquela oportunidade representava o governador do Estado. Além do hino nacional, foi cantado o hino da África do Sul por um coral. Ao aparecer a foto de Nelson Mandela, era possível perceber a simpatia dos presentes estampada em sorrisos. O hino do Paraná foi cantado por um tenor

negro que rendeu aplausos por parte do público, mais pelo artista do que pela canção símbolo do Estado. Seguiram-se mais apresentações culturais e músicas acompanhadas dos indispensáveis sons polifônicos dos tambores - o que alegrou todo o salão. Por fim, encerrava-se a noite com uma palestra que tratava do racismo no Brasil apontando a importância da Lei Federal 10.639/2003, editada há pouco mais de um ano e que alterava a LDB estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira dentro das disciplinas das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio (BRASIL, 2003).

Ainda na noite da abertura, já começava surgir algumas respostas sobre o porquê desse encontro. Falou-se muito durante os três dias que no Brasil as pessoas nascem negras, mas não se tornam negras. E esse era o objetivo principal do encontro, se tornar educadores/as negros/as (SANTOS, 2021). Ser professor negro não se limitava apenas a não negar seu enegrecimento e a participar das ações da consciência negra dentro ou fora das escolas. Ser negro é assumir uma identidade social, alinhado à prática, e é preciso fazer muitos negros se descobrirem. Para assumir essa plenitude, era preciso entender de uma vez por todas que o racismo não era problema exclusivo do negro, mas também do branco e que, portanto, a ordem estava em entender a urgência de todos se educarem para lidar com as relações étnico-raciais nas salas de aula.

Cabe destacar que todos os cursos de formação para os participantes foram ministrados por intelectuais negros/as. Tanto as oficinas como a palestra principal do dia foram feitas por formadores das diversas disciplinas do currículo base. A religiosidade também foi abordada pela população de terreiro ali presente, cujas lideranças trabalharam as religiões de matriz africana, mais especificamente o Candomblé e a Umbanda. Educadores e convidados praticantes desses cultos africanos e afro-brasileiros tiveram a oportunidade de fundamentar a religião de uma forma que a demonização dava lugar ao encantamento, tomando os presentes de um conhecimento capaz de desconstruir a intolerância religiosa. Isto estava presente nos comentários do almoço e intervalos do café. Também trabalharam os inúmeros relatos de racismo praticados dentro das escolas do Estado e que até então eram vistos de outra maneira, como se não fossem um grave problema.

Nessa sequência, muitos cursistas narravam alguns exemplos de racismo presenciados dentro e fora no ambiente escolar e que só estavam entendendo serem práticas racistas dado a excelência do encontro; e que retornariam para casa com outro olhar sobre o preconceito e a discriminação racial. Os três dias que transcorreram o curso surpreenderam e superaram todas

as expectativas. Foi a primeira vez que presenciei muita gente negra e branca reproduzir a frase: “É preciso enxergar e combater o racismo sempre”.

Esta modalidade de encontros de formação direcionada a um público específico de profissionais da educação ocorreu entre 2004 a 2013. Além do primeiro, participei do último, realizado na cidade de Ponta Grossa. Neste, já foi possível observar que as práticas desenvolvidas nesses dez anos, trabalhando educadores/as negros/as ajudaram nas mudanças dentro do espaço escolar. Contudo, o maior momento em Ponta Grossa foi a presença dos responsáveis pelas disciplinas da grade curricular da Secretaria - que vieram expor as práticas construídas fora do currículo eurocêntrico, pautadas na lei 10.639/03. Após uma longa explanação de cada disciplina, foi aberto espaço para a discussão e foi então que um dos participantes roubou a cena com um questionamento: “Atenção à mesa, nenhum de vocês falou a palavra racismo e ele está presente no nosso currículo”. Essa intervenção deixou os convidados da Secretaria ‘sem chão’, tanto que passaram a desconversar e fugir do assunto. Curiosa e coincidentemente, de 2014 até hoje, a Secretaria Estadual de Educação nunca mais realizou esses encontros.

As jornadas de Faxinal do Céu me ensinaram muito. Além de mudar meu olhar para com a escola, historicamente amparada num currículo de base eurocêntrica, despertou com força a vontade de trabalhar algumas ações voltadas para cultura africana e afro-brasileira, buscando principalmente desenvolver o incentivo à autodeclaração da população estudantil negra dentro das escolas. No ano de 2006 a SEED/PR, através da Deliberação 04/2006, institui as Equipes Multidisciplinares (EM) nas escolas do Estado.² De acordo com o contido no documento, toda escola passava a ter a oportunidade de constituir sua equipe plural para discutir, estudar e desenvolver anualmente seu plano de ação dentro dos colégios.

Cinco anos após a edição da Lei 10639/2003, as políticas públicas voltadas para a educação avançam com outra alteração na LDB. Esta passou a incluir no currículo, junto à temática afro-brasileira, a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Indígena, homologada pela Lei 11.645/2008. Esse marco ampliou o reconhecimento das diferentes expressões socioculturais contidas nos espaços sociopolíticos no Brasil, muito e bem representadas no interior dos espaços escolares do país.

² Ver <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=560> . As equipes multidisciplinares são espaços de debates, estratégias e de ações pedagógicas que fortaleçam a implementação da Lei n.º 10.639/03 e da Lei n.º 11.645/08, bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena no currículo escolar das instituições de ensino da rede pública estadual e escolas conveniadas do Paraná.

Se o tempo em curso me fez mudar o olhar diante do óbvio, que por muito tempo foi invisibilizado, também me fez sentir a necessidade de rever e renovar minhas práticas pedagógicas para melhor dialogar com os diversos alunos que constituíam esses espaços pedagógicos. Isso também refletiu em outros colegas de profissão, que passaram a entender que trabalhar a questão racial na educação não é uma tarefa apenas da disciplina de História, não é uma questão exótica ou assunto só para negros e negras. A elaboração de materiais por parte SEED, muitos inclusive construídos pelos próprios educadores, passou a despertar curiosidade e interesse das disciplinas de língua portuguesa e matemática - matérias que sempre tiveram maior número de aulas, principalmente no ensino fundamental. Professores/as de Língua Portuguesa passam a simpatizar-se com os contos africanos, com os saberes dos Griots na África, que utilizavam a oralidade para transmitir seus conhecimentos, uma vez que não sabiam ler e nem escrever. Certa vez, ouvi uma professora dizer: “São umas bibliotecas ambulantes!” Também escutei uma professora de Matemática falar sobre as construções das pirâmides africanas, demonstrando suas interrogações ao questionar: “Como chegaram nesses monumentos? Sem guindastes, sem elevador, sem caminhão sem cimento”.

Claro que isso é uma minoria, pois ações como essas requerem maior trabalho por parte de todos/as que fazem parte da escola, principalmente dos professores/as. Os circuitos dos contrários também aumentam, dado as manifestações daqueles que antes silenciavam-se e agora corporativizam-se contra. As justificativas são sempre as mesmas: “que já não dão conta do que tem para fazer e agora querem enfeitar”. Dentro desse discurso, está evidentemente a rejeição e a hostilidade em respeitar o que é diferente.

As experiências vividas nas escolas em que atuei e atuo trabalhando essa temática me colocaram muitas vezes no banco dos réus. O esforço que faço em sala, mostrando como a sociedade trata a população negra, evidenciando a questão racial, de forma que tragam reflexões aos alunos de todas as cores que combater o racismo é um dever de toda sociedade e não só da população negra, do mesmo modo que o machismo e a homofobia requerem forças conjuntas para sua superação, nem sempre é bem recebido. Sempre percebo que surgem grupos de alunos na sala que levam essa discussão para outras disciplinas, com outros professores/as. E isso incomoda, pois sempre ouço indiretas bem diretas nos intervalos e momentos da hora atividade. daquelas que costumo dizer, de volta ao começo, quando sou indagado para um colega que diz: “Mas professor, tem negros racistas também, e muitos se vitimizam em cima disso”.

Trabalhar essa temática é um desafio, jamais vou afirmar que é difícil. Difícil será ver que o meu filho, Otávio Miguel, não conheceu uma geração menos desigual que a minha. Mas tenho esperanças de que essa realidade mude o mais rápido possível e a educação é parte fundamental para que essa mudança aconteça.

Portanto, foi a partir das minhas experiências enquanto professor de História e homem negro, atualmente lotado na rede pública de ensino do Paraná, município de Paranaíba, região noroeste do Estado, que optei por conceber um estudo que enfrentasse de forma aberta e direta a discussão sobre o racismo e o antirracismo na sociedade brasileira.

O Brasil é um país racista, apesar de boa parte da sociedade insistir em negar este fato! Esta postura decorre da força de uma ideologia edificada a partir dos anos 1930 e cujo princípio fundador é o mito da “democracia racial” (GUIMARÃES, 2002, p. 55). Contestada pelo movimento social negro e por intelectuais e acadêmicos desde pelo menos o final dos anos 1950, esta ideologia está difusa por toda sociedade e por isso continua presente na maioria de nossas instituições, tais como escolas, Igrejas, empresas privadas, repartições públicas, etc. A força do mito da “democracia racial” é tamanha que não raro ver entre nossos colegas professores/as a defesa de que em nosso país não existe racismo. A recusa em abordar o assunto no ambiente escolar produz efeitos extremamente negativos, tais como a perpetuação das injustiças sociais provocadas pelo racismo.

Para trabalhar a persistência do racismo em nossa sociedade, optamos por privilegiar as imagens – aqui entendidas em seu sentido amplo - como fonte principal. Dessa forma, como imagem concebemos tanto as imagens gravadas – a exemplo de gravuras, fotografias, charges -, quanto as imagens em movimento, estas últimas retratadas em clipes musicais, filmes, propagandas, memes, etc. Tal escolha foi feita em razão da força que as imagens possuem em nossas vidas, pois como há muito já dizia Confúcio: “Uma imagem vale mais do que mil palavras”. Essa afirmação é mais procedente ainda na sociedade contemporânea, onde somos diariamente bombardeados por imagens provenientes da televisão, de anúncios publicitários dispostos em carros, ônibus, outdoors e, sobretudo, das redes sociais como o *whatsapp*, o *facebook*, o *tiktok* e o *instagram*, etc.

Com o advento dos chamados meios de comunicação de massa e, sobretudo, das novas tecnologias da informação e comunicação (NTIC) – da qual a internet é o mais forte símbolo -, somos a cada instante providos de imagens que nos chegam por diferentes meios e diferentes emissores, a exemplo dos colegas de trabalho, familiares, escola, redes sociais, etc. Em geral, muitas destas informações nos são úteis e instrutivas, mas também recebemos dados que nos

causam dúvidas e incertezas. Ou seja, ao mesmo tempo que as imagens podem nos informar, também podem produzir o efeito contrário, ou seja, deturpar e alienar. Isto ocorre porque as mesmas podem ser manipuladas, alteradas e retiradas de contexto. São as chamadas “fake news”, ou seja, notícias falsas. Tal fato remete à ideia de que precisamos ser educados a lidar com as imagens, ou seja, a aprender a interpretá-las criticamente.

Fazer os alunos refletirem sobre as imagens que lhe são postas diante dos olhos é uma das tarefas urgentes da escola e cabe ao professor criar as oportunidades, em todas as circunstâncias, sem esperar a socialização de suportes tecnológicos mais sofisticados para as diferentes escolas e condições de trabalho, considerando a manutenção das enormes diferenças sociais, culturais e econômicas pela política vigente. (BITTENCOURT, 1998, p. 89).

Ou seja, é preciso educar as novas gerações para a leitura crítica das imagens, pois elas não podem continuar sendo entendidas de forma mecânica e passiva, como comprovação inquestionável da realidade. É preciso que nossos alunos (as) sejam conscientizados de que as imagens podem carregar consigo uma série de atributos negativos, como o preconceito racial, de classe, de gênero e a homofobia, dentre outros.

Acreditamos que o uso das imagens no ensino de História é de extrema valia para demonstrarmos o triste legado deixado pelos séculos em que viveu o regime escravista no Brasil e cujo principal fruto é o racismo. Para tanto, lançaremos mão das categorias de permanência e mudança e sua relação com o tempo histórico. A ideia é promover a reflexão por meio das apresentações de situações cotidianas onde os alunos/as possam traçar um paralelo entre o passado e o presente, relacionando a reprodução de certas desigualdades à perpetuação do racismo em nossa sociedade.

O referencial teórico que embasa a dissertação está centrado nos pressupostos das teorias pós-colonial e decolonial. Os estudos pós-coloniais têm como característica o questionamento da narrativa ocidental acerca da modernidade e a valorização das experiências coloniais subalternas de resistência e subversão. Dentre os representantes desta vertente estão pensadores como Aimé Césaire, Franz Fanon, Albert Memmi e Edward Said. Por sua vez, a teoria decolonial ou modernidade/colonialidade (MC), como também é conhecida, defende a construção de uma nova epistemologia em substituição à modernidade eurocêntrica – da qual diverge e também faz críticas. Para os membros do grupo, a modernidade é uma invenção europeia que traz no seu germe a colonialidade, a diferença colonial e o racismo epistêmico. Dentre os seus fundadores, composto por intelectuais de vários países da América Latina,

destacam-se Enrique Dussel, Immanuel Wallerstein, Edgardo Lander, Anibal Quijano e Walter Mignolo (OLIVEIRA, 2012).

A partir desses pressupostos, o trabalho ficou estruturado da seguinte maneira. No primeiro capítulo, *Por um ensino de História antirracista e decolonial*, apresentamos uma discussão sobre o que é o racismo e como este opera em nossa sociedade, ou seja, como funciona o “racismo à brasileira”. Damos destaque especial à escola, instituição fundamental no processo de socialização das novas gerações e na qual as práticas racistas e discriminatórias também estão enraizadas. Cientes do papel central da escola na formação para o exercício da cidadania, defendemos a importância da educação antirracista neste ambiente – com destaque para o papel da disciplina de História.

O segundo capítulo, *O uso de imagens na construção de práticas antirracistas no ensino de História*, é dedicado à discussão da relevância do uso de imagens no ensino de História, em especial no ensino da história e cultura da África e dos africanos e seus descendentes no Brasil. Aqui apresentamos as características básicas e potencialidades de cada tipo de imagem, exemplificando como entendê-las para além de sua mensagem mais imediata, tomando como eixo as questões raciais. Como se sabe, durante muito tempo os livros e manuais didáticos de História difundiram imagens acerca da escravidão que se tornaram “canônicas” e, como tal, ajudaram a consolidar um imaginário segundo o qual os escravizados eram objetificados e tratados como “coisas”. Geralmente, as mesmas sequer eram analisadas em sala, constando nos livros apenas para “ilustrar” os conteúdos. Cabe destacar que este tipo de procedimento é inadequado por limitar o potencial contido nas imagens, pois elas são muito mais que simples ilustrações; haja vista que carregam consigo significados e representações sociais que precisam ser problematizadas com os alunos/as.

Por fim, no terceiro e último capítulo, apresentamos a proposta de uma Sequência Didática (SD) construída a partir das reflexões anteriormente realizadas. Organizada em 8 (oito) temas, a proposta aborda as origens do racismo, seus modos de funcionamento em nossa sociedade, os privilégios da branquitude e a luta do movimento negro contra a discriminação racial por meio da análise de diferentes imagens, tais como a litogravura, charges, fotografias, pinturas, memes, peças publicitárias, clipes musicais, documentários e filmes. Em cada unidade temática, elaboramos planos de ensino tendo como foco a compreensão de conceitos e noções-chave da educação para as relações étnico-raciais, tais como a raça, racismo, preconceito, discriminação, injúria racial, branquitude, alteridade, tolerância, dentre outros. A ideia é que a SD seja aplicada aos alunos/as do ensino médio, fase

de aprendizagem em que estes já lidam com um repertório cultural onde a violência e as desigualdades sociais se fazem presente e precisam ser problematizadas de forma mais enfática.

CAPÍTULO 1: POR UM ENSINO DE HISTÓRIA ANTIRRACISTA E DECOLONIAL

Não sou escravo da ideia que os outros fazem de mim, mas da minha aparência.

Frantz Fanon

Este capítulo tem por finalidade a defesa urgente da educação antirracista nas escolas brasileiras, com ênfase no papel que o ensino de História pode e deve desempenhar nessa importante tarefa. Para tanto, procuramos conceituar termos como raça, racismo, discriminação, preconceito racial, branquitude, etc. Em seguida, apresentamos as formas pelas quais o racismo opera em nossa sociedade, com destaque especial para o ambiente escolar. Encerramos o capítulo apresentando e discutindo algumas estratégias para uma educação antirracista.

1.1. Conceituando raça e o racismo

Em 19 de novembro de 2020, o trabalhador João Alberto Silveira Freitas, um homem negro, de 40 anos, acompanhado da sua esposa, fazia compras no Hipermercado Carrefour, situado no bairro Passo d'Areia, em Porto Alegre - RS, quando foi abordado por alguns fiscais da loja, após alguns desentendimentos. Posteriormente, João foi seguido até o estacionamento por seguranças e alguns funcionários do mercado. Logo, foi imobilizado e brutalmente espancado com chutes e socos até a morte dentro do próprio estabelecimento comercial.

Figura 01 – João Alberto Freitas



Figura 02 – João Alberto assassinado no Carrefour



Fonte: Brasil 247³

³ Disponível em <https://www.brasil247.com/regionais/sul/laudo-aponta-que-joao-alberto-assassinado-em-carrefour-foi-morto-por-asfixia>. Acesso em: 15 dez. 2023

No dia seguinte, uma sexta-feira, 20 de novembro, justamente o Dia Nacional da Consciência Negra, o assassinato de João Alberto - ocorrido daquela forma brutal - era o assunto mais comentado pela imprensa. Também era noticiada a onda crescente de protestos antirracistas por todo o país. Ativistas ligados aos movimentos negros foram à frente das lojas do Carrefour pelo Brasil afora. Era natural a associação desse caso com o de George Floyd, homem negro assassinado em 25 de março do mesmo ano em Minnesota, nos EUA, por um policial branco que com o joelho sufocou seu pescoço por aproximadamente nove minutos.⁴

Ainda no dia 20, enquanto a população brasileira tomava conhecimento do bárbaro crime racista em uma das lojas do Carrefour, o então vice-presidente do Brasil, Hamilton Mourão, ao ser questionado pela imprensa sobre o ocorrido, classificou a fatalidade apenas como um caso de seguranças totalmente despreparados. No entanto, quando questionado repetidas vezes pelos jornalistas se o crime tinha relação com o racismo pelo fato da vítima ser negra, tranquilamente respondeu que não, afirmando: “Para mim, no Brasil não existe racismo. Isso é uma coisa que querem importar aqui para o Brasil. Isso não existe aqui”.

Apesar da resposta, o vice-presidente foi perguntado outras vezes se o assassinato de João Alberto não teria um componente racial por ele ser negro. Mourão reiterou sua negativa e em seguida, usou um termo racista para justificar a sua resposta, chamando os negros de pessoal de cor:

Digo com toda a tranquilidade: **não existe racismo no Brasil**. É uma coisa que querem importar, mas aqui não existe. Morei dois anos nos Estados Unidos, racismo tem lá. Na minha escola, o pessoal de cor andava separado. Isso eu nunca tinha visto no Brasil. Saí do Brasil, fui morar lá, era adolescente e fiquei impressionado com isso aí. Isso no final da década de 60. Mais ainda, o pessoal de cor sentava atrás do ônibus, não sentava na frente do ônibus. Isso é racismo. **Aqui não existe isso. Aqui você pode pegar e dizer é o seguinte: existe desigualdade. Isso é uma coisa que existe no nosso país.** (O GLOBO, <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/20/mourao-lamenta-assassinato-de-homem-negro-em-mercado-mas-diz-que-no-brasil-nao-existe-racismo.ghtml>. Grifos meus).

O caso recente do assassinato de João Alberto e as declarações de um chefe de Estado negando o racismo em um país que tem várias leis de combate à discriminação racial, justamente por ser a nação que teve o mais longo período de escravidão de corpos negros,

⁴ Sobre o assassinato de George Floyd ver: <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/george-floyd-como-negro-morto-pela-policia-inspira-hoje-luta-antirracista/#page3> ; <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/27/caso-george-floyd-morte-de-homem-negro-filmado-com-policial-branco-com-joelhos-em-seu-pescoco-causa-indignacao-nos-eua.ghtml> .

sendo o último no mundo a aboli-la oficialmente, reforça a lógica do mito da democracia racial que historicamente romantiza ou reduz as violências cometidas contra a população negra brasileira. Segundo o antropólogo Kabengele Munanga, ecoa dentro de muitos brasileiros uma voz muito forte que grita: “Não somos racistas, racistas são os outros!” (MUNANGA, 2019). Sendo assim, é indispensável entender o racismo, identificá-lo e depois combatê-lo.

Os casos de violências praticadas contra pessoas negras, narrados diariamente, não acontecem com pessoas brancas. Esse é um ponto de atenção que deve ser considerado: o aspecto físico condicionado à cor da pele determina o perigo lançado às pessoas negras, seja na rua, em ambientes fechados como bancos, shoppings, lugares periféricos e principalmente nas escolas - espaços em que se concentram diferentes sujeitos.

1.2. De onde vem a ideia de raça?

Nos últimos anos, fala-se muito em racismo e poucas vezes explicitam a palavra raça, embora esses conceitos se conectem na mesma intensidade que há entre a caixa de remédio e sua bula. Contudo, a reprodução da terminologia raça não significa classificar pessoas a partir da cor da pele, embora o senso comum insista nessa significação. “Esse é raça pura!” É um termo recorrente e geralmente sua adjetivação é bem utilizada para classificação de animais, servindo de referência para qualidades e também para apontar as características que não agradam aos variados olhares.

Entretanto, é fácil perceber que esses critérios de raças e sua catalogação, no imaginário popular, são utilizados bem mais com pessoas humanas. Antônio Sérgio Guimarães, ao discutir “raça e racismo no Brasil” provoca ao afirmar a importância que se tem no país, a utilização da palavra raça, que está sempre endereçada ao povo negro, é um termo prático, porém, afadigado, algo diferente dos demais países. Sendo assim, “Em outras partes do mundo, em contraste, incluindo o Brasil, “raça não faz parte nem do vocabulário erudito, nem da boa linguagem. Apenas entre pessoas “não refinadas”, e nos movimentos sociais, onde militam pessoas que se sentem discriminadas por sua cor e compleição física, utiliza-se regularmente o conceito”. (GUIMARÃES, 2019, p.21).

Vivemos em um país racializado pela prática do racismo. Se o trabalhador João Alberto não fosse negro, jamais seria assassinado. Chego a pensar que nem a abordagem ele teria sofrido, porque não aparentaria suspeita de nada. E essa condição não é difícil de consensuar o imaginário coletivo, que entende que corpos negros são demarcados como raça,

como uma classificação de inferioridade. Proponho-me a discutir raça e racismo no Brasil numa dimensão macro, junto aos grandes acontecimentos no mundo.

Inicialmente a conceituação acadêmica, requer entendê-la como um elemento histórico que historicamente esteve ligado a uma noção de classificação. Ou seja, povos distintos em diferentes épocas sempre foram naturalmente agrupados a partir de alguns critérios que classificavam grupos humanos com base nas diferenças e semelhanças. As relações desses diversos agrupamentos eram geralmente marcadas por conflitos de poder, onde um tentará se sobrepor ao outro.

Embora seja comum a negação de sua existência em muitas sociedades, o racismo é um fenômeno universal, ou seja, pode ser notado em diferentes sociedades e em diferentes épocas históricas, inclusive no Brasil (BANTON, 1977; BETHENCOURT, 2018).

Ainda que etimologicamente não existisse a palavra raça no mundo antigo, hoje podemos apontar que sua noção serviria para a classificação de grupos distintos, assim como a relação conflituosa entre eles estaria para o racismo. É nesse sentido que Joel Rufino dos Santos faz um destaque para relações de poder ainda no principado romano, que é possível perceber raça, conflitos e racismo:

Bárbaros são todos aqueles que não falam grego: esta é uma das formas mais antigas de “racismo” que se conhece. (Uma curiosa sobrevivência deste preconceito: barbarismo, é, ainda hoje, o vício de linguagem que consiste em empregar palavras inexistentes ou deformadas). (RUFINO, 1984, p. 21).

Mais adiante, percebe que a ideia de raça e racismo reaparece durante a expansão comercial marítima entre os séculos XV e XVI. O encontro do velho mundo com as populações nativas da América e dos diferentes povos do continente africano lança questionamento sobre o porquê das diferenças que o europeu não entendia, ou melhor, não queria entender. As respostas partem da base teológica, pautada na tradição cristã católica. Ou seja, os invasores ultramarinos deixam de lado o trabuco escorado no braço esquerdo, atirando com a Bíblia na mão direita para tentar explicar o outro.

Para o historiador Amilcar Pereira, trata-se de um momento onde as diferenças se intensificam de maneiras explícitas, apontando desigualdades e sua justificativa por meio de um olhar sacro cristão:

Uma forma de diferenciação transformada em desigualdade entre superiores e inferiores, surgia no período das Grandes Navegações, é a antítese: pagão x cristão. A partir do século XVI surge o sinônimo de pagão: selvagem, ou os não cristãos. O impacto da chegada dos europeus na América produz uma

associação entre selvagem e canibal, entre barbarismo e canibalismo. As questões da linguagem e do fenótipo passam a ser fundamentais para demarcar a diferenciação. (PEREIRA, 2019, p.56).

A universalização da Europa a partir do encontro com os outros. O estreitamento das relações autoriza os principais países da Europa ocidental a tornarem-se proprietários dos três continentes: Ásia, África e América. A dominação de diferentes territórios endurece numa gigantesca exploração e intensa escravização de pessoas por pessoas. Diante disso, os acontecimentos pediam uma justificativa para explicar os novos povos distintos que ali já estavam sendo considerados como subalternizados.

Diante das várias inquietações dos europeus, o termo raça, já presente no imaginário coletivo, encontra seu melhor lugar. A base do conhecimento e da explicação, concentradas nas mãos da Igreja, buscava justificar a escravização dos diferentes. Convém salientar que a escravaria aqui em destaque não é mais a antiga, que era uma condição. Tratava-se de uma escravidão moderna vista como uma naturalização.

E a base sacra cristã serviu para justificar o rigor da dominação do violento empreendimento europeu, o Colonialismo. Para tanto, segregar pessoas nas formas de raças entendidas como inferiores às dos colonizadores passa a ser o principal instrumento da colonização. Conforme Silvio Almeida, é nesse contexto que a ideia de raça se mostra extremamente útil ao colonialismo:

Assim, a classificação de seres humanos serviria, mais do que para o conhecimento filosófico, como uma das tecnologias do colonialismo europeu para a submissão e destruição de populações das Américas, da África, da Ásia e da Oceania. (ALMEIDA, 2019, p. 28).

Logo adiante, no século das luzes, o iluminismo vai trazer a racionalidade para o centro do debate para dar as respostas que possam legitimar algumas ideias, sepultando de vez qualquer explicação por meio da religião. Afinal, o mundo moderno nunca aceitou a Idade Média. Ainda na problemática do que é ser diferente, os europeus começam a explicar os diferentes por meio de classificações biológicas que já encontravam estudos nas ciências naturais.

Munanga chama a atenção para o fato que o termo raça já era cientificamente aplicado para algumas classificações. “Na história das ciências naturais, o conceito de raça foi primeiramente usado na Zoologia e na Botânica para classificar as espécies animais e vegetais. Foi neste sentido que o naturalista sueco, Carl Von Linné, conhecido em português como

Lineu (1707-1778), fez tal uso para classificar as plantas em 24 raças ou classes, classificação hoje inteiramente abandonada”. (MUNANGA, 2003, p. 02).

Se inicialmente os povos colonizados, em especial, americanos, africanos e asiáticos já estariam predestinados a serem considerados inferiores pelo fato de não serem europeus; agora o Colonialismo lança mão das ciências naturais, apropriando-se do conceito biológico de raça, para estabelecer hierarquias a partir de categorias e critérios que rebaixavam milhares de sujeitos diferentes e distantes.

Para Pereira, há acordo com a leitura de Munanga, a partir do uso da biologia para justificar as diferenças de alguns elementos, entre eles a cor da pele. “A diferença pela cor da pele passa a ganhar maior expressão nos trabalhos dos “cientistas” ainda antes da consolidação do conceito de raça. O próprio termo “raça” começa surgir em meados do séc. XVIII”. (PEREIRA, 2019, p. 58).

Logo, para o Colonialismo, essa leitura para racializar o outro, que já está dominado, é recebida de tapete vermelho. A ideia de classificação, ainda que pela categoria cor da pele, deixa de ser parte constitutiva da experiência humana para uma hierarquia que determina a superioridade e inferioridade. Conforme Almeida, essa relação representava a base para a destituição do ser em si, antecedendo o racismo. Trata-se de um “processo de desumanização que antecede práticas discriminatórias ou genocídios até os dias de hoje.” (ALMEIDA, 2019, p. 29).

É assim que o século XVIII, homologado pelo Iluminismo, tem os europeus no topo da hierarquia, enquanto tudo que lhes é diferente é visto como biologicamente inferior. Nisso, o conceito raça passa então a ser usado de forma ideológica para ocultar um projeto de violência e exploração vestido de uma roupagem de projeto civilizatório, transformando-se em uma ideologia colonialista à altura de justificar o colonialismo. Para Pereira:

“A moderna ideia de raça – que associa as diferenças culturais e morais às características biológicas, genóticas e fenotípicas, hierarquizando os diversos grupos humanos - é uma construção do pensamento científico europeu e norte-americano, que surge apenas em meados do século XVIII e se consolida a partir da segunda metade do século XIX, justamente durante o período em que o imperialismo europeu se fortalecia” (PEREIRA, 2013, p. 48).

A partir do século XIX, avança essa análise conceitual a respeito de raça. Percebe a existência de uma plena biologização, uma naturalização de fenômenos políticos, econômicos e sociais. Nós somos uma nação exatamente porque somos uma raça superior. Contudo, a

ideia de raça passa a ser um termo indispensável na virada do mundo moderno para o contemporâneo. Racismo passa a ser entendido como uma roupagem de natureza em um processo que é político.

Ainda pensando em algumas interrogações que me tomam enquanto penso e escrevo, quero me inquietar com a propaganda do século anterior. A razão europeia havia construído um ideal de homem. A propaganda da Revolução Francesa e os Direitos do Homem e do Cidadão. Que homem é esse? Ele é branco, alfabetizado em línguas europeias e cristão. É o homem padrão, que na linha da hierarquia estaria sempre superior aos demais. E a desigualdade não estaria na pauta do debate, discutiam-se muito a moral. Segundo Lilia Schwarcz:

Portanto, no contexto intelectual do século XVIII, novas perspectivas se destacam. De um lado, a visão humanista herdeira da Revolução Francesa que naturalizava a igualdade humana; de outro, uma reflexão, ainda tímida, sobre as diferenças básicas existentes entre os homens. A partir do século XIX, será a segunda postura a mais influente, estabelecendo-se correlações rígidas entre patrimônio genético, aptidões intelectuais e inclinações morais. (SCHWARCZ, 1993, p. 46).

Em 1859, com a publicação da obra “A Origem das Espécies” de Charles Darwin, há uma colaboração para o racismo científico, uma vez que a discussão passa ser a existência de raças inferiores que foram se evoluindo com o passar dos tempos. Como utilizava o enfoque biológico, o chamado darwinismo social que estabelecia um determinismo de cunho racial, uma vez que algumas sociedades se tornam superiores a outras. Conforme Schwarcz:

Denominada “darwinismo social” ou “teoria das raças”, essa nova perspectiva via de forma pessimista a miscigenação, já que acreditava que “não se transmitiriam caracteres adquiridos”, nem mesmo por meio de um processo de evolução social. Ou seja, as raças constituiriam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo cruzamento, por princípio, entendido como erro. (SCHWARCZ, 1993, p. 58).

Contudo, é com o surgimento da genética, ramo da biologia, que cientificamente inicia a compreensão de que as diferentes raças de humanos não se comprovariam, pois só existiria apenas uma raça: a humana. E as diferenças físicas, como a cor da pele e o cabelo, seriam adaptações evolutivas, isto é, não representariam diferenças nos genes. Portanto, as diferenças são fruto de evolução e não de hierarquização. Este é um dado fundamental.

Apesar do reconhecimento da ciência de que a classificação anterior era equivocada, o conceito de raça permaneceu no imaginário social das pessoas. Achar que pessoas negras são inferiores às pessoas brancas ficou entranhado no coração e na mente dos indivíduos. A partir do fenótipo, houve uma construção social atribuindo valores morais, estéticos, psicológicos e intelectuais, como se biologicamente corpos negros fossem menos evoluídos que os das pessoas brancas.

Assim, mesmo não tendo amparo na ciência, os conceitos de raça e racismo continuaram partilhados no senso comum. E até hoje permanecem sendo apropriados pelos grupos que histórica e politicamente foram beneficiados pelas suas implicações; ou seja, por aqueles que são lidos como “brancos”.

1.3. Racismo Estrutural

Ao racismo se pode atribuir uma pluralidade de significados, que pressupõem suas várias dimensões. No entanto, o conceito nominado racismo estrutural, em nosso entendimento, é o mais amplo para a compreensão desse fenômeno em termos de Brasil. É ele que acomoda os demais tipos de racismo no país, é a sacola grande, a gaveta maior que ampara, organiza e determina os meios de operação da discriminação racial em solo brasileiro.

Conforme dito no tópico anterior, a raça, enquanto uma construção social, estabeleceu uma classificação entre pessoas ancorando-se em um projeto de dominação social a partir do critério de hierarquização que se utilizou da racialização homens e mulheres a partir de seus traços fenotípicos, em específico a cor da pele, e essa dinâmica serviu para legitimar a formação das minorias raciais. Entretanto, convém ressaltar que o termo minoria aqui aplicado não se refere a algo quantitativo, mas sim a uma menorização social de inúmeros e diferentes grupos de pessoas que cultural e historicamente foram consideradas inferiores, portanto, marginalizadas.

Não há como compreender o racismo no Brasil racista sem o entendimento do que é o racismo estrutural (ALMEIDA, 2020). O Estado brasileiro foi estruturado com rígidos critérios de discriminação racial para com o povo negro, isso perpassou todas as instituições e relações na sociedade, determinando a vida social, política e econômica das pessoas. O preconceito, hoje tão presente em nossa realidade, está na estrutura que formou a sociedade brasileira. Portanto, todo ato racista é oriundo de uma organização estruturante de poder que garantiu desvantagens à população negra. Silvio Almeida, conclui:

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas,

jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. (ALMEIDA, 2020, p. 50).

Antes de avançar na discussão, é preciso destacar que a discriminação racial não atinge só o povo negro, embora sejam eles as maiores vítimas. O preconceito também atinge diretamente a população branca brasileira, que despercebidamente garantiu isenção dos horrores do racismo, normatizando certas vantagens como se fossem naturais. Segundo o IBGE (2024), o Brasil tem a maioria da população negra (entenda-se pretos e pardos). Nesse sentido, por que existe tanta segregação com mais da metade do povo brasileiro?

Considero responder à questão acima lembrando a greve dos garis do Rio de Janeiro, no ano de 2014. Bastou dois dias para que a cidade maravilhosa, com lixo acumulado, ganhasse a cobertura da imprensa nacional. Todas as fotos dos trabalhadores paralisados mostravam pessoas com uma única cor, a preta. Era difícil perceber um gari não negro entre os demais. Trazendo esse retrato para uma análise comparativa com as fotos de formandos de medicina, facilmente se perceberá a igualdade de corpos brancos dentro dos jalecos.

Portanto, ambos exemplos demonstram o comportamento de grupos em espaços que revelam como a discriminação racial regulou a organização da sociedade de forma determinante, garantindo que em uma raça seja privilegiada em detrimento de outras. Para Denis Oliveira. “Mas de entender que o racismo é estrutural é conceber o racismo como produto de uma estrutura sócio-histórica de produção e reprodução de riquezas. Portanto, é na base material das sociedades que se devem buscar os fundamentos do racismo estrutural. (OLIVEIRA, 2020, p. 67).

Essa realidade racista no Brasil está na raiz das ordens sociais e impacta a espacialidade das relações raciais do país. Por isso, denomina-se racismo estrutural e se entranha na sociedade, fazendo-se presente em todas as instituições. Segundo Almeida, “As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: As instituições são racistas porque a sociedade é racista.” (ALMEIDA, 2020, p. 50).

A sua emergência tornou-se base estruturante da desigualdade racial. Foram construídos privilégios históricos a homens e mulheres brancas, estruturando a vida da população negra brasileira a um eterno fundo do poço, sem chances de achar a curva para mirar seu retorno. O fato de uma sociedade como o Brasil manter pessoas negras como as

mais afetadas pelos problemas que ela mesma enfrenta, mostra que o problema é histórico e está na raiz. Diariamente acontecem exemplos dos impactos do racismo estrutural. Vejamos alguns deles.

No dia 25 de novembro de 2022, um atirador invadiu duas escolas em Aracruz, município do Espírito Santo, atirando nas primeiras pessoas encontradas à sua frente. O autor do crime, um homem branco de 16 anos, que trazia em sua jaqueta um símbolo da suástica nazista, acabou matando quatro pessoas, além de deixar vários feridos. Um dia após a fatalidade, o jornal O Estado de São Paulo noticiou o fato em seu *Twitter* junto ao título: “Ataque a tiros em escolas do ES: Por que casos assim têm se repetido no Brasil?” Detalhe, a foto utilizada para ilustrar o fato trazia uma arma (revolver, pistola) empunhada por uma mão negra e não a de um homem branco, tal como o autor do bárbaro crime.

Figura 03 - Caso Aracruz



Fonte: Poder 360⁵.

Após inúmeras manifestações públicas de repúdio ao veículo de comunicação, o grupo “Estadão”, como popularmente é conhecido, retirou a foto, republicando outra. Desta vez, com o referido atirador com seu corpo quase por inteiro apontado à arma em um colégio. O título, igual ao anterior, foi acrescido de três linhas, admitindo a utilização de uma imagem inadequada para ilustrar a reportagem. Portanto, estava mudando após o alerta de seus leitores.

⁵ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/criticado-estadao-troca-foto-de-mao-negra-segurando-arma/>. Acesso em: 29 mar. 2024.

A intenção do jornal foi apenas informar o equívoco. Nenhuma retração ao racismo ou mesmo um pedido de desculpas à população negra que fora ofendida e mais uma vez lembrada como criminosa.

O recente caso de Aracruz, reportado em um jornal de grande circulação, oferece uma dimensão reflexiva acerca da força do racismo estrutural em nossa sociedade. Há uma absurda insistência em posicionar corpos negros no lugar de pessoas perigosas e violentas. Mesmo com câmeras mostrando o assassino, um homem branco nazista, o comportamento da mídia brasileira é estruturalmente racista e encontra concordância na cabeça da maioria da população do país. É tão natural classificar pessoas com o que há pior, como no caso, assassinos, que o editor do jornal enegreceu as mãos de um assassino branco!

É preciso evidenciar que o racismo estrutural não é um fenômeno para ser usado como desculpas de atos racistas ou qualquer tipo de conformismo, como vem recentemente acontecendo. No Big Brother Brasil deste ano, 2024, uma participante branca e rica, muito conhecida no meio artístico, foi tão racista com um participante negro que acabou sendo expulsa do quadro. Após as repercussões negativas, a mesma usou as mídias para se retratar pelo ocorrido. Após choros, falou que sua atitude foi culpa do racismo estrutural; porque, como vive em um país racista, aprendeu a ser assim. Ela se mostrou arrependida a partir do momento que terceirizou a culpa do seu ato.

Sobre esse fato, Denis Oliveira chama a atenção para os riscos do uso inapropriado ou banalizado do termo racismo estrutural. Tipo: “Ah! Não sou racista, o que cometi foi o racismo estrutural”:

A ideia de racismo estrutural nessa perspectiva é sedutora por dois motivos. Primeiro, porque resolve o problema, fecha questão e pode ser explicada nessa gramaticalidade das narrativas das redes sociais em apenas 280 caracteres. Um bálsamo para os que aspiram ser digital influencers e serem celebridades midiáticas (a tal galera da “lacrção”), mas uma tragédia para qualquer debate intelectual mais sério (OLIVEIRA, 2021, p. 62).

Ou seja, o termo pode ser utilizado como pretexto ou salvo-conduto para a justificativa de atos racistas por parte de indivíduos mal-intencionados. Nesse mesmo sentido, o jurista

Silvio Almeida alerta que mesmo que todo racismo seja estrutural, isso não é motivo para cada racista se omitir do ato:

Ou seja, pensar o racismo como parte da estrutura não retira a responsabilidade individual sobre a prática de condutas racistas, então é um alibi para racistas. Pelo contrário, entender que o racismo é estrutural, e não

um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, nos tira ainda mais responsáveis pelo combate ao racismo e aos racistas. Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo. (ALMEIDA, 2018, p. 52).

Admitir e conhecer o racismo estrutural aumenta a responsabilidade de cada pessoa não o reproduzir, porque afinal, se tem que mudar a estrutura da sociedade, todas as pessoas têm que estar participando dessa mudança. Não podemos também fechar os olhos para algumas armadilhas do cotidiano das relações raciais no país. As situações em que pessoas se apropriam desse conceito para o conformismo das ações racistas, terceirizando a culpa da discriminação.

Contudo, é importante compreender que todo racismo é estrutural, porque é um processo histórico-político e a mentalidade racista está na raiz. Assim, percebe-se que ele é praticado cotidianamente não só por indivíduos, mas também por instituições que atuam para manter a ordem social conforme a lógica racial que já existia antes delas. Portanto, além de estrutural, o racismo é também institucional.

1.4. Racismo institucional

Uma vez explicitado o conceito de racismo estrutural, é preciso destacar como ele opera na sociedade. Uma vez que é um componente estruturante da ordem social, ele surge com outro conceito a partir do anterior: o racismo institucional. Todas as manifestações discriminatórias se apropriam de instituições para reproduzir as estruturas racistas, que é uma forma parcialmente razoável das manifestações daquilo a que chamamos de estrutural. Novamente, convém ressaltar que ele não é criado e sim reproduzido pelas instituições.

Logo, se não houver instituições, não tem como reproduzir as práticas sociais que vão dar sentido e continuidade às estruturas. Portanto, para se falar de racismo institucional, é importante descrever o que podem ser instituições em uma sociedade, apontando também alguns exemplos. São espaços públicos ou privados que apresentam formas de controlar o comportamento das pessoas que vivem neles, esse controle vai dar uma certa estabilidade dentro desses lugares. Então, quando pensamos, por exemplo, nas escolas, nas universidades, nos sistemas de governos, legislativo, judiciário e executivo, nas Igrejas, nas empresas e até mesmo na própria família, temos plenos exemplos de instituições.

Sendo assim, é indispensável a organização das instituições para girar a roda de funcionamento de um Estado racista. Conforme Silvio Almeida:

(...) instituições são fundamentais para a consolidação de uma supremacia branca ou, dito de maneira mais ampla, da supremacia de um determinado grupo racial. Dizem os autores que a comunidade negra foi criada e dominada por uma combinação de forças opressoras e interesses específicos na comunidade branca”. (ALMEIDA, 2018, p. 43).

Cabe deixar claro a importância de se compreender que o racismo institucional é menos nocivo do que o estrutural, afinal um apenas media o outro. Mas é o racismo institucional que mantém os negros presos em favelas dilapidadas, sujeitas às pressões diárias de exploradores, comerciantes, agiotas e agentes imobiliários discriminatórios. (ALMEIDA, 2018, p. 44).

Ele funciona como um arranjo de instituições que operam para manter a hegemonia de um determinado grupo racial no poder, o domínio que homens brancos têm das instituições públicas e privadas depende de um regramento que dificulte a ascensão de homens e mulheres negras. Embora implícito, é o mais presente nas relações individuais. Segundo Adilson Moreira:

O racismo institucional torna-se parte do funcionamento normal de instituições públicas e privadas que não levam em consideração o impacto de suas decisões ou de suas omissões na vida dos diferentes grupos raciais. Ele também ocorre quando elas implementam medidas que excluem grupos raciais de benefícios sociais. Como essas práticas discriminatórias fazem parte da operação normal dessas organizações, elas não são analisadas da mesma forma que atos individuais de racismo. (MOREIRA, 2019, p. 46).

O racismo institucional perpassa todas essas instituições; por isso, é institucionalizado. O termo é imprescindível para perceber que a discriminação está muito além de um ato individual destas instituições de poder que direta ou indiretamente reproduzem privilégios numa dinâmica institucional em que a contrapartida custa uma imposição de obstáculos para pessoas negras ocuparem esses mesmos espaços, reproduzindo aos favoritos assim desvantagens.

Esse tipo de prática discriminatória encontra sua sustentação na presença de atitudes culturais racistas que permitiam as normas que regulam instituições públicas e privadas, e também na mentalidade daqueles que atuam de forma racista quando as representam. Essas atitudes discriminatórias despertam o

sentimento de superioridade racial em pessoas brancas, o que justifica a subordinação de outros grupos raciais. (MOREIRA, 2019, p. 50).

Sutileza é uma característica histórica no Brasil que está colada às práticas racistas. Sobram exemplos por esse país de racismo institucional. A juíza baiana Luislinda Valois, uma das primeiras juízas negras do país, ex-ministra dos direitos humanos do Brasil, magistrada desde 1984, chamou atenção na luta que travou com a própria justiça, da qual ela sempre representou como magistrada. Há anos aguardando a promoção para desembargadora pelo critério de antiguidade e cansada de esperar desde 2003, precisou buscar na justiça por sua nomeação ao tribunal de justiça.

Após a representação judicial, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou ao tribunal de justiça a nomeação da juíza como desembargadora, que aconteceu em 2011. O próprio espaço do poder judiciário baiano manifestou exemplos do que é racismo institucional. Silvio Almeida chama a atenção para as características implícitas das intuições para atos racistas.

Já o racismo institucional é “menos evidente, muito mais sutil, menos identificável em termos de indivíduos específicos que cometem os atos”. Porém, alertam os autores para o fato de que o racismo institucional “não é menos destrutivo da vida humana”. O racismo institucional se “origina na operação de forças estabelecidas e respeitadas na sociedade e, portanto, recebe muito menos condenação pública do que o primeiro tipo. (ALMEIDA, 2018, p. 43).

O maior problema do racismo institucional hoje é o seu alcance. Ele é tão frequente no dia-a-dia que passa despercebido de qualquer olhar reflexivo. A baixa presença de pessoas negras em empresas comerciais e repartições públicas é bem visível. Ainda se utilizam da exigência do critério de boa aparência para contratação de funcionários em vários locais comerciais. Convém admitir que, na estrutura social brasileira, vigora a ideia de que ser aparente é não ser negro. Portanto, mesmo que os candidatos negros preencham todos os requisitos objetivos, a instituição lançará mão de subjetividades com critérios raciais.

Uma mulher ou um homem serem preteridos de uma vaga de emprego por serem pretos soa injustiça, no entanto, é uma realidade que acontece frequentemente em diferentes estabelecimentos no Brasil. Basta olhar as principais lojas distribuídas em centenas de cidades brasileiras, o número de funcionários negros, o que também se aplica em locais menores. A professora Cida Bento, psicóloga e ativista que se dedica ao estudo do racismo institucional desde 1992, chama a atenção para esses efeitos. “Os negros são vistos como invasores do que

os brancos consideram seu espaço privativo, seu território. Os negros estão fora de lugar quando ocupam espaços considerados de prestígio, poder e mando.” (BENTO, 2019, p. 74).

A incapacidade desses espaços de resolverem conflitos sociais de ordem racial da maneira correta é naturalizada, a impotência é esquecida, ficando implícitas as contendas oriundas das desigualdades raciais. Pode dizer que o racismo se torna institucional quando sai da esfera pessoal e passa para um plano maior, ocorrendo dentro dos organismos, que adotam uma política ativa, permissiva e segregadora com a população negra brasileira, reduzindo-a às margens da sociedade. Para Cida Bento:

Em sociedades desfiguradas pela herança do racismo, a preferência de um mesmo perfil de pessoas para os lugares de comando e decisão nas instituições financeiras de educação, saúde, segurança etc., precariza a condição e vida da população negra, gerando desemprego e subemprego, a sobrerrepresentação da população negra em situação de pobreza, os altos índices de evasão escolar e mal desempenho do aluno negro e os elevados percentuais de vítimas negras da violência policial. (BENTO, 2019, p. 76)

Por fim, se a essência do racismo é sempre estruturante, a sua operacionalidade também será por meio das instituições. Em cada uma delas existem determinadas regras, normas que vão conferir uma estabilidade a cada povo, governo e estado. Essas ações efetivam-se justamente para garantir a manutenção do poder por corpos brancos nesses espaços. Isso fica evidenciado no próprio legislativo brasileiro, como as câmaras municipais, o parlamento estadual ou federal, a câmara alta, serem compostas por legisladores majoritariamente homens não negros.

O racismo institucional ainda é difícil de ser percebido pelas pessoas, justamente por ele não ser tão escancarado assim, exige uma elaboração de raciocínio capaz de entender as dinâmicas institucionais para emitir uma análise mais apurada das coisas que estamos vivendo, para refletir como são negados os direitos. Sendo assim, não é difícil se acreditar que tendo uma maioria de pessoas brancas dentro dessas instituições de poder elas vão garantir esses direitos e privilégios as pessoas brancas e vão continuar mantendo essa cadeia de privilégios as pessoas brancas e conseqüentemente vão negar os direitos básicos as pessoas negras.

1.5. Racismo à brasileira

Apesar de toda a negativa acerca de sua existência, o racismo existe na sociedade brasileira e pode ser percebido de diversas maneiras, tanto explícitas, como nos casos já relatados, como implícitas, como demonstraremos mais adiante. Os defensores de sua não existência geralmente usam como argumento o fato de não apresentarmos uma sociedade cindida entre brancos e negros, como evidenciado no regime do apartheid, na África do Sul.⁶ Além disso, também é comum lançarem mão de que os episódios do racismo que ganharam notoriedade na mídia são casos isolados, fruto da ação deliberada de indivíduos desequilibrados. Por outras palavras, seria uma exceção à regra.

Conforme mencionado no capítulo anterior, o vice-presidente da república, Hamilton Mourão, mesmo após o assassinato de um homem negro no Hipermercado Carrefour, foi taxativo em negar a existência de racismo no Brasil. Suas afirmações baseavam-se em sua experiência de ter morado dois anos nos EUA e lá ter visto a separação de negros e brancos numa escola e em um ônibus. Todavia, os flagrantes de racismo vivenciados por ele referiam-se à segregação racial legalizada naquele país. Algo que em tese não aconteceu no Brasil.

Entretanto, essa não foi a primeira vez que Mourão causou polêmica ao comentar relações raciais no Brasil, fazendo abertamente apologia ao racismo. Antes de ser vice-presidente, na condição de candidato ao posto nas eleições de 2018, houve duas ocasiões durante a campanha em que ele fez fortes comentários racistas que ganharam dimensão e reprovação nacional. Primeiro, em seis de agosto de 2018, em sua primeira agenda na condição de candidato. Neste dia, ele fazia campanha no Rio Grande do Sul, sua terra natal, e em uma oportunidade de se reunir em Caxias do Sul em um evento público, onde falava sobre condições de subdesenvolvimento e conflitos políticos e sociais da América Latina, acabou provocando: “Temos uma certa herança da indolência, que vem da cultura indígena. Eu sou indígena, minha gente. Meu pai é amazonense. E a malandragem, Edson Rosa (*vereador de Caxias do Sul*), nada contra, mas a malandragem é oriunda do africano. Então, essa é o nosso cadinho cultural.”⁷ Pouco tempo depois, em seis de outubro do mesmo ano, véspera do primeiro turno daquelas eleições, ele deu entrevista a jornalistas no aeroporto de Brasília, onde também se encontrava com a sua família. No final da reportagem, querendo elogiar o

⁶ Sobre este regime segregacionista ver PEREIRA, Analúcia Danilevicz. Apartheid: apogeu e crise do regime racista na África do Sul (1948-1994). In: MACEDO, JR. (Org). Desvendando a história da África [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

⁷ <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2018/08/06/vice-de-bolsonaro-afirma-que-brasil-herdou-indolencia-do-indio-e-malandragem-do-africano-durante-evento-no-rs.ghtml>

seu neto, fez uma referência direta à cor do garoto, dizendo: "Gente, deixa eu ir lá, que meus filhos estão me esperando. Olha, meu neto é um cara bonito, viu ali? Branqueamento da raça".⁸

Logo, verifica-se no Brasil uma tradição e estratégias de se negar o racismo, utilizando a camuflagem e a ironia para ridicularizar e discriminar as pessoas pela cor da pele, face a um absurdo e sistemático endeusamento da branquitude. É essa dinâmica do racismo brasileiro que manifesta ao nosso redor. Ser branco no Brasil é ser belo. Ser negro significa uma atribuição negativa associada aos negros, como feiura, atraso intelectual, baixa escolaridade, sujeira, criminalidade, etc.

Ser negro no Brasil é enfrentar diariamente o racismo estrutural, que coloca os negros no banco dos réus, vítimas das inúmeras instituições que discriminam pretos e pardos silenciosamente. É enfrentar o racismo recreativo mediado pelo riso, que atenua o impacto do discriminador, e não menos maléficos que os demais, ironiza qualquer tipo de reivindicação da população negra brasileira. É perceber que a cobertura midiática do racismo religioso em nome da cristãoocracia que aniquila quaisquer simples intenções das religiões de matriz africana no país, sendo a maioria liderada pela população negra.

Oracy Nogueira (1917-1996) trouxe uma importante contribuição sobre o estudo do racismo no Brasil, voltado ao reconhecimento da existência do preconceito racial brasileiro. Este estudioso relacionou o preconceito no Brasil com o dos EUA de conforme o comportamento social de ambos. Para isso, definiu dois conceitos: o preconceito de marca e o preconceito de origem. O primeiro buscou entender o funcionamento do racismo brasileiro. Já o segundo, compreender a forma do racismo norte-americano. Embora seja um estudo datado no começo da segunda metade do século XX, muitas coisas coecindem com o Brasil atual.

O racismo de origem observado em terras norte-americanas tem como critério a ascendência, ou seja, se uma criança de aparência branca for gerada de uma união inter-racial, ela será tratada como negra, e, portanto, discriminada em função de seu grupo ancestral (NOGUEIRA, 1985). Cabe lembrar que nos EUA o racismo foi fundamentado por uma segregação racial legalizada pelo Estado, onde por lei se separavam negros e brancos em vários espaços. Foi essa separação de pessoas pela cor da pele, vista pelo vice-presidente do Brasil no norte da América, que o fez afirmar que não viu isso entre os brasileiros. Portanto, não havia racismo por aqui.

Já no Brasil, o racismo de marca avalia o fenótipo, elege a aparência através da tonalidade da pele, somado a alguns traços fisionômicos como nariz, lábios e tipos de cabelo,

⁸ <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/06/candidato-a-vice-de-bolsonaro-mourao-cita-branqueamento-da-raca-ao-elogiado-neto.ghtml>

como critério para a discriminação racial. A marca que se narra aqui nada mais é do que a cor da pele da população negra (preta e parda) brasileira:

Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações, traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico, para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem. (NOGUEIRA, 1985, p. 79).

O Brasil, por ser um país marcado por uma forte miscigenação, tem o racismo se constituído a partir dessa marca da pele, da tonalidade da coloração. Assim, pessoas com maior pigmentação na pele têm uma maior probabilidade de sofrer discriminações do que as pessoas brancas. Quanto mais escura for, mais chances terão de ser alvos da dinâmica racista brasileira - que é extremamente antinegra e facilmente contaminosa. A miscigenação de uma população inter-racial ganha distintos olhares no imaginário coletivo. A subjetividade do regramento opera em aplaudir quando seus descendentes branqueiam, ao passo que pesam tristezas quando estes enegrecem.

Há um preconceito negativo com o corpo da população negra, a sua principal marca. Há também uma referência de beleza para que essa estética afro seja negativada, excluída de um hipotético ideal de beleza presente no Brasil. É justamente aí que se opera o racismo, subalternizando os negros pela marca, destituindo-os de sua identidade, em contrapartida, de uma valorização dos corpos brancos como ideal de beleza. Nesse país, nutriu-se um sentimento nacional de antipatia com quem não é branco.

Como a estética e o relacionamento são dimensões muito amplas, os negros, quando furam a bolha e conseguem ascender-se a circuitos de amizades em que a maioria são brancas, há o subjetivismo em aceitar e nutrir afeto ao amigo negro. O desequilíbrio do racismo busca desculpas em algumas adjetivações positivas ao afro amigo quando começam a afirmar que ele não é um negro qualquer, é gente boa! Olha, ela é tão bonita que nem parece ser negra! De acordo com Oracy Nogueira:

Assim, no Brasil, a experiência decorrente do problema de cor varia com a intensidade das marcas e com a maior ou menor facilidade que tenha o indivíduo de contrabalançá-las pela exibição de outras características ou condições, beleza, elegância, talento, polidez, etc. (NOGUEIRA, 1985, p. 88-89).

O Brasil é o lugar onde reinam absurdas vantagens às pessoas brancas. Logo, nesse país se ensina a não gostar de negros, pois a sua estética não é a ideal; ela não agrada aos que compõem o lugar social da branquitude, termo este que está para além do corpo branco, pois detém privilégios e vantagens. E também é dominado por aqueles que se consideram legítimos representantes do padrão de beleza brasileiro. Embora, dificilmente percebida, justamente por não passar constrangimentos, e pelo fato da maioria dos estudos olhar o racismo a partir do negro discriminado e não do branco discriminador. Portanto, para se refletir o que é ser negro hoje, é indispensável também pensar o que é ser branco no Brasil.

No racismo à brasileira, quando o lugar da branquitude não vence os argumentos antirracistas, surge em cena o velho discurso de que o maior problema do Brasil é social, não racial. Numa receita perfeita onde se defende que, acabando a pobreza do povo brasileiro, acabará automaticamente o racismo. Evocam o primeiro mandamento constitucional formal que preceitua: todos somos iguais perante a lei, portanto, tratemos o problema principal.

Onde o preconceito é de marca, a probabilidade de ascensão social está na razão inversa de intensidade das marcas de que o indivíduo é portador, ficando o preconceito de raça disfarçado sob o de classe, com o qual rende e coincide; onde o preconceito é de origem, o grupo discriminador e o discriminado permanecem rigidamente separados, um do outro, em status, como se fossem duas sociedades paralelas, em simbiose, porém, irredutíveis uma à outra. (NOGUEIRA, 1985, p. 90).

Ao falar de racismo no Brasil, o imaginário coletivo remete ao negro. Discutir esses dois termos juntos ou mesmo separados ainda é algo complexo no país, é como pisar em ovos. É comum ouvir no Brasil, “Falar negão não pode, é racismo”. Nota-se uma estereotipação do termo, uma vez que no imaginário coletivo é muito comum tratar os sujeitos da população negra como negão ou negona. Implicitamente está presente o elemento pejorativo na sua utilização, algo que dificilmente acontecerá com pessoas brancas, haja vista que não é comum tratarem os sujeitos da população branca de brancão ou brancona. Também se nota na expressão defensiva face à consciência da criminalização do racismo no Brasil.

Em terras brasileiras, não há pessoas negras no imaginário popular, há pessoas morenas, pessoas mulatas, principalmente no que se refere ao tratamento dado à mulher negra. No sistema racial brasileiro, enquanto branco não é insulto, preto e negro em situações de tensões passam a ser uma afronta justamente por serem carregados de racismo. Basta problematizar as expressões. Negro vagabundo! Preto safado! A conotação pesa mais no

substantivo do que no adjetivo. Isso é totalmente diferente da cultura norte-americana, onde lá não há margem para outros termos que não seja branco ou negro.

A própria palavra negro, geralmente, se reserva para os momentos de conflito, preferindo-se, nas fases de acomodação, expressões como “pardo”, “mulato” e “preto”, quando não os eufemismos como “moreno”, “caboclo” (em relação a indivíduos negróides), etc. Mesmo quando ocorrem situações em que a presença do indivíduo de cor seria considerada indesejável ou incômoda, o mais comum é se lhe “dar a entender” o problema que está pendendo ou que “está causando”, sem se chegar “ao extremo” de lhe chamar franca e abertamente a atenção. (NOGUEIRA, 1985, p. 92).

Ainda em comparação com os EUA, no Brasil sempre houve um estoque de exaltação racial na formação do povo brasileiro. Da invasão de Cabral, passando pela escravização e dizimação dos povos indígenas brasileiros, do longínquo período escravagista no país que extrapolou com a população negra, perdura a fábula racial que teoriza a descendência do país constituído pela ideal mistura do branco, do negro e do indígena. Na prática, o elemento superior sempre foi o branco, esse é o grande problema do racismo à brasileira. Para o antropólogo Roberto Da Matta, a fábula das três raças se constitui na mais poderosa força cultural do Brasil:

Assim, embora exista preconceito no Brasil, não existe entre nós um sistema de segregação ou separação racial implementado e legitimado por leis escritas. Ademais, o sistema, coerentemente, gerou uma ideologia de mistura e ambiguidade. Na figura da mulata e do mulato, por exemplo, e nas religiões populares, que se constituem em um elemento integrador de todo o sistema, valorizando mais a confissão humana, sofrimento, culpa, pecado, caridade, amor. (DA MATTA, 1997, p. 73).

No final do século XIX o Brasil assistiu, entre um ano e outro, à abolição da escravatura em 1888 e à Proclamação da República em 1889. Teoricamente, de um lado era o fim da escravaria de corpos negros, de outro, sepultava-se definitivamente a monarquia brasileira. A Lei Áurea produzida no treze de maio deu liberdade legal ao negro escravizado sem o promover socialmente enquanto liberto, e a agenda do Brasil republicano, que via no regime escravista principal motivo do seu atraso no desenvolvimento social e econômico não quis saber do ex-escravos que compunham a maioria da população brasileira naquele momento.

Logo, todas as providências tomadas pela elite brasileira pensando um Brasil moderno, capaz de alcançar a segunda fase da Revolução Industrial, excluía os negros libertos.

Sem acesso à escolaridade, moradia, são abandonados à própria sorte. Há uma violenta marginalização do escravo liberto que, não encontrando nenhuma oportunidade de trabalho, foi empurrado para as periferias. No Rio de Janeiro, capital do país, passam a surgir favelas e cortiços em seus principais centros urbanos.

Foi esse tipo de segregação racial que ocorreu no Brasil, de forma extremamente sutil e que difere da norte-americana com as Leis Jim Crow, e o Apartheid na África do Sul. Porém, não menos brando e cruel, com grande potencial destrutivo a longo prazo. Telles, provoca: “O Brasil representa um caso clássico de hegemonia racial, no qual se “nega a existência das desigualdades raciais, no mesmo tempo que se produz mais desigualdade” (TELLES, 2003, p. 235).

Também é preciso mencionar que a escravização brasileira de corpos negros foi bem mais longa que a dos EUA. Mesmo assim, não faltaram medidas para a negação do passado escravocrata negro do país, a imigração estrangeira de corpos brancos assalariados, já iniciada no império e retomada e reforçada. Segundo Telles:

De forma mais destacada, políticas de imigração continuaram a apoiar a desigualdade racial por, pelo menos, duas décadas após a abolição. Em um esforço para “branquear” e civilizar a população brasileira, empregadores, em conluio com os governos federal e estaduais, buscaram imigrantes europeus para substituir os escravos, barrando a imigração de africanos, asiáticos e afro-norte-americanos. (TELLES, 2003, p. 251).

Nesse sentido, a negação da escravização do negro significou também o apagamento do negro brasileiro. Além de seu trabalho, havia toda cultura, valores, conhecimentos africanos trazidos de seus países. Tudo suprimido por uma cultura hegemônica do branqueamento que perpetua até hoje, de forma sutil, uma característica peculiar do racismo brasileiro.

O professor Luís Valério Trindade Sergio, chama atenção para alguns trechos contidos no Hino da Proclamação da República, composto em 1890 por Medeiros Albuquerque e Leopoldo Miguez, que apontam a institucionalização do apagamento do negro escravizado em uma canção oficial do país, o qual diz em um trecho afirma: “Nós nem cremos que escravos em outrora. Tenha havido em tão nobre país. Hoje o rubro lampejo da aurora. Acha irmãos, não tiranos hostis”. Segundo Trindade:

O hino à Proclamação da República realiza duas façanhas incríveis. Primeiro, põe em xeque a existência de um regime escravocrata e o posiciona em um imaginário passado muito longínquo (nós nem cremos que escravos tenha

havido em tão nobre país). Depois absolve completamente figuras cruéis e impiedosas como senhores de escravos e capitães do mato, já que “o lampejo da aurora acha irmãos, não tiranos hostis (TRINDADE, 2022, p. 33).

Dagoberto José Fonseca dedica um estudo apropriado para o tipo de racismo à brasileira, sua obra “Você conhece aquela? – A piada, o riso e o racismo à brasileira.” Pautase numa observação de como a democracia racial é frágil face às inúmeras piadas antinegras e ditos populares, chamamentos populares ofensivos e pejorativos que reforçam a ridicularização da população negra no Brasil. O pesquisador em seu livro compara piadas não só de negros, mas também de loiras e de portugueses, ambos que carregam consigo o estigma da burrice, no final aponta serem os negros da discriminação mediada pelo riso.

O negro não tem sossego na sociedade brasileira, sendo molestado de diversas formas. É marginalizado e discriminado, mesmo com atitudes que aparentemente são inofensivas, como as gozações, mas o vinculam irremediavelmente à pobreza e ao animalismo. Sua condição social e sua feiura são colocadas como questões de dó, configurando-o como coitado, sendo inclusive evitado pelas mulheres de seu grupo etnorracial. (FONSECA, 2012, p.83).

Contudo, quero destacar uma piada curta, contida na obra: qual diferença do negro e do câncer? A resposta é ridícula: é que o segundo evolui, o primeiro não. É até impossível pensar que piadas desse tipo realmente produzam risos. No entanto, essa é a característica do racismo no Brasil, marcado por inúmeros estereótipos que se desdobram de forma intensa, dificultando a vida da população negra, enquanto homens e mulheres brancas não sofrem desses prejuízos, apenas assistem esses eventos numa sociedade com uma democracia racial de fachada, algo que ganhará discussão a seguir.

1.6. O mito da democracia racial

Durante a maior parte do século XX o Brasil viveu sob o signo de uma ideologia que negava a existência do racismo como um traço estrutural de nossa sociedade. Esta ideologia foi construída, sobretudo, a partir da difusão das ideias contidas na obra *Casa Grande e Senzala* (1933), de autoria do antropólogo Gilberto Freyre (1900-1987) ⁹.

Antes de avançar em Freyre, voltemos ao contexto da época. Conforme abordado anteriormente em “Racismo à brasileira”, a população brasileira que se encontrava presente

⁹ Gilberto Freyre foi um intelectual pernambucano, nascido em 15/03/1900. Oriundo de família aristocrática e tradicional, foi um estudioso que buscou compreender as relações sociais dos brasileiros a partir do período colonial do Brasil. Ainda hoje, é considerado um dos mais importantes sociólogos do século XX.

no Brasil da última década do século XIX, especificamente após a abolição e o advento da república brasileira, era majoritariamente negra (composta de pretos e pardos). Para um país que se espelhava diretamente na brancura europeia, não era interessante uma população inter-racial enegrecida.

Logo, na Europa, um espelho para o Brasil, já se praticava a defesa de uma suposta superioridade de pessoas brancas em relação às pessoas negras baseadas em teorias científicas, que tiveram grande inserção entre alguns estudiosos brasileiros que entendiam no país havia a uma enorme população degenerada face suas características fenotípicas, principalmente pela cor da pele. Sendo assim, rapidamente se pensaram em resolver o problema social que se acreditavam ser a mistura racial.

Entretanto, esse contingente de pessoas negras no Brasil não diminuiu ao fim da República Velha (1889-1930). E a solução seria branquear a população brasileira através da adoção de uma política imigratória à altura de promover uma miscigenação da população nacional, visando acelerar o branqueamento racial no país.

A tese do branqueamento ganhou muita força no Brasil do início do século XX, contribuindo para o grande fluxo migratório citado acima, vindo da Europa e incentivado pelos governos brasileiros de então. É interessante notar como os movimentos negros, ainda nas décadas de 1920, tinham que dialogar constantemente com as teorias raciais que informavam o senso-comum da época. (PEREIRA, 2001, p. 71).

A tese do branqueamento racial no Brasil enquanto política de governo ficava cada vez mais explícita e violenta. Chamou atenção a pessoa de João Batista de Lacerda, médico e estudioso brasileiro que representou o Brasil no 1º Congresso das Raças em Londres em 1911, afirmando que, dentro de no máximo cem anos, o Brasil estaria formado unicamente por pessoas brancas.

A ideia de radicalizar uma busca incessante pelo branqueamento da população brasileira encontrou um terreno fértil no Brasil, prejudicando ainda mais a população negra, cada vez menos reconhecida por acreditarem que a sua presença nesse país tinha data de validade. Portanto, com uma população negra indesejável e com seu fim articulado, marcou-se assim a construção da brasilidade antinegra. Pereira chama a atenção para uma nota de um dos principais jornalistas da imprensa negra paulista da época que deixa entender que o maior problema do negro era justamente a sua existência.

José Correia Leite, um dos fundadores do jornal O Clarim d'Alvorada, em 1924, e da Frente Negra Brasileira (FNB), em 1931, diz o seguinte: "Houve

um tempo em que eu ouvia muita gente dizer que a nossa luta não tinha razão de ser porque o negro ia desaparecer. Foi uma ideia gerada por estudiosos.” (PEREIRA, 2001, p. 71).

A mesma leitura de uma nova roupagem embranquecedora foi compartilhada por Renato Ortiz em seu importante estudo sobre cultura brasileira. Deixar os negros à própria sorte foi no Brasil uma vontade governamental. À população negra negou-se terra e educação, as duas únicas formas de ascensão social e promoção da dignidade humana da época. Em uma franca política de branqueamento, optou-se por trazer imigrantes europeus exclusivamente não negros para um trabalho livre e assalariado, preenchendo as lacunas deixadas pelos negros libertos que não tiveram.

É interessante observar que a política imigratória, além de seu significado econômico, possui uma dimensão ideológica que é o branqueamento da população brasileira. O fato de este branqueamento se dar em um futuro, próximo ou remoto, está em perfeita adequação com a concepção de um Estado brasileiro enquanto meta. (ORTIZ, 1994, p. 31).

Voltando a obra de Freyre, *Casa Grande & Senzala*, se olharmos a historicidade da década que 1930, temos um momento de grandes mudanças para o Brasil. As articulações oligárquicas dão lugar à política varguista que coloca o país na agenda do mundo do trabalho previstas no processo capitalista daquele momento. Os direitos trabalhistas são garantidos por lei por um governo que promulga uma constituição popular em relação ao anterior, que o habilita a desenhar uma bandeira de governo de estampa populista. Afinal, ele nasceu de uma ruptura, onde muitos a chamaram de revolução.

E os negros? Foram inseridos nessas mudanças? Obviamente, não! Esse Brasil popular não deixou de reproduzir o racismo enquanto estrutura fundamental das relações sociais, criando desigualdade e abismo para a população negra. Por outro lado, estavam desgastadas as teorias científicas que por meio da biologia humana, afirmavam sua inferioridade em relação ao branco, batendo na velha tese da degeneração da população miscigenada enegrecida que retardaria o desenvolvimento do país.

O livro de Freyre consegue trazer outro olhar para a população negra brasileira. Entendia que a presença volumosa de negros no país relacionando-se numa mera convivência social, o que fez da mestiçagem o principal fenômeno constitutivo do povo brasileiro. Para Ortiz, a obra argumentava que a cultura dos povos negros da África desempenhou um papel importante para a formação de um novo tipo de civilização, tornando o Brasil um lugar

especial perante o mundo. Assim, o mestiço não era ruim, era bom, o que seria a principal marca do Brasil.

Gilberto Freyre transforma a negatividade do mestiço em positividade, o que permite completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada. Só que as condições sociais eram agora diferentes, a sociedade brasileira já não mais se encontrava num período de transição, os rumos do desenvolvimento eram claros e até um novo Estado procurava orientar essas mudanças. (ORTIZ, 1994, p. 40).

Como a abolição da escravatura brasileira de corpos negros não teve o condão de transformar coisa em gente, para a população negra malquerida, considerada objeto, era apenas questão de tempo ser varrida pelo branqueamento estatal. Afinal, se extinguiu a sociedade escravista, já a cultura escravista foi preservada, tendo que se reconfigurar nouro formato. E nessa lacuna, a mestiçagem defendida por Freyre vai capacitar uma harmonia entre negros e brancos no novo modelo urbano de desenvolvimento do país, tese aceita pela agenda do governo varguista.

Entretanto, convém destacar que à sua obra deve-se o legado de romper com o racismo científico, não com o estrutural. Assim, em tese, surge uma concepção do mestiço como símbolo da identidade nacional. Características positivas no negro brasileira foram incorporadas à figura dos corpos mestiçados como algo local. Passava-se a ideia de que havia um lugar social para a população negra brasileira. Conforme Ortiz:

A ideologia da mestiçagem, que estava aprisionada nas ambiguidades das teorias racistas, ao ser reelaborada, pode difundir-se socialmente e se tornar senso comum, ritualmente celebrado nas relações do cotidiano, ou nos grandes eventos como o carnaval e o futebol. O que era mestiço torna-se nacional. (ORTIZ, 2000, p. 41).

Diante disso, Casa Grande & Senzala torna-se um clássico absorvido rapidamente pela sociedade brasileira. Além disso, atravessou fronteiras, chamou a atenção de estudiosos de outros países, apresentou ao mundo um Brasil que detinha as relações mais harmoniosas possíveis entre os seus grupos raciais. Em outras palavras, difundiu-se a leitura de que este país havia escapado do racismo, e qualquer transtorno de aborrecimento que houve nesta questão foi abolido oficialmente desde 13 de maio de 1888.

Tal segurança no imaginário freyriano da época foi tanta que fizeram até comparações entre a escravização brasileira e a norte-americana, afirmando que a brasileira foi mais suave e que, por consequência, os negros no Brasil receberam melhor tratamento. Novamente, a Lei Áurea era a principal referência, uma vez que acreditavam que a partir dela o negro tornou-se

igual ao branco. Na realidade, essas argumentações apenas serviram para reforçar o racismo cordial no Brasil. E uma plena disposição de negar a existência do racismo emerge como o pensamento dominante do país na época.

Entender o Brasil como um paraíso racial mascarava um país de mão dupla: uma que aceitava acolher o miscigenado mestiço embranquecido, incorporando-o na cultura nacional, a outra, ainda na mentalidade escravizadora entendia que após o fim da sociedade escravista não haveria lugar para seus protagonistas, agora na condição de negros libertos indesejáveis, no caso, o mestiço enegrecido.

Isso ficará evidente em 1934 com a promulgação da segunda constituição republicana do Brasil, que em seu artigo 38, no parágrafo B¹⁰, passou a legalizar a eugenia, o branqueamento da população do país. Mais adiante, há a promulgação da Lei 7967/1945, em seu segundo artigo¹¹ que tratava da entrada de estrangeiros imigrantes no Brasil, onde deixava claro a predileção da ascendência europeia, portanto, gente branca.

Embora não houvesse a expressão direta do termo democracia racial, muito se discutia acerca dela, se havia ou não uma relação equilibrada entre negros brancos que justificassem ser o Brasil um paraíso racial. A expressão que o próprio Freyre usava para se referir ao Brasil era “democracia étnica e social”. Conforme destaca Guimarães (2001, p. 149), prevalecia a ideia de um país sem linha de cor. “Tal ideia, no Brasil moderno, deu lugar à construção mítica de uma sociedade sem preconceitos e discriminações raciais”.

A conjuntura mundial trazia preocupações com as experiências nazistas da Alemanha, onde a racialização de diferentes povos alemães considerados inferiores em relação aos arianos de brancura e sangue puros, executando milhares de vidas de inocentes dado à emergência de uma suposta raça pura que deveria dominar o mundo. Desse modo, o desfecho da Segunda Guerra fez a Unesco, no começo da década de 1950, pensar na prevenção de tragédias humanas, a exemplo do Holocausto nazista, financiando cientistas sociais para investigar sobre o porquê no Brasil as relações raciais seriam predominantemente pacíficas.

Os dados levantados da pesquisa, principalmente pelos estudiosos Oracy Nogueira e Florestan Fernandes, expoentes da “Escola Paulista de Sociologia”, mostraram algo diferente, uma profunda desigualdade socioeconômica entre brancos e negros, o que fragilizava a veracidade da democracia brasileira. Assim, o termo democracia racial ganha musculatura,

¹⁰ Conforme a redação, entenda-se: estimular a educação eugênica.

¹¹ Art. 2º Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia, assim como a defesa do trabalhador nacional.

justamente para justificar a sua crítica que fragilizava a veracidade, principalmente, de uma democracia racial brasileira.

Diante disso, a percepção da realidade racial brasileira mostrava que as condições da população negra continuavam inalteradas, de ruim a pior. E democracia no Brasil não tinha uma essência de igualdade, portanto, o tratamento igualitário aos negros nunca existiu. Mais ainda, a fábula da democracia racial impediu por muito tempo uma visão nítida sobre a situação da população negra no país que mascarava um fato. Ser negro no Brasil era o principal motivo de estarem afastados das suas riquezas econômicas e intelectuais da nação.

Logo, o Brasil passou anos sob o domínio de uma ilusão, um processo de dissimulação das relações raciais, uma hipocrisia. E é na década de 1960, onde se esgota o período democrático, que surge a crítica ao sistema, aquilo que seria um mito.

Em 1964, no contexto do rompimento da democracia brasileira, justamente em nome da preservação dos valores ideais democráticos, estava finalmente madura a ideia de qual a “democracia racial, mais que um ideal, era um mito – um mito racial, para usarmos as palavras de Freyre. O autor dessa expressão foi justamente alguém que já dialogava criticamente com a obra e as ideias de Freyre desde o início de sua formação acadêmica: Florestan Fernandes. (GUIMARÃES, 2001, p.154).

Entretanto, o resultado do projeto Unesco, realizado por brasileiros, teve pouca repercussão quando publicado. Contudo, impulsionou outros estudos sobre as desigualdades no Brasil. E o mito da democracia racial, ideia chave para se entender o racismo no Brasil, se transformou em uma ideologia a ser combatida. Assim, as críticas às afirmações de que no país não havia preconceito, racismo e outras discriminações que impediam a ascensão social dos negros, ganharam musculatura. Afinal, se o negro não era incluído como deveria, tudo que vinha dele, como a cultura e a sua religião, também seriam discriminadas.

Ora, a democracia racial que se implantara no país nos anos 1930, seja como ideal de relações não-discriminatória e não-segregacionistas, seja como pacto político de participação das massas urbanas, seja como integração simbólica dos negros à nação, pressupunha o papel subordinado de práticas religiosas de origem africana e o caráter sincrético da contribuição dos negros à cultura nacional: não havia lugar para direitos a identidades e singularidade que começava a ser atendida pelo Estado brasileiro, ao menos no terreno da cultura. (GUIMARÃES, 2001, p.157).

Por tudo isso, o mito que romantizou o negro no Brasil contribuiu para a paralisia de qualquer prática antirracista no país. A lacuna social encontrada entre os ricos (maioria branca) e pobres (maioria negra) também conferiu vez a um imaginário coletivo que os problemas

podem ser de classe e não raciais. Outro motivo que posteriormente também serviu para encobrir as práticas racistas existentes no território nacional, e como sempre, isentando o lugar privilegiado da branquitude.

1.7. O racismo no cotidiano escolar

Como vimos anteriormente, o racismo é um fenômeno estrutural e como tal atinge todas as esferas da sociedade. Isso quer dizer que nenhuma instituição escapa de seus danosos efeitos – e isso também é válido para nossas instituições escolares. A escola é uma das instituições mais importantes da nossa sociedade, pois está presente na vida dos indivíduos desde a mais tenra idade até a vida adulta. E, como tal, pode ser considerada como uma espécie de microcosmo da sociedade. Disso decorre que nela são reproduzidas crenças, valores e também diversos tipos de opressão e violência.

Durante vários séculos o povo negro foi excluído dos bancos escolas. Na condição de escravizados, lhe era negado o direito a frequentar a escola. E mesmo após a abolição da escravatura, em 1888, a escola pública não abriu as portas para os negros.

Foi só a partir da segunda metade do século XX que a população negra e os demais segmentos populares. E tal abertura não de seu de forma democrática, pois não se considerou a História e cultura dos africanos e seus descendentes na construção dos currículos escolares. Assim, o ensino continuou em bases eurocentradas – o que equivale a dizer que favorecia a população branca.

De acordo com matéria publicada no jornal *O Globo* em 27 de julho de 2023, o ambiente escolar é apontado por 64% dos brasileiros entre 16 e 24 anos como o lugar onde mais sofrem racismo. Mulheres negras são maioria (63%) entre os que afirmam enxergar a raça como a principal motivadora de violência nas escolas. Além disso, para 81% dos entrevistados o consideram o Brasil um país racista.¹² Neste mesmo ano, no estado de São Paulo, foram abertos mais de 3 mil processos sobre discriminação em geral, sendo boa parte delas de cunho racial. Um desses casos ocorreu na Escola Municipal Ângelo Rafael Pellegrino, em São Caetano do Sul, na grande São Paulo. Segundo o relato do pai do adolescente discriminado, “as agressões continuaram a ponto de o aluno se sentir à vontade de chegar para meu filho e dizer se ele não queria ser o escravo de estimação dele”.¹³

¹² Ver <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/07/27/para-64percent-dos-brasileiros-entre-16-e-24-anos-o-ambiente-escolar-e-onde-mais-sofrem-racismo-aponta-pesquisa.ghtml> .3

¹³ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/10/10/mais-de-3-mil-boletins-de-ocorrencia-de-casos-de-racismo-em-escolas-estaduais-de-sp-foram-registrados-em-2023.ghtml> .

O racismo escolar potencializa a exclusão da representatividade negra, que já é vedada desde o seu nascimento. Com desconhecidas exceções, uma criança negra nasce nas mãos de um médico branco, e provavelmente, durante sua vida, ela não verá um médico negro. As suas primeiras memorizações positivas dos estudantes negros são imagens de corpos brancos enquanto padrões oficiais de beleza, bondade e sucesso, ao passo que os seus iguais em tonalidade, terão registros de ausência ou experiência nada interessantes.

Logo, ao iniciar sua vida escolar, geralmente em escolas públicas, com uma provável condição econômica inferior à maioria dos não negros, essa criança negra já traz consigo essa leitura positiva do que é ser branco e a negativa da sua existência enquanto negro. Portanto, já chegam aos bancos escolares com uma alta carga de baixo-estima.

Sendo assim, o contato com os livros didáticos, presentes em todas as séries, passa a reforçar os estereótipos já construídos e moldados antes dela. A sua representatividade estereotipada nos livros passa a representar o primeiro caso de racismo institucional contra os estudantes negros. Conforme Munanga (1999, p. 27). “A criança que internaliza essa representação negativa tem a não gostar de si própria e dos outros que se lhe assemelham”.

O livro didático público, por ser gratuito, tem fácil aceitação da comunidade escolar, já é uma regra. Para muitas crianças que não têm acesso a revistas e jornais, computador e até televisão, ele é o primeiro e o maior referencial ilustrativo do aluno. E é justamente ele que vai mascarar a representatividade do negro na História, nunca apontando uma característica positiva.

Não ser visível nas ilustrações do livro didático e, por outro lado, aparecer desempenhando papéis subalternos, pode contribuir para a criança que pertence ao grupo étnico/racial invisibilizado e estigmatizado desenvolver um processo de auto-rejeição e de rejeição ao seu grupo étnico/racial. (MUNANGA, 1999, p. 25).

Omitir a extensa contribuição da população negra para com o Brasil, a História de luta e resistência desse povo, apontando seu papel histórico apenas como objeto e não pessoas, centralizando sua condição histórica a partir do trabalho escravo como único referencial é uma das maiores práticas de racismo institucional infanto-juvenil.

Cavallero, desenvolvendo uma pesquisa de campo sobre o racismo no cotidiano escolar, acompanhou, por oito meses, toda rotina de três turmas de uma escola municipal de educação infantil de São Paulo que atendia crianças de quatro a seis anos. Por ser uma mulher negra, já conseguiu se deparar com dificuldade com alguns agentes escolares. Sendo

assim, levantou uma inquietação: “O caminho seria menos árduo, fosse outro caminhante?” (2012, p. 39). O processo de socialização escolar lhe deu condições de reunir dados sobre negros no sistema de ensino a partir da observação de como são tratadas as crianças negras e não negas nas escolas.

Sua pesquisa colheu relatos de um grupo de agentes da escola. Onze profissionais daquela instituição, nove professoras, sendo oito brancas e uma negra. Duas auxiliares de limpeza, uma branca, outra negra. Por uma questão ética, todas com nomes fictícios. Com a Ivonete, mulher negra, auxiliar de limpeza, atividade que oportuniza uma visão ampla da escola, ao ser questionada sobre o preconceito racial, diz: (visão ampla).

Sabe o que eu acho? Que preto é mais racista que branco. Eles falam assim: “Os brancos são racistas!” Não são os brancos que são racistas, nós é que somos. Você pode ver, nos EUA, tem lugar que os brancos não podem passar porque os pretos não admitem. (Ivonete). (CAVALLERO, 2013, p. 49).

Já a entrevista com a professora negra, observa-se pelos relatos que ela consegue apontar as problemáticas do racismo na sociedade, inclusive na escola. Mas prefere defender a sua omissão nesse assunto.

Dizem que existe, mas eu não ligo. Eu não sou ligada. Se você ficar prestando atenção, “porque ela é branca, ela teve chance...” Agora, o que você nota é, realmente, que tem menos negros em destaque. Não se vê um negro assim como o Pelé. Talvez devesse ter até mais. Mas as chances são menores mesmo. Todo mundo cita, e é verdade: se vão uma negra e uma branca fazer teste (para seleção de emprego), a branca passa; a negra, não. A negra não vai passar mesmo! Agora quanto à escola, perto de mim, deve até ter, mas fazer o quê? Eu procuro não ver: (Bruna) (CAVALLERO, 2012, p. 50).

Já com a professora branca, houve uma surpresa ao desenterrar do imaginário a pior parte das práticas racistas, a qual é a associação da tonalidade de sua pele à sujeira, soltando os piores estereótipos em relação aos corpos negros.

O preconceito de raça, se você pensar bem, geralmente é em matéria de cheiro. Uma pessoa que é negra, a pele, a melanina faz com que o cheiro fique mais forte. Hoje em dia, esse preconceito de cheiro já melhorou muito com os produtos modernos das nossas indústrias – os desodorantes, as minâncoras da vida (pomadas). Estes tipos de antitranspirantes fazem com que não exista o cheiro. Não havendo o cheiro, não existe o porquê de o branco não conversar com o preto e vice-versa. Tem gente que melhorou e muito. (Ana) (CAVALLERO, 2012, p. 50).

Como parte do trabalho, a observação extraclasse permitiu à pesquisadora observar como as professoras tratavam suas turmas, que geralmente eram formadas por crianças negras e crianças não negras.

No parque, observei as duas turmas e suas perspectivas professoras (fases II e III). Permaneci muito próxima delas e de diversas crianças. Perguntei a Idalina sobre dois irmãos gêmeos. “São seus alunos? Ela respondeu: Ah, os filhotes de São Benedito?”. Perguntei-lhe: “Por que filhotes de São Benedito? Ela disfarçou: Dois negrinhos, assim desse tamanho?”. E terminou falando mal do comportamento dos gêmeos. (CAVALLERO, 2012, p. 63).

Não obstante, ao flagrante, a pesquisadora não se furtou a buscar entender junto a essa professora, uma mulher branca, o motivo de vir utilizar esses termos pejorativos com duas crianças negras. Até porque isso era parte do seu trabalho acadêmico naquela instituição. A resposta foi mais tensa ainda.

Nada. Porque tanto os chamo de “filhotes de São Benedito” quanto falo: “Ah, seu filho da puta, safado, porque você aprontou. Não me encha o saco!”. Nessa hora eles sabem que eu estou muito furiosa, se eu pudesse eu dava um tapa na bunda. Então, o que eu falar não tem outra conotação, exceto a de que eu estou muito “pê...”. Se eu pudesse eu esganava na hora. Porque fez alguma coisa que me deixou profundamente aborrecida. Outra coisa é outra coisa. Mas, naquela hora, eles entendem profundamente o que eu estou falando. (CAVALLERO, 2013, p. 63).

A escola é um lugar que sempre impediu e ainda impede o negro de ser negro. É nela que muitas crianças conhecem oficialmente o peso do racismo estrutural. Lembro que foi em sala de aula, na segunda série, em uma escola de freira, que ouvi comentários afirmando que a Lei Áurea tinha sido escrita a lápis, portanto poderia ser apagada a qualquer momento. Hoje, enquanto professor de História, ainda escuto alunos perguntarem ao colega se ele tem lápis cor de pele.

Os relatos levantados por Cavallero, das profissionais que trabalham diariamente com crianças negras, revelaram a forma cirúrgica do silêncio, da omissão e até mesmo da culpabilização dos próprios negros pelo racismo. A mulher negra, zeladora, função que oferece uma visão mais ampla da escola, de pronto, teve facilidade em colocar no banco dos réus os próprios negros, acusando-os de serem os próprios responsáveis pelo racismo que os oprimem. Para isso, justificou um modelo norte-americano de um pseudo-apartheid determinado pelos próprios pretos de lá.

A seguir, a professora negra admite o racismo, defendendo a omissão como melhor maneira de lidar com qualquer conflito de ordem racial. Para ela, o branco terá mais vantagens que o negro em arrumar um emprego. E que se a criança negra daquela escola não tiver a “sorte” de um dia ser destaque igual ao Pelé, infelizmente não poderá contar com ela, porque em sala de aula, casos de racismos, ela nunca vai intervir.

Para Ana, a professora branca, o motivo da existência do racismo na escola é a sua própria justificativa particular. Trata-se de uma professora que prefere corpos banhados na branquitude e que estejam perfumados. Com isso, lança estereótipos primários com as próprias crianças negras com as quais ela trabalha. Não se constringendo em afirmar que, graças à indústria cosmética, o problema da falta de higiene da população negra será resolvido, pressupondo que assim acabará também o problema do racismo.

E por último, a Idalina, outra professora branca que se encarrega pessoalmente de colocar apelido nas crianças negras. Os apelidos, segundo ela, se justificam pelas condições fenotípicas das crianças, dois gêmeos desse tamanho, objetificando os corpos. Associando a elas um caráter antissocial, ainda que estejam em uma escola para aprender a socialização. E a resposta sobre o porquê dos apelidos é que eles já naturalizaram esses estereótipos e já que, se não respeitarem essa advertência, sobrarão ataques para as mães negras dessas crianças.

Por tudo isso, a escola é uma instituição racista porque seus agentes são racistas. Preferem se omitir, educando-se no senso comum do racismo racial. Há um perigo em ser negro no espaço escolar como em outros lugares. Os educadores não se omitem, atacam os negros por sua condição existencial. Qualquer manifestação que não agrade à cor da pele será julgada.

Nas últimas décadas, o ensino de História deu passos importantes no sentido da construção de uma prática educativa que valoriza a História e cultura dos povos africanos e afrodescendentes. Com a aprovação da LDB (1996), dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em 1997 e, sobretudo, das leis 10.639/03 e 11.645/08 a História da África e da Cultura afro-brasileira passaram a contar com instrumentos legais que amparam e obrigam o ensino destes conteúdos nas instituições escolares brasileiras. Essas legislações ajudaram a levar conhecimento sobre as relações raciais nas escolas. Se com a promoção do debate ensinaram muitos negros a aprenderem a ser negros, também é possível conscientizar muitos brancos a se verem racistas.

Entretanto, o avanço no campo legislativo, contudo, necessariamente não garante a efetivação da lei. Por outras palavras, de nada adianta ter leis e outras normativas se os

responsáveis pela sua execução se recusarem a aplicá-las. Infelizmente, essa recusa parece ainda ser forte. Caroline Feitosa, na obra “Aqui tem racismo”, provoca:

Assim, mesmo tendo em mão um documento que indica o dever do professor da escola de promover a igualdade racial nesta instituição, as práticas racistas continuam a ser disseminadas veladamente na escola, pois a “grade embranquecida” não foi modificada, os professores não receberam formação para compreenderem as complexidades das relações raciais no nosso país, a maioria dos pais desconhece a legislação e eles não são chamados para debaterem este aspecto e as crianças, imersas nesta cultura de discriminação desde pequenas, não conseguem sozinhas reivindicar seus direitos. (FEITOSA, 2012, p. 34).

Hoje, falar abertamente sobre racismo no Brasil parece tocar o medo mais profundo das pessoas. Nas escolas não é nada diferente. Por outro lado, omitir, não enfrentar a questão ainda é um dos principais motivos de fracasso escolar. O público dos espaços educacionais se constitui em uma diversidade que está submetida à norma da branquitude, masculinidade e heterossexualidade, de modo que a marca da pele do alunado negro é sempre o primeiro fator para discriminação brasileira.

As denominações e associações negativas em relação à cor preta podem levar as crianças negras, por associação, a sentirem horror à sua pele negra, procurando várias formas de literalmente se verem livres dela, procurando a “salvação” no branqueamento.

Se não bastasse, a escola, enquanto parte desta sociedade, reproduz esta lógica racista, permitindo que o preconceito racial assale as crianças negras, fazendo com que as mesmas, desde cedo, se percebam como “diferentes”, ou seja, “o outro” Que não se enquadra nos padrões estéticos nem culturais dominantes. Deste modo, tal instituição cita barreiras e impõe modelos para a construção identitária dos estudantes negros. (FEITOSA, 2012, p. 45).

Contudo, é preciso reverter esse quadro, posto que os efeitos do racismo são devastadores. As estruturas dos currículos educacionais brasileiros estão engessadas no eurocentrismo, por isso, se materializam em rituais pedagógicos bastante conhecidos que apenas servem para a manutenção e evolução do racismo com os negros nas escolas.

Como toda mudança requer tempo para a sua aceitação, o senso comum orienta automaticamente o lugar da branquitude dominante a pensar que do jeito que está é melhor por ser cômodo. O racismo no cotidiano escolar é uma ideologia que precisa ser desconstruída. Trabalhar apenas em novembro, a consciência negra não resolverá. Já virou clichê muitos educadores acreditarem que basta colocar uma peruca de afro na cabeça no dia de

comemoração e pronto. O adereço, numa dimensão folclórica, lhes faz sentir quites com qualquer obrigação da temática.

São esses educadores emperucados que policiam qualquer atividade de dança que tenha um tambor ou apenas o seu som para não abusarem do barulho, porque o som polifônico pode ser motivo para o vizinho que mora ao lado do colégio reclamar ou ligar para a polícia. A culpa será sempre do vizinho para disfarçar o preconceito com as culturas africanas, mesmo que seja no 20 de novembro. Pois expor o folclórico, com culinária e dança com um som “civilizado” não remete à lembrança das religiões de matriz africana suprimidas pela cristãoocracia. É preciso a apropriação de mais medidas antirracistas na educação brasileira.

1.8. O Ensino de História e a educação antirracista

O antirracismo pode ser definido como o conjunto de ações cujo objetivo principal visa o enfrentamento do racismo que permeia todas as estruturas sociais. Ou seja, é uma forma de enfrentamento ao racismo, pois, como diz Angela Davis, “Numa sociedade racista, não basta não ser racista. É necessário ser antirracista”. E este compromisso é de todos, sejamos negros ou brancos.

Conforme discutido anteriormente, nós convivemos com um tipo de racismo diferente que se construiu no Brasil em relação a outros lugares do mundo, pois ele se alimenta da sua própria negação, o que caracteriza a sua principal marca. A sociedade e os ambientes escolares são os agrupamentos que mais se entrecruzam, assim, a escola é o principal meio que reproduz os acontecimentos diários, principalmente os que chamam atenção.

Já não sei contar às vezes que realizei nas salas de aula um simples teste sobre o racismo. Em várias escolas, costumo perguntar às diferentes turmas: quem aqui acredita que existe racismo? Quem aqui se considera racista? Primeiro, são poucas manifestações de alunos que levantam a mão. Já na segunda indagação, em duas décadas de magistério, apenas uma vez presenciei uma aluna da Educação de Jovens e Adultos (EJA) levantar a mão, admitindo ser racista.

O racismo sem racistas, característica crucial do racismo à brasileira, necessita de condutas antirracistas. Assim, a tarefa da educação antirracista é avançar em várias frentes, objetivando a eliminação da fábula da democracia racial, do lugar perfeito para a diversidade racial. Nesse sentido, é preciso não titubear e perceber o quanto o racismo brasileiro é perigoso para a educação.

Logo, é indispensável enxergar a negritude sob outra ótica. Superar os paradigmas do imaginário coletivo que ainda retrata a população negra apenas entre as correntes e os castigos físicos. Assim, não podemos ter medo de apontar nas aulas de História as condutas racistas da sociedade que se espelham nas escolas, preparando e amadurecendo as mais variadas indignações de enfrentamento.

Não ter vergonha em monitorar e chamar a atenção das condutas racistas tão presentes na rotina escolar. O professor de História deve sempre lembrar aos alunos que todo racismo é estrutural. Que existem negros e brancos em uma sociedade desigual onde uma serve à outra. Conforme Djamila Riberio:

Dessa forma, reconhecer o racismo é a melhor forma de combatê-lo. Não tenha medo das palavras “branco”, “negro”, “racismo”, “racista”. Dizer que determinada atitude foi racista é apenas uma forma de caracterizá-la e definir seu sentido e suas implicações. A palavra não pode ser um tabu, pois o racismo está em nós e nas pessoas que amamos – mais grave é não reconhecer e não combater a opressão (RIBEIRO, 2019, p. 21).

Que Brasil é esse onde a luta antirracista é tarefa para ontem, principalmente nos ambientes escolares? É exatamente uma sociedade que atualmente é mais intolerante às questões de desigualdade e equidade racial, algo que deveria ter sido resolvido, ou ao menos avançado. Conforme trindade (2020, p. 25), o ex-presidente Jair Bolsonaro, que governou o país entre 2019 e 2022, foi frequentemente racista em seus comentários, com algumas frases absurdas como: “racismo é coisa rara no Brasil”, “não existe racismo no Brasil” e “Brasil é minha cor”. Ambas as narrativas, bem recentes, contribuíram para o prejuízo das políticas de promoção da igualdade racial e ainda retrocederam à luta da população negra no país.

Justamente por serem proferidas pela presidência da República, acabou transmitindo o pensamento oficial do Estado Brasileiro que institucionalmente ridicularizou a luta histórica da população negra em um país que aumenta diariamente os casos de racismo praticados contra a população negra. Convém destacar que praticamente a metade do seu mandato na presidência foi marcada pela proliferação da Covid-19, onde os protocolos de isolamento para a prevenção do contágio empurraram as pessoas a se ocuparem mais das redes sociais, o principal meio de comunicação do país.

Se falamos de racismo e de negros, por que não falamos das vantagens do lugar da branquitude? Para o antirracismo, isso é tarefa para ontem. Hoje, há várias literaturas por parte da intelectualidade negra que desconstruem o imaginário social que advoga o racismo como um problema apenas dos negros e não dos brancos. Portanto, o protagonismo das ações

antirracistas não deve ser protagonizado apenas pela população negra, mas também e principalmente pela população branca brasileira, que historicamente construíram, usufruíram e se serviram do racismo, angariando privilégios aos seus corpos brancos.

Portanto, o racismo foi inventado pela branquitude, que como criadora deve se responsabilizar por ele. Para além de se entender como privilegiado, o branco deve ter atitudes antirracistas. Não se trata de sentir culpa por ser branco: a que é se responsabilizar. Diferente da culpa, que leva à inércia, a responsabilidade leva à ação. Dessa forma, se o primeiro passo é desnaturalizar o olhar condicionado pelo racismo, o segundo é criar espaços, sobretudo em lugares que pessoas negras não costumam acessar. (RIBEIRO, 2019, p. 36).

Entretanto, há muita luta que antecede os quatro anos de expediente racista de governo que remou contra a promoção da igualdade racial. Sendo assim, é indispensável uma conduta antirracista por parte dos professores de História que possa gradualmente envolver mais colegas de outras disciplinas, constituir várias frentes para enfrentar o problema racial no Brasil. Nesse sentido, é preciso se informar academicamente sobre o racismo, no sentido de buscar formação para lidar com as discriminações presentes nas escolas brasileiras.

Analisando o cenário histórico atual, cabe uma reflexão. Por que a importância de ter hoje uma educação antirracista? Porque, durante séculos, diversas práticas racistas foram reproduzidas e os espaços educacionais foram instituições que deram enorme contribuição para isso. Diante disso, cabe analisar que uma escola que hoje não questiona o racismo acaba contribuindo de forma direta com a reprodução dos parâmetros de normalidade da discriminação racial.

A herança escravista faz com que o mundo do trabalho seja particularmente racista, o que também o torna um dos espaços em que a luta antirracista pode ser mais transformadora. A primeira etapa para isso é sempre questionar o status quo: essa é a melhor maneira de não reproduzir as várias formas de racismo nos ambientes de trabalho. (RIBEIRO, 2019, p. 52).

Acredito que o antirracismo na educação passa por três ações por parte dos professores de História. Formação, reformulação e monitoramento. A formação consiste em entender e se reconhecer na dimensão a que se propõe a atuar na educação antirracista. As velhas inquietações do tipo: como saber quem é branco, quem é negro em um lugar tão misturado como o Brasil? Por que o próprio negro é racista? São assertivas e polêmicas, porém não podem ser respondidas de forma rasa.

Todavia, suas respostas devem ser orientadas para além do currículo vigente que serviram aos transmissores os conhecimentos básicos para a elaboração dessas questões engessadas e perigosas. É preciso orientar-se numa formação para além do conhecimento monocultural, não universal, eurocêntrico que potencializa apenas o sujeito branco na sociedade.

A mídia hoje está mais presente dado a sua velocidade, assim basta fazer a leitura social de como os negros e brancos estão distribuídos na cidade, nas escolas e sobre tudo na televisão. Quais notícias referentes a ambos são veiculadas diariamente? Esses instrumentos são mais concretos para análise, visto que a programação diária da TV é branca assim como um fórum, um shopping, um aeroporto. E essa formação em curso com a realidade sempre requer uma reformulação.

Quando assistir um filme ou uma novela, procure refletir sobre a presença ou a ausência de atores negros. Quantas pessoas negras estão atuando? Que personagens interpretam? O mesmo vale para qualquer produto cultural: quando for a uma exposição de arte, a uma festa literária, a um debate sobre poesia, quando ler um livro ou folhear uma revista. (RIBEIRO, 2019, p. 81).

Em 2020, no dia da consciência negra, o Grupo Magazine Luiza fez uma promoção que devolvia o dinheiro da compra de livros¹⁴ de autores negros que ela tinha disponível, na época havia mais de 30 títulos. No final do mesmo ano, o grupo lançou o Programa *Trainee Magalu*¹⁵ para contratar exclusivamente pessoas negras para trabalharem na empresa. Foram selecionados dezenove colaboradores (entre homens e mulheres) negros para passarem por um treinamento de um ano em vários setores da companhia, visando, ao término, assumirem funções de chefia no grupo. A alegação da empresa era que, além do ingresso, a iniciativa também visava reforçar o valor da diversidade racial em seus mais de quarenta mil trabalhadores.

Entretanto, dado ao pioneirismo do projeto e a intensa cobertura das redes de comunicação, além da aprovação, houve também aqueles que acusaram o grupo de estar cometendo o racismo reverso, criaram até uma hashtag: *#MagazineLuizaRacista*, além dos questionamentos na justiça, posteriormente todos julgados improcedentes. Ações antirracistas como essas, reformuladas, são de fundamental importância no Brasil. Incluir no mercado de trabalho trabalhadores discriminados há gerações pelo racismo estrutural, além de mexer com a sociedade, obriga a necessidade de haver o racismo e o antirracismo no país.

¹⁴ <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/11/20/magalu-devolve-dinheiro-da-compra-para-incidentar-leitura-de-autores-negros.htm>

¹⁵ <https://ri.magazineluiza.com.br/Download.aspx?Arquivo=MQIFpHE6v0pa1c+RcgMp6A> .

Trata-se do Estado brasileiro diverso que não aceita ver a diversidade negra sair do lugar de subalternidade que historicamente foi colocada para ganhar voz, se tornar sujeito e não objeto de discurso. Nesse sentido, a polêmica promove um encontro do Brasil consigo mesmo. Como diz a professora Petronilha Gonçalves. “O Brasil, como outras sociedades ocidentais, se descobre multicultural quando os oprimidos, que alguns designam como “minorias inúteis”, reagem.” (GONÇALVES, 2007, p. 498).

Acusar, atacar uma rede varejista de ser racista justamente por selecionar funcionários negros em pleno século XXI, faz parte do ocultamento forçado da população negra. A dinâmica da autoridade racista é tão intensa que, se insurgindo contra uma iniciativa de igualdade de condições de oportunidade para pretos e pardos, deixa explícito o racismo institucional oriundo da estrutura de base discriminadora. Em outras palavras, continue onde vocês estão, nós não suportamos igualdade racial.

O ocultamento da diversidade produz a imagem do brasileiro cordial, que trata a todos com igualdade, ignorando deliberadamente as duas nítidas e contundentes diferenças. Imagem esta difundida desde os anos 1930 nas obras de Freyre (1963) e nos anos 1950, reforçada pelas teses, argumentos, estudos, entre outros de Cassiano Ricardo (1959). Tais pensamentos têm constrangido a participação nos espaços públicos daqueles chamados de excluídos, e ao mesmo tempo têm atribuído sua ausência à pretendida falta de qualidade e competência. (GONÇALVES, 2007, p. 498).

E ele não é *bullying*, a tentativa de associá-los é uma realidade presente nos ambientes escolares. Preferem considerar o preconceito racial contra um cabelo armado de uma aluna negra como uma prática de *bullying*. Essa confusão feita entre dois conceitos, um secular e um bem contemporâneo, revela a importância de uma educação antirracista, onde o professor entre a formação e a reformulação entenda que um não existe para amenizar o outro. Eliane Cavallero chama atenção para a importância do papel do professor em estar intervindo nos casos de racismo com ações antirracistas, chamando atenção para o perigo da sua omissão.

A ausência de atitude por parte de professores (as) sinaliza à criança discriminada que ela não pode contar com a cooperação de seus/suas educadores/as. Por outro lado, para a criança que discrimina, sinaliza que ela pode repetir a sua ação visto que nada é feito, seu comportamento nem sequer é criticado. A convivência por parte dos profissionais da educação banaliza a discriminação racial. (CAVALLERO, 2013, p. 146).

Ter noção das dificuldades de ser um professor de História antirracista também oportuniza reformular o entendimento de que no Brasil, por ser um lugar estruturalmente racista, não há como fugir do racismo. E na educação não há práticas racistas sem a

participação de agentes estatais e da comunidade escolar, discentes e a família. Diante dessa dinâmica em curso, é preciso perceber que não há como superar o racismo nas escolas sem a apropriação de ações antirracistas.

No cotidiano escolar, a educação antirracista visa à erradicação do preconceito, das discriminações e de tratamentos diferenciados. Nela, estereótipos e ideias preconcebidas, estejam onde estiverem (meios de comunicação, material didático e de apoio, corpo discente, docente, etc.), precisam ser duramente criticados e banidos. É um caminho que conduz à valorização da igualdade nas relações. E, para isso, o olhar crítico é a ferramenta mestre. (CAVALLERO, 2013, p. 156).

Bárbara Carine Pinheiro, professora e escritora, pensando numa escola que pudesse atender sua filha, uma criança negra, fundou em Salvador a escola Maria Felipa, a primeira escola afro-brasileira do país, inserida da iniciativa privada, mas com responsabilidade social voltada a diversidade. Um espaço destinado a crianças negras, mas também para alunos brancos, onde trabalha com uma proposta de um projeto histórico antirracista baseado nos referenciais afro-brasileiros, indígenas e africanos.

Dessa sua iniciativa de práticas antirracistas surgiu o interesse de escrever uma obra narrando sua experiência com o pioneirismo de uma escola voltada para estudantes negros, além de trabalhar estratégias de como ser um educador antirracista. Segundo Pinheiro (2023, p. 43). “A branquitude científica cagou para o seu crime histórico e seguiu tranquila adiante, negligenciando seu vasto histórico racista”. Logo, ela percebeu que o perfil das escolas que seriam impostas educação da sua filha negra se entrecruzavam com a sua realidade vivenciada na universidade durante sua construção acadêmica cujo marco civilizatório formativo era o europeu, portanto o universo branco, que forma milhares de professores para atuarem na educação básica.

Diante disso, a luta antirracista no ensino de História deve pautar na destruição da branquitude, que não significa acabar com as pessoas brancas, trata-se de destruir um sistema de privilégios históricos, que privilegia um grupo social de pessoas caracterizadas por um dado fenótipo que é a brancura. É uma condição vigente onde nenhum corpo branco passa ileso, queira ou não, desde o branco pobre ao branco rico, assim como, na prática do racismo antinegro não escapa nenhum corpo negro.

Os privilégios da branquitude ingressaram a população branca em um espaço de poder que racializou o negro, colocando-o na subalternidade. Assim, para o ensino de História, não trabalhar o antirracismo hoje é o mesmo que fingir que ele não existe. Não tem como construir uma subjetividade positiva potente em um jovem negro dizendo no ensino

fundamental e médio que a memória dele mais primária é escravidão, a de rebaixamento existencial é de subjugação. O racismo brasileiro condiciona o perigo de negros serem negros e não dá para continuar negando ou omitindo isso.

Não dá para imaginar que existem pessoas solitariamente racistas no Brasil se o nosso país mata um jovem negro a cada 23 minutos. É lógico que há um problema muito maior a ser enfrentado do que meramente a mente psicopata de um racista canalha: as estruturas sociais que não só formaram, mas principalmente que autorizaram esse sujeito (PINHEIRO, 2023, p.73).

Logo, o que o ensino de História precisa é enquadrar a luta antirracista pautando-se no extermínio da branquitude e mobilizando os outros dois grandes marcos civilizatórios de saberes, o africano e o indígena, sem jogar na lata do lixo o conhecimento que a Europa produziu. É preciso descolonizar os saberes.

A escola Maria Felipa instituiu um calendário decolonial que contempla o ano letivo. Preservou as datas religiosas incorporadas na cultura popular das crianças, articulando-as com datas indígenas e africanas.

Estruturei um calendário decolonial para conta das festividades escolares, mas que não fosse eurocentrado e que tivesse datas comemorativas de base indígena e africana também. Além disso, pensamos em um currículo e uma organização didático-pedagógica que valorizassem bastante a cultura africana, afrodiaspórica e indígena. (PINHEIRO, 2023, p. 79).

O exercício da diversidade deveria ser o mais simples possível, pois o Brasil é diverso e a sua população não aceita essa diversidade em função de suas condições estruturantes que determinaram escolhas, gostos, linguagens e práticas. Todas elas, curiosa e historicamente, lutando contra as diversidades brasileiras. Hoje, uma data decolonial concreta de longo alcance trabalhada nas escolas é o dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, que conforme a Lei 14759/20023¹⁶, no ano 2024 passará a ser feriado nacional.

Se no Brasil há uma sociedade diversa, é natural que os espaços escolares também sejam diversos. Mas o tratamento não pode ser engessado na universalidade brancocêntrica europeia de potencializar apenas pessoas não negras, excluindo a população negra, corpos femininos, povos originários e pessoas LGBTQIA+. É que muitas vezes esperamos uma

¹⁶ **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Fica declarado feriado nacional o dia 20 de novembro, para a celebração do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 21 de dezembro de 2023; 202º da Independência e 135º da República.

inclusão com base nos critérios universais da branquitude. Para Pinheiro (2023, p.125), “diversidade não se constrói, se celebra”.

Tornar-se antirracista não é uma ação negociável para acontecer gradualmente, ela tem que acontecer. Por ser uma necessidade essencial, não é preciso pedir autorização para ninguém. E a sua implementação não é um favor ou um ato caridoso para se acolher determinados grupos sociais preteridos, mas sim, valorizar e expor as múltiplas formas de existir no mundo. É preciso implodir para que o currículo efetive o ganho com o conhecimento da diversidade historicamente omitida. Pinheiro, provoca afirmando a necessidade de uma pedagogia da implosão.

O que estou chamando aqui de pedagogia da implosão destrói/implode o edifício brancocêntrico ocidental e constrói, a várias mãos, a nova festa da diversidade, cada um escolhendo seu par, sua vestimenta, sua comida, seu modo de falar... uma verdadeira celebração da existência humana e de suas amplas potencialidades. (PINHEIRO, 2023, p.128).

Contudo, se o racismo é praticado de forma estrutural, ou seja, por várias mãos, não podemos lutar sozinho contra ele. Isto é, não são apenas os negros prejudicados, mas toda a sociedade. Portanto, é preciso que as escolas assumam práticas antirracistas na sua totalidade. E que a estrada desta empreitada esteja ciente de que o racismo não é desconstruído sozinho, pois sua desconstrução também está articulada com outras opressões estruturais, como a desigualdade entre as classes sociais, o machismo e a homofobia. A seguir, discutiremos como o uso de diferentes tipos de imagens pode nos auxiliar na construção de uma educação antirracista.

CAPÍTULO 2: O USO DE IMAGENS NA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Este capítulo tem como objetivo apresentar e discutir estratégias para o uso de imagens no ensino de História, mais especificamente na construção de práticas antirracistas. Como se sabe, vivemos cada vez mais num mundo em que as imagens se fazem presentes por conta da propagação da internet e das redes sociais. Dada a facilidade de reprodução e disseminação, os conteúdos imagéticos são propagados muitas vezes de forma automática, como se fossem verdades estabelecidas e inquestionáveis. Tal fato representa um grande perigo, pois as mesmas podem transmitir falsas informações e induzir as pessoas a acreditar em fatos inverídicos. Sendo assim, a escola deve preparar os alunos para saberem ler e interpretar as imagens que povoam o nosso cotidiano. A disciplina de História pode em muito contribuir nesse processo, haja vista que as imagens do passado e do presente são frequentemente mobilizadas em sua aprendizagem, seja como fonte histórica ou como suporte didático nas aulas.

2.1. A imagem como recurso didático

Em linhas gerais, podemos dizer que o uso de diferentes linguagens no ensino de História é, nos dias atuais, algo não só amplamente aceito como também altamente recomendado (BITTENCOURT, 2008; FONSECA: 2001; SCHMIDT & CAINELLI, 2004). Com a ampliação na noção de documento, promovida pela escola dos *Annales* na década de 1970, os mais diferentes vestígios passaram a ser valorizados não só na produção do saber histórico como também no seu ensino nas escolas.

Conforme as historiadoras Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli:

O trabalho com o documento histórico em sala de aula exige do professor que ele amplie sua concepção e o uso próprio de documento. Assim, ele não mais poderá se restringir ao documento escrito, mas introduzir o aluno na compreensão de documentos iconográficos, fontes orais, testemunhos da história local, além das linguagens contemporâneas, como cinema, fotografia e informática. Mas não basta o professor ampliar o uso de documentos; também deve rever seu tratamento, buscando superar a compreensão de que ele serve apenas como ilustração da narrativa histórica e de sua exposição, seu discurso (SCHMIDT & CAINELLI, 2004, p. 95).

No que se refere às imagens, o uso desta fonte como recurso pedagógico tem sido destacado desde o final do século XIX (BITTENCOURT, 1989, p.75). Tal valorização decorre de pelos menos dois atributos que toda imagem carrega: o poder de convencer e o de comover. No primeiro caso, a ideia de que estas são um reflexo do real causa a impressão de evidência verdadeira; e no segundo caso, sua capacidade de despertar sentimentos e emoções no receptor a torna altamente sedutiva no propósito pelo qual foram criadas (CALADO, 1994, p. 12-13).

De fato, durante muito tempo as imagens, em especial as gravuras e ilustrações, foram largamente utilizadas nos livros didáticos como uma forma de “ilustrar” os conteúdos. Neste caso, era como se estas imagens chancelassem os textos como uma espécie de prova do passado. Não se fazia qualquer análise destas produções, tais como quem eram seus autores, o contexto e intencionalidade com que foram produzidas, etc.

Contudo, assim como qualquer outra fonte histórica, as imagens precisam ser problematizadas. Conforme destaca o historiador Eduardo França Paiva,

A imagem, belo simulacro da realidade, não é a realidade histórica em si, mas traz porções dela, traços, aspectos, símbolos, representações, dimensões ocultas, perspectivas, induções, códigos, cores e formas nela cultivadas. Cabe a nós decodificar os ícones, torná-los inteligíveis o mais que pudermos, identificar seus filtros e, enfim, tomá-los como testemunhos que subsidiam a nossa versão do passado e do presente, ela também, plena de filtros contemporâneos, de vazios e de intencionalidades (PAIVA, 2002, p.19).

Dessa forma, todos nós precisamos ser educados para a leitura das imagens que nos rodeiam. Para tanto, precisamos nos submeter ao tratamento metodológico para melhor compreendê-las:

Se as imagens nos rodeiam constantemente, ainda somos, porém, praticamente, analfabetos visuais, ou seja, sabemos entender o seu significado explícito, mas ainda estamos, em geral, pouco qualificados para ler os seus significados implícitos, causados, por exemplo, pela tensão entre forma e conteúdo. Acostumados à função puramente ilustrativa das imagens, nos esquecemos de que elas também são fontes de informação, que podem dizer muito sobre o imaginário da época em que foram confeccionadas, ou sobre o entendimento que a sociedade, da qual o autor faz parte, tem sobre o assunto retratado.(BALDISSERA, p. 248).

Cabe destacar que o conceito de imagem aqui adotado abrange diversos tipos de registros visuais, tais como a pintura, gravura, a charge, os gráficos, as fotografias, o cinema, os memes e demais produções audiovisuais, etc.

2.2. Metodologia para a leitura e análise das imagens

Como referencial teórico para as leituras de imagens, lançamos mão da metodologia elaborada pelo historiador da arte Erwin Panofsky, na obra *Significado nas Artes Visuais* (2018), e cuja base está centrada na compreensão histórico social em que estão foram produzidas. Para Panofsky (2007) toda imagem faz parte de uma dada cultura e, portanto, para serem compreendidas, é necessário decifrar tais significados culturais. Por outras palavras, as imagens carregam consigo uma gama de significados culturais que só fazem sentido as compreendermos como parte do sistema cultural em que foram produzidas e veiculadas. É por isso que devem ser compreendidas como um documento histórico. Nesta mesma linha de análise, o historiador Peter Burke defende que as imagens devem ser compreendidas a partir dos contextos sociais em que foram produzidas:

O testemunho das imagens necessita ser colocado no “contexto”, ou melhor, em uma série de contextos no plural (cultural, político, material, e assim por diante), incluindo as convenções artísticas para representar as crianças (por exemplo) em um determinado lugar e tempo, bem como os interesses do artista e do patrocinador original ou do cliente, e a pretendida função da imagem (BURKE, 2017, p. 282).

Ao considerar as imagens como um documento histórico, Panofsky entende que, assim como outras fontes, estas precisam ser analisadas quanto à sua forma e conteúdo. Nesse sentido, dois conceitos são fundamentais no método de Panofsky. São eles: a iconografia e a iconologia. Como o nome sugere, a iconografia refere-se sobre o tema ou assunto que versa a imagem, enquanto a iconologia se dedica ao estudo dos significados daquilo que está sendo retratado ou representado. Assim, “a primeira seria tratar do tema ou mensagem das obras de arte em oposição à sua forma, enquanto a segunda se dedica a interpretar seus símbolos, seus significados” (Panofsky, 2018). Cabe destacar que, em ambas as definições, é necessário distinguir tema e forma. A forma de uma obra de arte é o seu aspecto visível, tais como a dimensão da obra, sua cor, textura, materiais, etc. Já o tema, para Panofsky se apresenta em três níveis: primário, secundário e o significado intrínseco ou conteúdo.

2.2.1. As pinturas

Figura 04 – Dirigente do Flamengo, Claudio Pracownik e a babá negra carregando carinho de bebê



Fonte: reprodução do Facebook

A foto acima retrata um casal, acompanhado dos filhos, do cachorro e de uma babá, e foi tirada no ano de 2016. Ele, Cláudio Pracownik, empresário bem-sucedido e na época diretor de finanças do Clube Flamengo, com a esposa Maria Carolina Maia Pracownik, e a sua funcionária, Maria Angélica Lima, uma mulher negra.

Naquela ocasião, a família citada acima, se dirigia para a orla de Copacabana, no Rio de Janeiro, onde milhares de pessoas protestavam pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Vestidos de camisa verde e amarela, o casal de brancos é acompanhado da funcionária negra, uniformizada de branco como forma estratégica de marcar a diferença mostrando, que ela não fazia parte daquela família, era uma funcionária que em pleno domingo estava trabalhando, empurrando duas crianças em carrinho das crianças dos patrões.

Logo, a fotografia do casal ao ganhar as redes sociais foi a mais comentada na semana que se iniciava. Opiniões diversas não se furtaram a manifestar suas impressões e claro, não faltaram analogias à História do Brasil. Ainda que aquele domingo fosse marcado por um protesto cujo único objetivo na época, fosse afastar a presidente da república, a principal propaganda do ato público foi uma imagem que, devido à enorme repercussão, escapou da blindagem da naturalização, não foi entendida como uma foto qualquer.

O presente é impregnado de passado, é verdade. Mas as desigualdades são reproduzidas a cada dia: na remuneração pelo trabalho, nas oportunidades, nas relações sociais. É papel do historiador crítico desnaturalizar uma cena como a do domingo cívico da família Pracownik com a babá Maria Angélica empurrando o carrinho das crianças. (MAMIGONIAN, 2016, p. 44).

A circulação da imagem pelas mídias sociais logo repercutiu, dando origem a uma série de críticas por parte dos internautas. Cabe destacar que estes não tardaram a relacionar a imagem do presente como o passado escravista brasileiro - que deu origem a alguns memes.

Figura 05 – Comparação das fotos: dirigente do flamengo com a pintura de Debret inserida um balão com uma frase



Fonte: reprodução do Facebook

Figura 06 – Comparação das fotos. Dirigente do flamengo passeando com família com a pintura de Debret: um funcionário a passeio com a sua família



Fonte: reprodução do Facebook.

Uma outra imagem dos personagens anteriormente citados também foi associada às gravuras de Debret. Nela, aparece em primeiro plano a babá empurrando o carrinho com os filhos do casal. Mais à frente, notamos a esposa conduzindo o cachorro e a poucos passos adiante o pai. A associação com a imagem de Debret é feita justamente a partir da ordem em que as pessoas caminham. No caso da pintura do artista francês, o chefe de família puxa a fila, seguido das filhas do casal e da esposa e, por fim, das escravas.

2.2.2. A fotografia

A fotografia surgiu na primeira parte do século XIX e chegou ao Brasil nessa época poucos anos após sua invenção na França. Instrumento e técnica com inúmeros conceitos “Fotografia passa a ser um ato de parar o fluir de uma imagem já existente, não é um processo de obtenção e reprodução dessa imagem” (KUBRUSLY, 1982, p. 07).

A inovação e o aperfeiçoamento dessa técnica de captar imagens se tornou no Brasil uma importante fonte para o estudo da História. De lá para cá, conforme destaca Circe Bittencourt:

A difusão da fotografia provocou uma reviravolta no meio artístico ainda no século XIX, pela sua capacidade de reproduzir o real, as situações instantâneas, inicialmente em preto e branco e posteriormente em cores. As paisagens, as pessoas puderam ser reproduzidas e transformadas em fotos incluídas em álbuns ou publicadas em revistas e jornais. A fotografia passou a fazer parte do cotidiano e da cultura moderna (BITTENCOURT, 2008, p. 365-366).

Embora as fotos tenham assumido um status de reprodução fidedigna do real, elas não o são. Na verdade, toda fotografia é uma representação do real, posto que as imagens são produzidas a partir de uma determinada intenção daquele que as gerou. Por exemplo, as imagens que ilustram as páginas de revistas e jornais de grande circulação são produzidas com a finalidade de chamar a atenção do leitor. Existe sempre um sujeito por traz da máquina fotográfica. (BITTENCOURT, 2008, p. 367).

Já uma foto para um álbum de família impressiona e comove dado os seus saudosismos, demonstrando o poder de comunicação de tempos distintos. Portanto, por apreciar narrativas e memórias, marcas da existência das pessoas conhecidas, fotografar e colecionar fotografias de amigos e familiares se tornou uma prática no Brasil.

Figura 07 – Branco correndo? Está atrasado. Mas se for negro, é ladrão em fuga.



(Fonte: Governo Paraná¹⁷).

Nesta imagem podemos perceber como nossas representações sociais condicionam a leitura que fazemos da imagem. Numa pesquisa realizada e divulgada pela Secretaria de Estado de Comunicação Social em parceria com a Assessoria Especial da Juventude em 2016, foram apresentadas imagens idênticas de dois homens correndo. Repare que o cenário ou fundo da imagem é o mesmo. Além disso, estes utilizamos as mesmas vestimentas (camisa e calça) e seus corpos realizam o mesmo movimento – o de corrida. Apresentadas a um grupo de pessoas para opinarem sobre o que viam, as mesmas produziram opiniões bastante diferentes. Em relação ao homem branco, o termo que mais foi designado foi o de “atrasado” – em alusão a algum compromisso a que o mesmo teria de comparecer. Já em relação ao homem negro, a opinião que mais foi mencionada foi a de se tratar de “um ladrão”.

2.2.3. As Charges

A charge de cunho político e social difundiu-se somente no início do século XIX, graças à invenção da litografia, técnica que possibilitou as grandes tiragens.¹⁸ Naquela época, a introdução das ilustrações nos jornais e revistas adquiriu grande importância nos meios

¹⁷ Disponível em: <https://arquivo2011.aen.pr.gov.br/Noticia/Campanha-institucional-contr-o-racismo-esta-entre-melhores-de-2016-diz-Revista-Exame> Acesso em 29 de mar de 2024.

¹⁸ A litografia consistia na elaboração de desenhos sobre pedra engordurada e trabalhada com lápis diretamente sobre a mesma, utilizando-se a água para efeitos de repulsão da tinta preta, permitindo usos tonais e linearismos decorativos sobre a imagem trabalhada. Tal processo, além de prático, era extremamente rápido e por isso pôde ser incorporado pela imprensa da época. Ver BARATA, Mário. A obra de Ângelo Agostini e a litografia como arte na luta pela abolição da escravatura. In: *Ciência e Trópico* 16(1). Recife, 1988. p.23.

impressos pelo fato de conciliar a linguagem textual com as imagens de personagens e das situações do cotidiano, facilitando assim a absorção das mensagens veiculadas. No Brasil, tal gênero teve sua fase propulsora a partir da segunda metade do século XIX, sobretudo com os trabalhos de Ângelo Agostini - "o repórter do lápis" - responsável pela publicação de vários periódicos do gênero.¹⁹

Mas ao usar o artifício do humor, o chargista acaba tendo uma liberdade que nem sempre os outros profissionais da redação podem ter. O humor aliado à imagem abre possibilidades que o texto escrito não tem, possibilitando um ataque, uma crítica ou uma ironia em um nível mais sutil do que as palavras podem alcançar (LIEBEL, 2017, p. 85).

Nascido na Itália em 1843, Agostini foi para Paris estudar pintura ainda quando criança, vindo radicar-se no Brasil em 1859. Seus primeiros trabalhos artísticos foram veiculados no *Diabo Coxo*, (1864) e no *Cabrião*, (1866), lançado por ocasião da Guerra do Paraguai e produzidos quando ainda residia em São Paulo.²⁰ Ao mudar-se para o Rio, Agostini atuou no *Arlequim* (1867), na *Vida Fluminense* (1868) e colaborou também com *O Mosquito* (1869-1875). Contudo, foi com a fundação de sua própria revista, a *Revista Ilustrada* (1876-1895), que atingiu o auge de sua carreira, tratando de temas polêmicos à época como a abolição da escravatura, as posturas do clero e dos militares e a proclamação da República.

A *Revista Ilustrada* era um periódico semanal de oito páginas em formato 26,5cm x 36,5cm, sendo quatro tipografadas (textos) e outras quatro litografadas (desenhos). Circulava aos sábados e tinha a liberdade de opinião como principal característica. A escravidão era um dos temas preferidos de Agostini, tanto que a *Revista Ilustrada* tinha uma seção dedicada especialmente a ela: as “*Scenas da escravidão*”.²¹

Figura 08 – “Pobre lavoura. Já não bastava o preto, vaes ter o amarelo! Com o auxílio de duas raças tão inteligentes, Ella ha de progredir de um modo espantoso!”

¹⁹ O início da caricatura no Brasil é datado oficialmente de 1837, quando Araújo Porto Alegre publicou um trabalho anônimo no *Jornal do Comércio*. Ver neste sentido LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio ed., 1967. 4 vols. Sobre a vida de Ângelo Agostini ver a dissertação de mestrado de RIBEIRO, Marcus Tadeu D. *Revista Ilustrada: síntese de uma época (1876-1898)*. Rio de Janeiro: IFCH, 1988, especialmente o capítulo IV.

²⁰ Sobre estas revistas ver: GAMA, Luiz (Org.) *O Diabo coxo*. São Paulo: Edusp, 2005; SANTOS, Délio Ferreira dos. (Org.) *Cabrião - Semanário Humorístico Editado Por Ângelo Agostini, Américo de Campos e Antônio Manoel dos Reis, 1866-1867*.

²¹ Segundo Marcus Tadeu D. Ribeiro a campanha abolicionista constou na revista desde a sua fundação, em 1876, mas foi no decurso da década de 1880, com a intensificação do próprio movimento em prol de abolição, que a mesma acentuou-se. Ver RIBEIRO. *Op. cit.* p. 238.



Fonte: AGOSTINI, Ângelo. Preto e Amarelo. In: Revista Illustrada. Rio de Janeiro, Nº 258, jul. 1881.

Figura 09 – “Preto e amarelo. É possível que haja quem entenda que a nossa lavoura só pode ser sustentada por essas duas raças tão feias! Mau gosto!”.



Fonte: AGOSTINI, Ângelo. Preto e Amarelo. In: Revista Illustrada. Rio de Janeiro, Nº 258, jul. 1881.

Assim como ocorria com os africanos, a discriminação racial contra os chineses, rotulados de amarelos, foi muito forte no Brasil do século XIX.²² Hoje, a China é considerada a segunda maior potência econômica global, com um PIB estimado em 11,2 trilhões de

²² <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx9nwyv58yno>

dólares. Possivelmente não há um lar brasileiro que não tenha em suas dependências um produto *Made in China*. Além disso, a China é considerada o país da inovação tecnológica em diversas áreas, como a das energias renováveis e dos eletrônicos.

Figura 10 – Gráfico do PIB

Veja agora quais os maiores PIB do mundo:



Fonte: <https://blog.genialinvestimentos.com.br/maiores-economias-do-mundo-e-posicionamento-do-brasil/>

Diante disso, cabe a pergunta: será que alguém ainda hoje considera os chineses racialmente inferiores como o fizeram no passado? Se o fazem, quais seriam as razões?

Figura 11 – Arranha-céu com 109 andares e 528 metros de altura em Pequim, capital da China



Fonte: reprodução da internet.

2.2.4. Os memes

O “meme” é um tipo de linguagem que envolve a produção textual, imagética, e por vezes sonora, que faz da sátira ou do humor um poderoso veículo de transmissão de mensagens. Linguagem emprestada da biologia, o meme possui no momento grande popularidade devido ao seu caráter cômico. Ele é caracterizado por se apresentar por meio de mensagens curtas, replicadoras de informação e facilmente modificáveis. Segundo a teoria de Dawkins (2000), um meme é um replicador de informações culturais que possui três características básicas: capacidade de viralização, de mutação e de atração psicológica.

O fato de, em geral, os memes serem cômicos não significa que as frases, imagens, sons e ideias a eles atrelados sejam desinteressantes ou neutros. Pelo contrário, ainda que muitos memes tenham sido criados apenas com o objetivo de fazer rir, algumas produções são feitas intencionalmente para reproduzir preconceitos, negacionismos e ideologias. Tal é o caso do meme “nego”, muito utilizado para a reprodução do racismo recreativo (ARAÚJO, 2020; VITÓRIA, 2019).

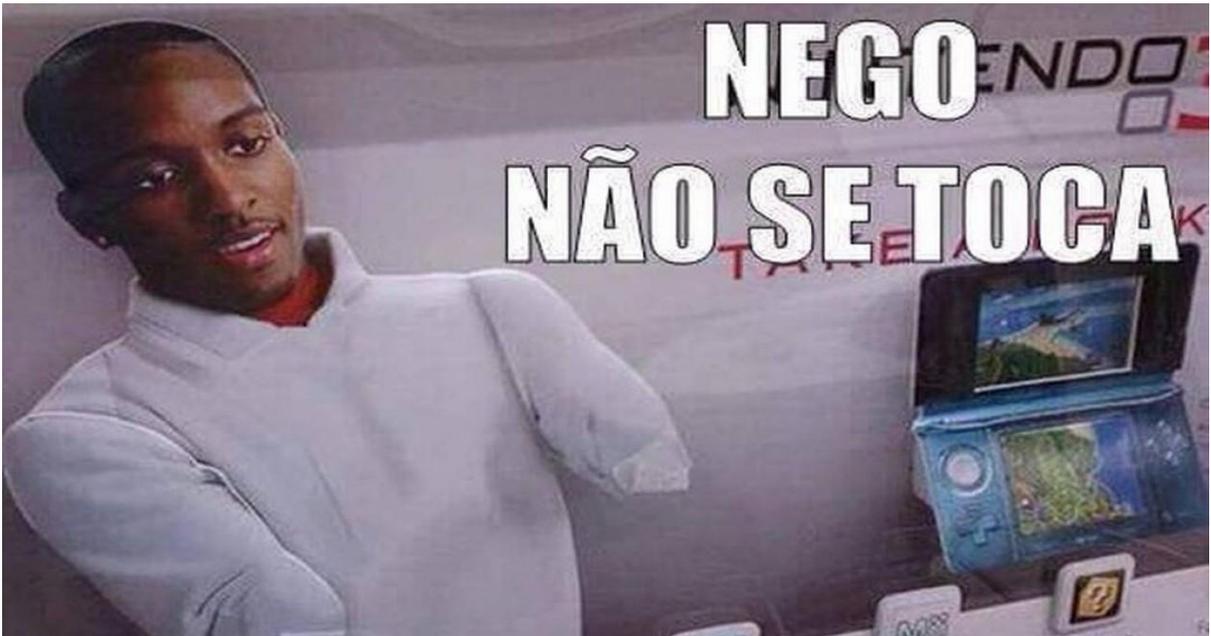
Segundo Adilson Moreira (2020, p.31), o conceito de racismo recreativo designa um tipo específico de opressão racial: “a circulação de imagens derogatórias que expressam desprezo por minorias raciais na forma de humor, fator que compromete o status cultural e o status material dos membros desses grupos”. Ainda conforme o autor:

Esse tipo de marginalização tem o mesmo objetivo de outras formas de racismo: legitimar hierarquias raciais presentes na sociedade brasileira de

forma que oportunidades sociais permaneçam nas mãos de pessoas brancas. Ele contém mecanismos que também estão presentes em outros tipos de racismo, embora tenha uma característica especial: o uso do humor para expressar hostilidade racial, estratégia que permite a perpetuação do racismo, mas que protege a imagem social das pessoas brancas (MOREIRA, 2020, p. 31).

Os exemplos a seguir expressam a força discriminatória presente nos memes racistas.

Figura 12 – Meme negro não se toca



Fonte: <https://oglobo.globo.com/economia/humor-nego-viraliza-gera-debate-sobre-racismo-nas-redes-sociais-15678813>

Nesta imagem vemos um jovem negro portador de uma deficiência física, no caso a ausência de parte dos braços e mãos. A frase “nego não se toca” faz alusão a este fato, associando a deficiência para ironizar o comportamento das pessoas negras. Neste caso, a ideia a ser transmitida é a de que pessoas negras são inconvenientes por natureza. O meme em questão é extremamente cruel, pois faz piada tanto com o portador da deficiência física quanto com as pessoas negras ao atribuir-lhes uma condição inata: serem inconvenientes.

Figura 13 – Meme negro se acha



Fonte: reprodução do Facebook

Por sua vez, a imagem da figura 13 (treze), tira sarro de uma foto onde um jovem negro aparece trajando uma roupa colorida e também usando óculos escuros num estilo pouco convencional. Nota-se que o jovem está alinhado, produzido, ou seja, bem vestido. Contudo, o fato de portar uma roupa muito colorida e utilizar óculos diferentes torna-o, na visão do produtor do meme, alguém intrometido, como que querendo chamar a atenção a todo custo com tal estilo de se vestir. É como se ao negro não fosse dada a opção de ousar em suas vestimentas, como se não tivesse liberdade para trajar o que bem entender. Como no caso anterior, a ideia é sempre depreciar o comportamento ou os corpos negros, como na imagem a seguir.

Figura 14 – Meme nego viaja

NEGO VIAJA

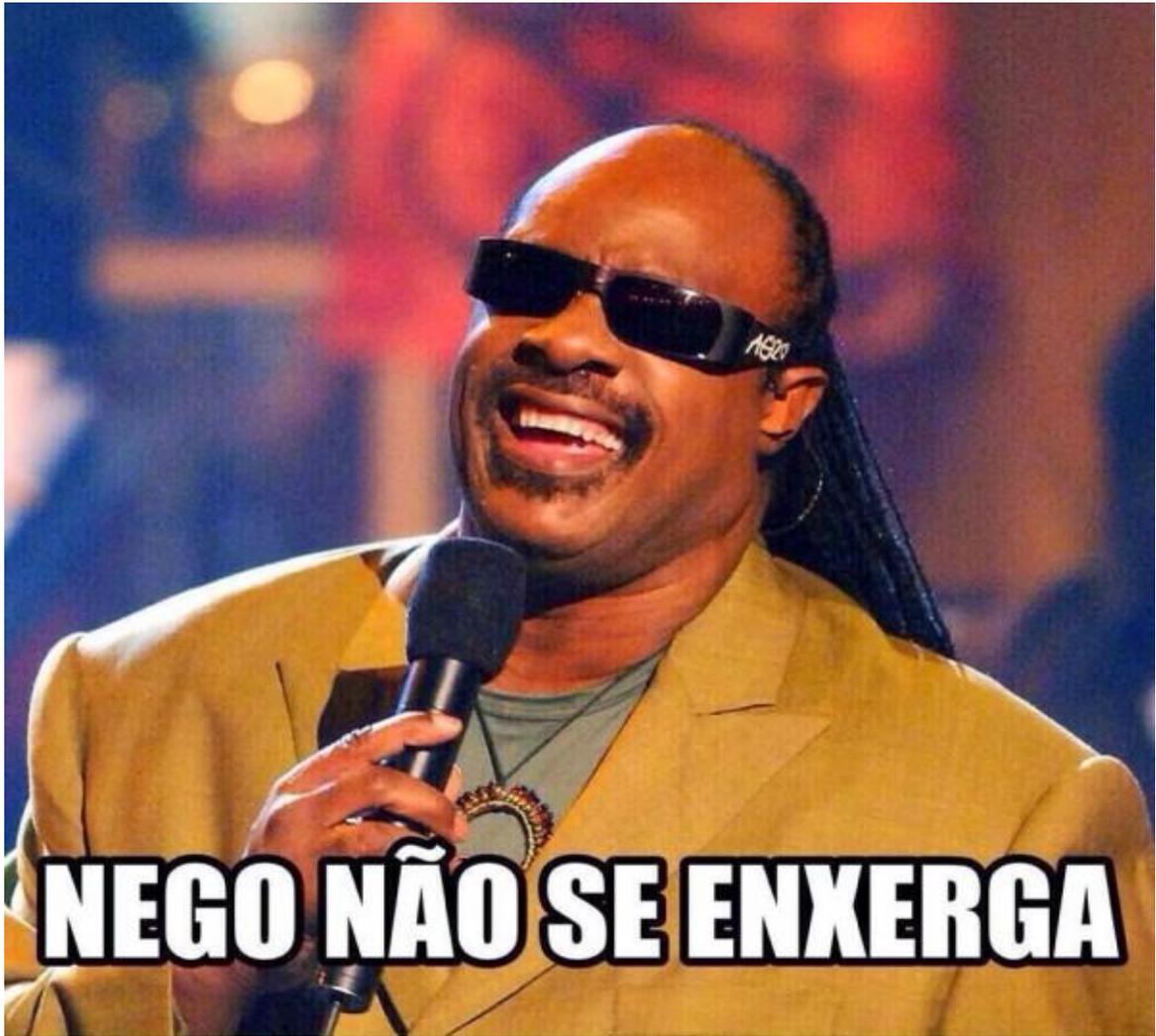


Fonte:

https://www.facebook.com/photo.php?fbid=992642167442129&id=115230991849922&set=a.123958997643788&locale=ta_IN

Aqui, a foto de um homem negro bem-vestido, de terno e gravata, carregando uma mala, indica que o mesmo está prestes a viajar. Entretanto, a imagem positiva carrega consigo uma ironia ao portar a legenda “nego viaja”; ou seja, utiliza a imagem para passar a mensagem que o negro imagina coisas que não fazem sentido. Novamente, a tônica é a de depreciar as atitudes e comportamentos da população negra ao atribuir-lhes ações pejorativas. Assim, o negro é sempre o “sem noção”, aquele que quer aparecer a todo custo, o inconveniente, que “não se enxerga”, como no meme a seguir.

Figura 15 – Meme negro não se enxerga



Fonte: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/nega-explica-por-que-o-meme-nego-e-racista/>

Nele, vemos uma foto do consagrado músico negro Stevie Wonder.²³ Cego desde os primeiros meses de vida, o cantor tem a imagem associada ao termo “nego não se enxerga” para transmitir a mensagem de que o comportamento das pessoas negras é inconveniente. Novamente aqui, podemos perceber a crueldade do meme ao fazer piada com a deficiência visual e associá-la às pessoas negras. E os exemplos desse tipo de mensagem preconceituosa são variados, como no meme abaixo:

Figura 16 – Meme nego é retardado

²³ Stevie Wonder, nome artístico de Stevland Hardaway Morris (1950-) é um cantor, compositor, multi-instrumentista, produtor musical e ativista de causas humanitárias e sociais estadunidense. Terceiro dos seis filhos de Calvin Judkins e Lula Mae Hardaway, Stevie nasceu prematuro, e com seis semanas os vasos sanguíneos da parte de trás de seus olhos ainda não tinham chegado na parte frontal e seu crescimento abortado causou o descolamento das retinas, deixando-o cego. Para saber mais sobre sua trajetória de vida e carreira profissional, acessar: https://pt.wikipedia.org/wiki/Stevie_Wonder .



Fonte: reprodução da internet.

Aqui a associação empregada é com um jovem negro portador da Síndrome de Down, uma alteração cromossômica que causa deficiência intelectual em seus portadores. Daí a legenda “nego é retardado” para reforçar que a ideia de que os negros são pessoas com retardo mental. Você já deve ter notado que as mensagens são sempre no sentido de inferiorizar, de diminuir e até mesmo desumanizar as pessoas negras. A grande pergunta a ser feita é: quem ganha ou se beneficia com esse tipo de atitude?

Figura 17 – Meme negro perdeu a noção do perigo



Fonte: reprodução da internet.

O meme “nego” é fortemente racista e preconceituoso. Veiculado como piada, como algo que parece desprezioso e inofensivo, é, no entanto, algo perverso e violento. Por isso, precisa ser combatido e a escola pode – e deve - desempenhar um papel importante nesse sentido ao denunciar a gravidade de se compartilhar tais imagens nas redes sociais e em grupos de *Whatsapp* e demais aplicativos de mensagens. A reprodução desse tipo de piada naturaliza as práticas de racismo por parte daqueles que se beneficiam, como a mensagem excludente e preconceituosa que a ela estão atreladas.

2.3. Imagens em movimento

2.3.1. O cinema

A utilização de filmes de demais produções audiovisuais no ensino de História já é algo consolidado nas aulas de História. Nesse sentido, existem diversas produções com propostas metodológicas e sugestões de produções fílmicas para os mais diversos períodos históricos (BITTENCOURT, 2011; FONSECA, 2005; NAPOLITANO, 2005).

No que se refere ao racismo, são inúmeras as produções que podem ser utilizadas pelos professores em sala de aula. Para o presente trabalho, selecionamos algumas que propiciam trabalhar com o conceito de branquitude (BENTO, 2022).

A primeira produção é o curta-metragem *Vista a minha pele (2003)*, do cineasta Joel Zito Araújo.²⁴ A proposta do filme é o retrato de uma sociedade invertida, ou seja, onde brancos e negros trocam seus papéis sociais. Assim, os negros são a classe dominante e os brancos os dominados, cujos antepassados foram escravizados.

²⁴ O cineasta Joel Zito Araújo (Nanuque, novembro de 1954) é doutor em Ciências da comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Também possui um pós-doutorado no departamento de rádio, TV e cinema e no departamento de antropologia da Universidade do Texas, em Austin, nos Estados Unidos. É autor de vários filmes e documentários, além de livros e artigos abordando a questão racial no Brasil.

Figura 18 Capa do filme “Vista a Minha Pele”



Fonte: https://www.inesul.edu.br/site/portal_afro_brasileira/filmes.php

A segunda produção audiovisual é uma paródia criada pelo humorista Marcelo Adnet²⁵. Sob o título Branco no Brasil, a peça simula a rotina do Banco do Brasil, na qual negros e brancos assumem papéis distintos e bem demarcados. Os negros estão na instituição em posições subalternas como segurança e copeira, sempre servidos aos brancos, que por sua vez assumem postos de poder e liderança. A sátira denuncia os privilégios de “ser branco no Brasil”, ou seja, o poder da branquitude.

FIGURA 19 – Imagem de cena do esquete Branco no Brasil com Marcelo Adnet



Fonte: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/01/esquete-branco-no-brasil-gera-discussao-internet.html>

²⁵ Marcelo França Adnet é um ator, compositor, carnavalesco, roteirista, comediante e apresentador brasileiro. É formado em jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio), embora nunca tenha exercido a profissão. Para saber mais, acessar: https://pt.wikipedia.org/wiki/Marcelo_Adnet.

No vídeo, os personagens aparecem sendo servidos por pessoas negras em diversas situações e dizem coisas como “tive acesso às melhores universidades” e “eu sempre sou bem atendido nos melhores restaurantes” No fim, uma mulher branca diz: “E claro, nunca fui barrada na porta giratória”, enquanto uma mulher negra é parada pelo segurança numa agência bancária. O vídeo termina com uma logomarca escrito “Branco no Brasil”, e com o slogan: “Há mais de 500 anos levando vantagem”.²⁶

A última produção é um vídeo explicando o funcionamento do sistema racista, ou seja, seu caráter estrutural. Lançando mão da comparação da trajetória de uma família negra e outra branca, nos é demonstrado como o Estado e as instituições atuam no sentido de reproduzir as desigualdades sociais por meio da discriminação racial.

Figura 20 – Imagem de cena do vídeo explicando o racismo estrutural



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=YrHIQIO_bdQ

A potencialidade do uso do cinema e demais audiovisuais é enorme. São dezenas de filmes e documentários produzidos sobre a questão racial tanto no exterior quanto no Brasil. Cabe aos professores/as realizar a seleção das produções conforme o seu planejamento e estruturar a atividade para que a mesma seja produtiva.

Ao longo deste capítulo, procuramos demonstrar o potencial que as imagens possuem para a elaboração de atividades educativas que problematizem o racismo em suas diferentes

²⁶ Ver <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/01/esquete-branco-no-brasil-gera-discussao-internet.html>.

formas de manifestação. No próximo capítulo, sistematizamos essas atividades numa Sequência Didática que se desdobram em planos de aula para serem trabalhados no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos - EJA.

APÊNDICE:**O ENSINO DE HISTÓRIA E A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: PROPOSTA DE
UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA A PARTIR DO USO DE IMAGENS**

Sequência Didática produzida no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, nível de Mestrado Profissional, da Universidade Estadual do Paraná – Unespar, Campus de Campo Mourão.

Orientador: Ricardo Tadeu Caires Silva.

**CAMPO MOURÃO – PR
2024**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	89
AULA 01: A IDEIA DE RAÇA E AS ORIGENS DO RACISMO.....	90
O Conceito de raça/cor.....	91
Atividade 01 – Debater o racismo vivenciando os males do racismo antinegro.....	96
AULA 02: RACISMO ESTRUTURAL.....	98
O que é racismo estrutural?.....	99
Qual a diferença entre racismo estrutural e outros tipos de racismo?.....	99
A concepção de racismo estrutural.....	99
As origens do racismo estrutural no Brasil.....	100
Os problemas gerados pelo racismo.....	103
Atividade 01 – Análise comparativa de gráficos referente à desigualdade racial.....	104
Atividade 02 – Enxergando as estruturas do racismo estrutural.....	105
Atividade 03 – Um país estruturalmente racista e um passado que não passa.....	106
Atividade 04 – Expressões racistas utilizadas naturalmente no cotidiano.....	111
AULA 03: RACISMO INSTITUCIONAL.....	113
A concepção de Racismo Institucional.....	113
Atividade 01 – Teste de imagens referentes ao Racismo Institucional.....	116
Atividade 02 – Música “Crime Bárbaro”.....	118
AULA 4: RACISMO À BRASILEIRA.....	121
Quem se beneficia com a existência do racismo?.....	121
Atividade 01 – Preto é sempre suspeito e branco é perfeito.....	123
Atividade 02 – A negação do negro na televisão brasileira por Joel Zito.....	124
AULA 05: RACISMO RECREATIVO.....	126
O que é Racismo Recreativo?.....	126
Atividade 01 – Racismo não tem graça.....	127

AULA 06: O QUE É BRANQUITUDE.....	130
Um pacto para o brancocentrismo.....	131
Atividade 01 – O Mundo encantado da supremacia branca na televisão brasileira.....	133
Atividade 02 – Há Santo Preto?.....	135
Atividade 03 – Entre o invisível privilégio da branquitude e o visível prejuízo da negritude.....	136
Atividade 04 – O embranquecimento de Machado de Assis.....	137
Atividade 05 – Quem se beneficia com a branquitude e com o racismo?.....	139
AULA 07: RACISMO NO COTIDIANO ESCOLAR.....	141
Atividade 01 – Pensar negro. Por que a escola não pensa a negritude se nela há negros?.....	141
Atividade 02 – Lápis cor da pele e a padronização do racismo na infância escolar.....	143
AULA 08: O ENSINO DE HISTÓRIA E A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA.....	144
O antirracismo enquanto dívida da sociedade brasileira.....	144
Atividade 01 – Identificar o racismo estrutural e institucionalizado, sempre.....	145
Atividade 02 – Conhecer e valorizar a palavras africanas em nosso vocabulário.....	146
Atividade 03 – Racismo não é um mal-entendido, não se cale, denuncie as propagandas racistas ao seu redor.....	147
Atividade 04 – Empatia com a população negra.....	149

APRESENTAÇÃO

De um modo geral, podemos definir uma sequência didática (SD) como um conjunto de atividades articuladas visando o estudo aprofundado de determinado conteúdo ou tema. Ou, nas palavras de Antoni Zabala (1998, p.18), como “um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecido tanto pelos professores como pelos alunos”.

A aprendizagem por meio de uma sequência didática possibilita ao professor (a) organizar as atividades de ensino em função dos núcleos temáticos. Com isso, obtém-se um planejamento sistematizado, garantindo uma aprendizagem mais eficaz. No caso da presente (SD) o objetivo principal foi o de elaborar um conjunto de atividades didáticas voltadas para a educação antirracista no ensino de História. O trabalho é direcionado aos alunos (as) do Ensino Médio. Tal escolha foi feita levando em conta a faixa etária dos mesmos, geralmente entre 15 e 17 anos. Nesta fase, os alunos (as) já têm maturidade para lidar com a discussão de temas sensíveis e polêmicos e, via de regra, gostam de exercer seu protagonismo nas aulas, expressando suas opiniões e visões de mundo.

Para a elaboração da presente SD, privilegiei o uso de diferentes tipos de imagem como elemento central de planejamento das aulas. Nesse sentido, lancei mão do uso de fotografias, pinturas, gravuras, charges, gráficos, tabelas, memes, filmes, clipes musicais, etc. É por meio destas e de outras fontes históricas que irei problematizar conceitos como: raça, racismo, branquitude, discriminação racial, preconceito, etc.

Para melhor facilitar o trabalho com os conteúdos selecionados, indicamos um conjunto de temas geradores. Estes, por sua vez, estão estruturados conforme os planos de aula a seguir. Assim, organizamos a SD em 08 planos de aula que podem ser aplicados em uma ou mais aulas de 50 minutos, conforme a necessidade do/a professor/a, respeitando o perfil de cada turma.

Sendo assim, justifica-se nosso interesse em trabalhar o ensino de História para entender, debater e combater o preconceito, o racismo e todo tipo de discriminação organizado na sociedade brasileira a partir da desconstrução da ideologia da branquitude. Amparado na Lei 10639/2003 e na Lei 11645/2008, é preciso estudar a História do povo brasileiro a partir da sua diversidade.

AULA 01: A IDEIA DE RAÇA E AS ORIGENS DO RACISMO

Unidade Temática: História Recente.

Número de aulas: 01 (uma) aula de 50 minutos.

Conteúdo: O etnocentrismo europeu e os impactos da conquista da América.

Habilidade da BNCC:

(EM13CHS601) Relacionar as demandas políticas, sociais e culturais de indígenas e afrodescendentes no Brasil contemporâneo aos processos históricos das Américas e ao contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual.

Objetivos:

- Compreender a raça como categoria sociológica e não biológica.
- Conceituar preconceito, discriminação, raça e racismo.
- Reconhecer o racismo como problema histórico e atual presente no cotidiano e não como parte de um passado isolado.
- Entender que o conceito de raça é um obstáculo que dificulta o acesso aos direitos fundamentais da população negra.
- Perceber o Brasil enquanto uma sociedade hierarquicamente racializada.

Metodologias:

- Será tematizado os conceitos de raça e racismo com auxílio de um texto de maneira a atribuir-lhe significados conceituais.
- Será problematizado dois exemplos de racismo por meio de imagens. Uma com japoneses, a partir de uma característica, e outra com uma propaganda de cunho racista das empresas Dove e Bombril, as quais ridicularizam a mulher negra a partir de seus estereótipos.
- Para obter os resultados acerca da problematização apresentada neste trabalho, serão feitas atividades com o objetivo de entender como o racismo antinegro desumaniza a população negra no Brasil.

O Conceito de raça/cor

A palavra raça, de origem latina, era utilizada no único sentido de designar grupos de animais da mesma espécie, mas com aspectos distintos (BUENO, 1967). No século XVI popularizou-se o uso para designar grupos humanos, inicialmente na Itália e França e, logo a seguir, nos outros países de língua latina e nos de língua anglo-saxônica. Os agrupamentos humanos passaram a ser classificados em função de diferenças físicas, supostas ou reais. Tais diferenças, reais ou imputadas, foram utilizadas como justificativa para formas específicas de tratamento, a grupo e pessoas, no mais das vezes implicando preconceitos, discriminações e segregações. No século XVII e principalmente no XVIII, as teorias racistas adquiriram importância para explicar diversos fenômenos sociais e justificar novas desigualdades (WIEVIOKA, 1992).

No início do século XIX as teorias racistas foram decisivas para números processos sociais e o racismo foi determinante para diversas tragédias humanas. As ideias do racismo, que se dizia científico, difundiram-se bastante e as formas de classificação das pessoas baseadas na suposta ideia de existência de raças foram muito efetivas, sendo que sua influência atravessou os séculos. No século XX as ideias racistas continuaram muito atuantes e tomaram parte em diversas tragédias sociais. A ideia de raça e o racismo foram princípios basilares do fascismo europeu e resultaram no holocausto judeu na Segunda Guerra Mundial. Após o término da guerra e com a organização das multilaterais, ocorreu um esforço em comprovar que raça não existe do ponto de vista biológico.

Em termos biológicos, só é plausível falar de uma raça, a raça humana. No entanto, no século XVIII e principalmente no XIX alguns intelectuais europeus criaram teorias (que foram denominadas “racismo científico”) baseadas na ideia de que existiam diferenças biológicas entre os seres humanos. Propuseram a existência de diferentes raças humanas e uma hierarquia entre elas, baseadas no suposto critério de maior proximidade da razão e da civilidade. As raças eram classificadas em: 1) brancos – europeus; 2) amarelos – asiáticos; 3) vermelho – americanos e 4) australianos; negros – africanos. Além dessas, outras formas de classificação foram propostas, como podemos notar nas imagens a seguir.

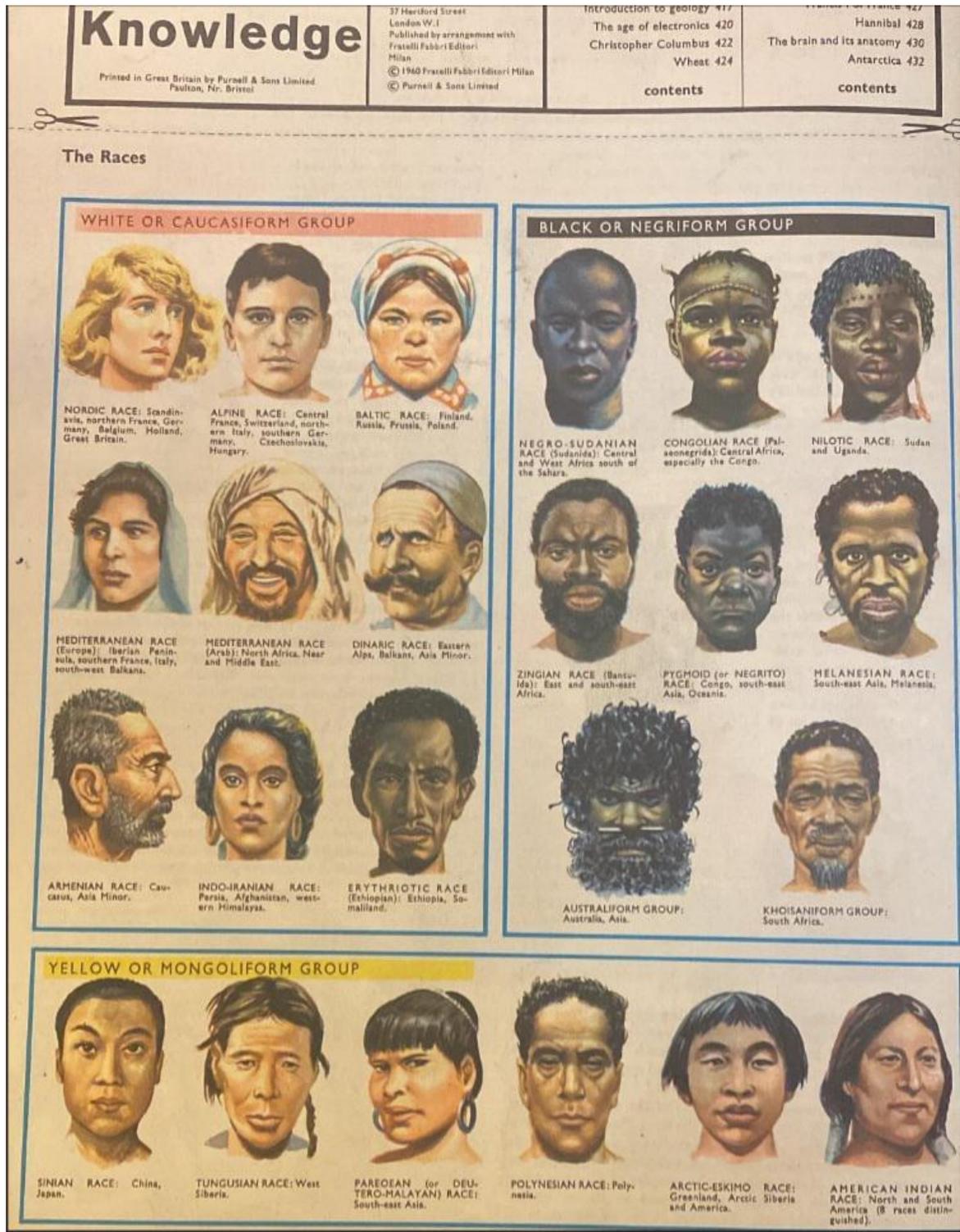
Figura 21 - “Os tipos de raça de homens”. Autor: George F. Cram, 1884



Fonte:

https://en.wikipedia.org/wiki/Historical_race_concepts#/media/File:Racist_Depiction_of_The_Types_of_Races_of_Men.jpg.

Figura 22 - As raças. In: Revista britânica dos anos 1960



Fonte:

https://www.reddit.com/r/coolguides/comments/zutsvl/early_1960s_british_magazine_called_knowledge/#lightbox

Figura 23 - Brasileiros do século XIX



1ª linha: brasileiros brancos. 2ª linha: brasileiros pardos (da esquerda para a direita: duas mulheres mulatas, duas mulheres cafuzas e uma garota e um homem caboclo). 3ª linha: três brasileiros índios de diferentes tribos seguidos por afro-brasileiros de diversas etnias. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Composi%C3%A7%C3%A3o_%C3%A9tnica_do_Brasil.

Cabe destacar que essa distribuição mais generalizante em cor/continente foi amplamente divulgada e aceita. As ideias do racismo, que se dizia científico, difundiram-se bastante e as formas de classificação das pessoas baseadas na suposição de existência de raças foram muito efetivas, sendo que sua influência atravessou os séculos. Ato contínuo a essas tragédias, o conceito de raça passou a ser recusado pela biologia e pelas ciências sociais que tornaram o racismo como objeto de estudo. A ideia de raça então passou a ser entendida como uma construção social. As diferenças entre os seres humanos, reais ou atribuídas, são significativas a partir dos sentidos a elas conferidos. A maioria absoluta da comunidade científica passou a refutar as teorias racistas, mas diversas práticas sociais mantêm vivos os conceitos de raça e racismo. As pessoas continuam a classificar as outras em função de diferenças imputadas à raça, crença que continuou a exercer papel importante sobre diversos fenômenos sociais.

O processo denominado racialização implica que, ao ser tratado como inferior, o grupo social racializado tem, sistematicamente, negado ou dificultado o acesso a bens materiais, ou simbólicos, fazendo com que raça, mesmo não existindo como diferença biológica, exista do ponto de vista social. Ou seja, ao se tratar sistematicamente determinados grupos sociais como inferiores, as raças tornam-se plenas de existência social.

Com base na classificação de raça/cor das pessoas, são mobilizadas uma série de expectativas sociais, pautas de comportamentos e definição de espaços sociais. O processo de tratar determinado grupo social como inferior que têm, sistematicamente, negado ou dificultado o acesso a bens materiais, ou simbólicos, faz com que raça/cor. Mesmo não existindo como diferença biológica, torne-se plena de existência social.

Atividade 01 – Debater o racismo vivenciando os males do racismo antinegro.

Analise os memes abaixo e a seguir responda o que se pede.

Figura 24 - Meme de japoneses

	<p>Quando você é japonês e encontra uma calculadora no quarto do seu filho.</p>
<ol style="list-style-type: none"> 1. ENCONTRE O QUE ESTÁ COM SONO. 2. ENCONTRE OS IRMÃOS GÊMEOS. 3. ENCONTRE AS IRMÃS GÊMEAS. 4. ENCONTRE O COREANO. 5. QUANTAS MULHERES HÁ NA FOTO? 6. QUAL A PESSOA MAIS VELHA? 7. QUAL A PESSOA MAIS NOVA? 8. QUAL O PROFESSOR? 	

Fonte: <https://pt.memedroid.com/memes/tag/japoneses>.

Figura 25 - Memes racistas

Fonte: reprodução da internet.

1-) Os memes contidos nas figuras 24 passam qual mensagem a partir das características fenotípicas orientais? Descreva qual o tipo de racismo está implícito.

2-) Os memes racistas das figuras 25 apontam quais condições aos personagens negros contidos nas imagens? Descreva em quais ambientes você já percebeu brincadeiras iguais ou semelhantes a essas que passaram naturalizadas?

AULA 02: RACISMO ESTRUTURAL

Unidade Temática: História Recente.

Número de aulas: 02 (duas) aulas de 50 minutos.

Conteúdo: Impactos dos colonialismos nas sociedades americanas na Idade Moderna.

Habilidade da BNCC:

(EM13CHS601) Relacionar as demandas políticas, sociais e culturais de indígenas e afrodescendentes no Brasil contemporâneo aos processos históricos das Américas e ao contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual.

Objetivos:

- Potencializar as aulas de História para avançar numa educação antirracista que possa superar o eurocentrismo descolonizando o pensamento clássico que pauta o território brasileiro somente a partir da lógica europeia estruturante.
- Compreender o racismo estrutural enquanto um processo em que as condições de organização da sociedade reproduzem a subalternidade de determinados grupos.
- Discutir os caminhos para o enfrentamento do racismo estrutural contido nas expressões linguísticas racistas diariamente reproduzidas nas escolas.
- Debater situações cotidianas de racismo estrutural.

Metodologia:

Inicie a aula com a frase provocativa “Não é possível não ser racista em um país estruturalmente racista como o Brasil”. Em seguida, fundamente o tema a partir dos textos abaixo, estabelecendo o conceito e apontando os exemplos de racismo estrutural no Brasil.

Após a leitura do texto, orientar que os conceitos-chave analisados serão trabalhados na forma de atividades com apreciação e constatação de imagens pertinentes a cada conceito. Importante frisar aos alunos que todo racismo é estrutural. As demais formas são manifestações parciais da base estruturante discriminatória que forma nossa sociedade. Nesse sentido, as atividades acompanharão a sequência do texto.

O que é racismo estrutural?

Racismo estrutural é quando o preconceito e a discriminação racial estão consolidados na organização da sociedade, privilegiando determinada raça ou etnia em detrimento de outra. Mais do que se conectar simplesmente ao crime de racismo, diz respeito ao funcionamento da sociedade como um todo. Está em sua constituição enquanto sociedade, na sua base!

Naiara Leite, coordenadora executiva do Instituto Odara, explica que “o racismo estrutural organiza a forma como o Estado e a sociedade, em suas diferentes esferas, organizam as relações de poder, com base no reforço e manutenção das múltiplas discriminações pela preservação dos privilégios da branquitude patriarcal”. Para o professor Rafael Silva, o racismo é uma das decorrências mais claras da estrutura social sobre a qual a sociedade brasileira foi construída: “Ele é a regra e perpassa todo o inconsciente coletivo: é possível observá-lo nas relações pessoais, nas políticas públicas, nas desigualdades econômicas, etc. Essa onipresença é o que eu chamo de racismo estrutural, a vida ‘normal’ e cotidiana em todos os seus sentidos é atravessada pela questão racial”, completa.²⁷

Qual a diferença entre racismo estrutural e outros tipos de racismo?

Racismo, no dicionário, significa “preconceito e discriminação direcionados a alguém tendo em conta sua origem étnico-racial, geralmente se refere à ideologia de que existe uma raça melhor que outra”. No livro *Racismo estrutural*, o jurista Silvio Almeida classifica três concepções de racismo: individualista, institucional e estrutural. Essa classificação, segundo o autor, parte da relação entre racismo e subjetividade, Estado e economia.

A concepção de Racismo Estrutural

Na visão do intelectual negro Silvio Almeida, todo racismo é, essencialmente, estrutural. Como escreve em seu livro: “o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo estrutural”

²⁷ Para mais informações, acessar: <https://confluentes.org.br/2023/01/31/racismo-estrutural-o-que-e-causas-e-consequencias/>.

(ALMEIDA, 2019, p. 50). Comportamentos individuais e processos institucionais têm, dessa forma, origem em uma sociedade em que “racismo é a regra e não exceção”.

Figura 26 - Sílvio de Almeida, advogado e professor²⁸



Fonte: retirado da internet

As origens do racismo estrutural no Brasil

As causas do racismo estrutural no Brasil fazem parte de um processo histórico, remontando ao colonialismo e à dominação iniciadas no século XVI. Desde a chegada dos portugueses ao continente americano, índios e negros - por serem considerados inferiores pelos brancos - foram escravizados e impostos à cultura europeia. Por mais de 300 anos, o trabalho escravo se manteve como um dos pilares econômicos do Brasil e moldou as relações sociais entre os diferentes grupos constitutivos da nossa formação. Foram as mãos dos índios e dos africanos e seus descendentes que, do século XVI ao século XIX, trabalharam como escravos nas plantações agrícolas e também nos mais variados ofícios nas vilas e cidades brasileiras. Sem essa mão de obra, seria praticamente impossível para o Brasil figurar no cenário mundial como um dos maiores produtores de açúcar, tabaco, algodão, café, ouro, etc. Esta riqueza material, contudo, não foi repartida com as populações exploradas, muito pelo

²⁸ Sílvio Luiz de Almeida (São Paulo, 17 de agosto de 1976) é advogado e também professor universitário. Desde o ano de 2023, ocupa o posto de ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil. Reconhecido como um dos grandes especialistas brasileiros acerca da questão racial, preside o Instituto Luiz Gama. Dentre suas principais publicações estão os livros *Racismo Estrutural* (Polén, 2019), *Sartre: Direito e Política* (Boitempo, 2016) e *O Direito no Jovem Lukács: A Filosofia do Direito em História e Consciência* (Alfa-Ômega, 2006). Para saber mais, ver: https://pt.wikipedia.org/wiki/Silvio_Almeida.

contrário! Além de não receberem o justo pagamento pela contribuição, pela exploração de sua mão de obra, índio e negros foram durante discriminados.

Desde o início da colonização, pessoas não brancas e sua cultura, hábitos e rituais foram tidas – e persistem, quase 140 anos após a abolição da escravidão – como “não civilizadas”, conceito que se enraizou na base da sociedade e foi replicado de geração em geração. Esse processo marcou fortemente olhar para os povos indígenas e afro-brasileiros, os quais passaram, desde então, a ser vistos e tratados como inferiores e subalternos aos europeus e seus descendentes.

Figura 27 – Engenho de açúcar



Fonte: <https://atlas.fgv.br/marcos/pau-brasil-e-acucar/mapas/esquema-de-engenho-nos-seculos-16-19>

As imagens X, XI e XX mostram, respectivamente, a estrutura de um engenho de açúcar, tocado a partir do trabalho escravo, a captura de indígenas para serem explorados como cativos na capitania de São Paulo e escravos africanos moendo cana para a produção de açúcar.

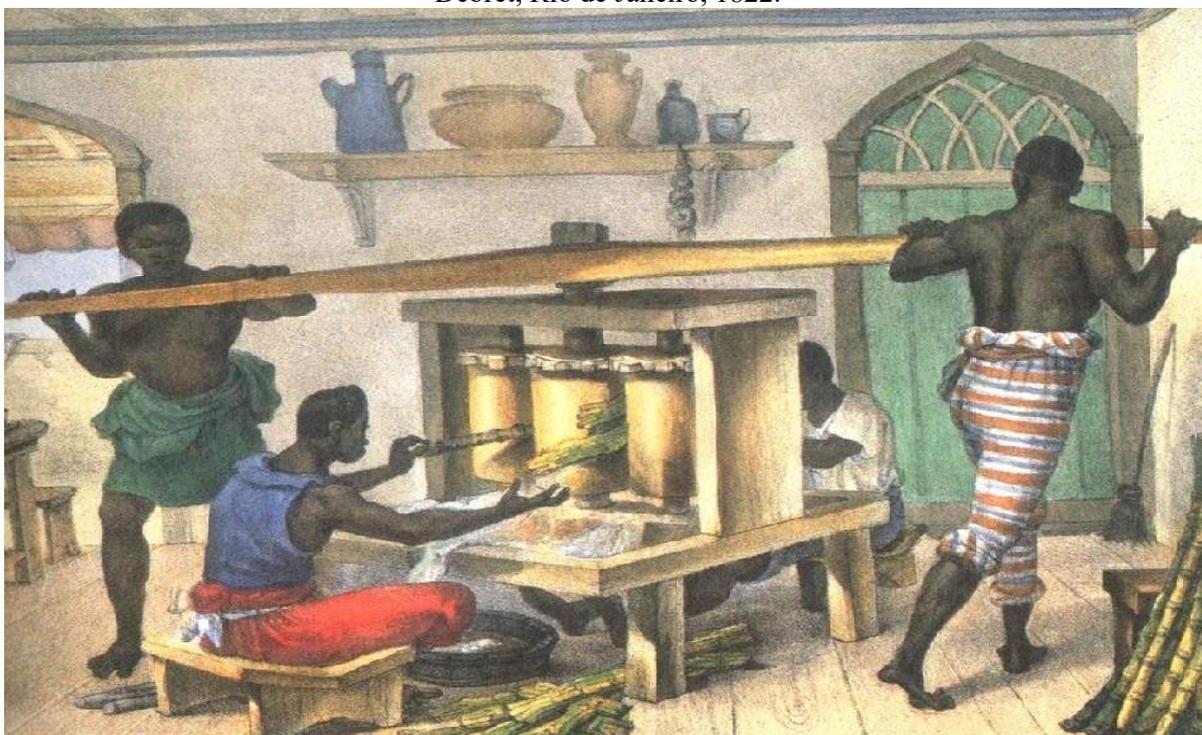
Figura 28 - "Índios soldados da província de Curitiba escoltando prisioneiros nativos", por Jean-Baptiste Debret, 1830.



Fonte:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Escravid%C3%A3o_ind%C3%ADgena_no_Brasil#/media/Ficheiro:Indian_Soldiers_from_the_Coritiba_Province_Escorting_Native_Prisoners.jpg

Figura 29 - "Engenho manual que faz caldo de cana", aquarela sobre papel, 17,6 x 24,5 cm, J.B. Debret, Rio de Janeiro, 1822.



Fonte: <https://ensinarhistoria.com.br/vida-urbana-no-brasil-segundo-debret/> - Blog: Ensinar História - Joelza Ester Domingues.

Como afirmou a filósofa e escritora Djamila Ribeiro, “a gente já nasce numa sociedade que tem uma hierarquia de humanidade em que, se você é negro [ou indígena], vai ser tratado de um jeito, se é branco, vai ser tratado de outro”. A sociedade já estabelece essas construções para nós e vamos assimilando isso, internalizando e aceitando como verdade: “Ninguém nasce odiando ninguém, a gente aprende a odiar.” O racismo estrutural, por sua vez, se manifesta nas instituições sociais, como veremos a seguir.

Os problemas gerados pelo racismo

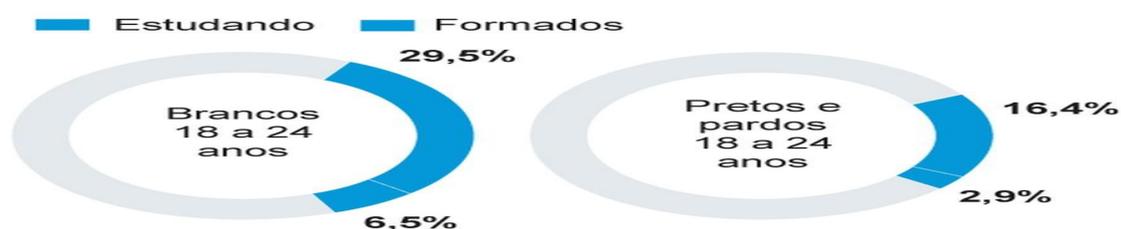
Os números escancaram o racismo estrutural no Brasil – e mostram que a desigualdade racial vem se ampliando nos últimos anos. De acordo com a edição de 2022 do IFER (Índice Folha de Equilíbrio Racial), o país ainda deve levar 116 anos para que pretos e pardos tenham acesso às mesmas oportunidades que brancos. Segundo o estudo “Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil”, divulgado em novembro de 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a queda na renda familiar dos brasileiros verificada desde 2019, acentuada a partir da pandemia de Covid-19, está ocorrendo acompanhada de um aumento do abismo racial. Se em 2020 pessoas negras ganhavam em média 48,0% menos que brancos, em 2021 esse percentual subiu para 49,4%. Entre os que se identificavam como pardos, o aumento foi de 46,8% para 48,3%. O crescimento pode estar associado ao desemprego: em 2021, embora negros e pardos representassem 56,2% das pessoas na força de trabalho, eram 64,8% entre os desocupados. Essa desigualdade no âmbito profissional tem, por sua vez, origem nas diferenças no acesso à educação. Entre as pessoas identificadas como brancas, 27,7% declararam não ter instrução ou ensino fundamental completo, enquanto entre negros e pardos chegou a, respectivamente, 36,5% e 38,7%. O gráfico a seguir apresenta os dados levantados pela PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios para o ano de 2023 no que se refere à escolarização da população brasileira:

Atividade 01 – Análise comparativa de gráficos referentes à desigualdade racial.

Figura 30 – Gráfico de desigualdades apontadas pelo PNAD

As desigualdades apontadas pela Pnad

ENSINO SUPERIOR



ABANDONO ESCOLAR

9 milhões

de brasileiros de 14 a 29 anos não completaram o ensino médio. Destes...



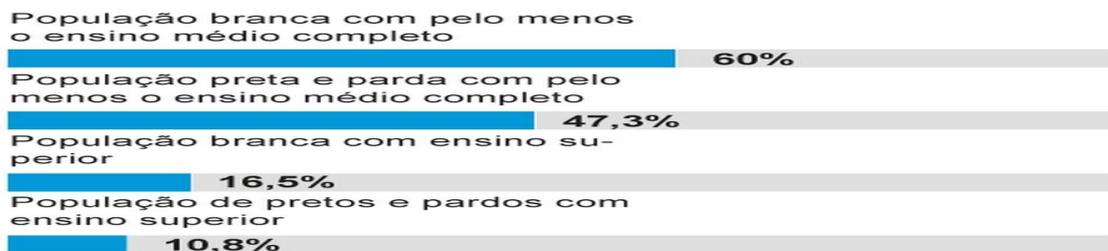
ANALFABETISMO (%)



ENSINO TÉCNICO



ESCOLARIDADE



TEMPO NA ESCOLA



Fonte: Pnad Educação 2023

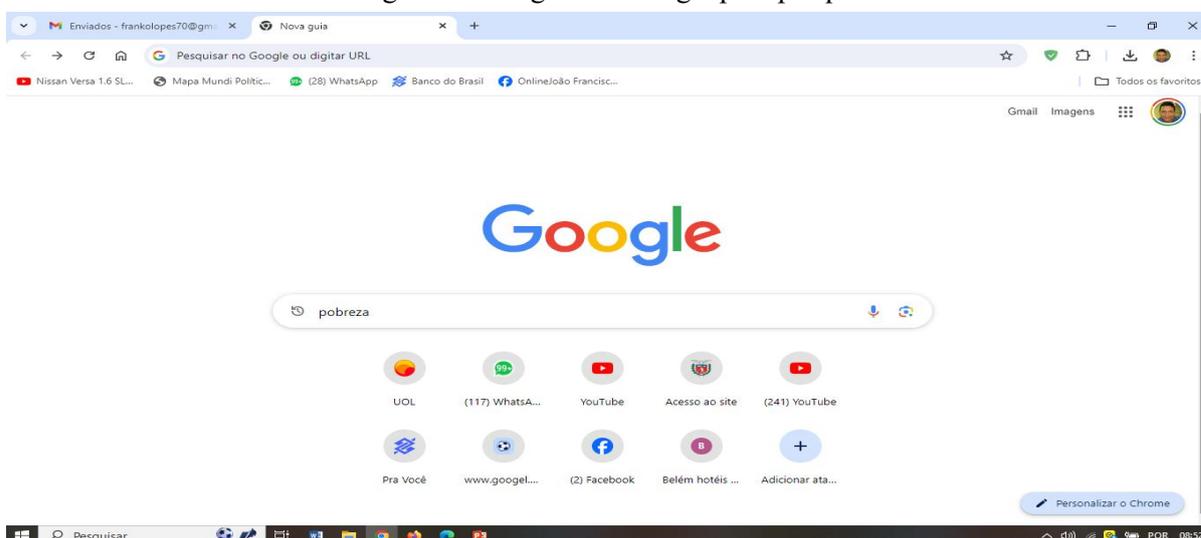
Fonte: Pnad Educação 2023.

Professor (a): Projete este e outros gráficos e faça a análise das informações juntamente com os alunos. Procure relacionar os dados à desigualdade social existente no Brasil entre brancos e negros.

Atividade 02 – Enxergando as estruturas do racismo estrutural.

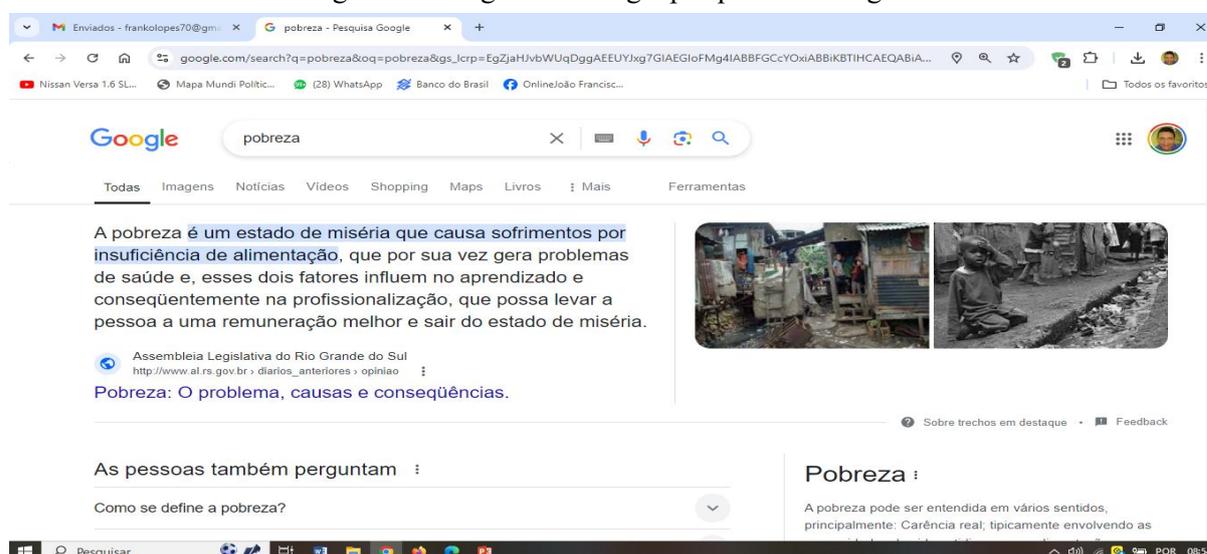
Oriente os /as alunos a abrirem a página do Google, depois digitar a palavra “pobreza”. A seguir, clicar embaixo em imagens, conforme os prints abaixo. A partir das imagens da observação maciça de corpos negros, discuta com eles sobre o conceito de racismo estrutural.

Figura 31 – Página do Google para pesquisa



Fonte: retirado do Google.

Figura 32 – Página do Google pesquisando imagens



Fonte: retirado do Google.

Em seguida, aplique a seguinte questão problematizadora:

1-) Por que a maior página oferece uma estampa de maioria negra a se referir à pobreza? Por que a pobreza é tão diretamente associada à população negra? Faça o teste citando outras palavras como: desnutrição, miséria, fome e garis. Qual o percentual de corpos negros para corpos brancos? Qual o seu entendimento do fato do Google, ferramenta universal de pesquisas nas redes, associar a pobreza à população negra?

Atividade 03 – Um país estruturalmente racista e um passado que não passa.

Fundamentação

Em 1816, o Brasil recebeu a Missão Artística Francesa no Rio de Janeiro. No grupo dos artistas franceses instalados em terras brasileiras estava Jean Baptiste Debret (1768-1848), um dos responsáveis por promover o ensino de artes na capital brasileira com o intuito de servir à construção da identidade do Brasil que estava em curso. A presença de Debret no Brasil durou quinze anos, entre 1816 e 1831.

Figura 33 – Jean-Baptiste Debret: auto-retrato publicado em *Voyage pittoresque et historique au Brésil* (1834)



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jean-Baptiste_Debret#/media/Ficheiro:Jeanbaptistedebret.jpg.

Debret foi responsável por registrar dezenas de imagens do cotidiano brasileiro, em especial da escravidão. Exponente da Academia Real de Belas Artes, fundada em 1826 no Rio de Janeiro, e da qual foi um dos integrantes de maior notoriedade. Assumiu inúmeras funções: desenhista, escritor, professor de pintura histórica, pintor da corte, interpretou e retratou o Brasil por meio de inúmeras observações, apontando seus costumes e todo o cotidiano que conhecia.

Entretanto, foi no Brasil, e não na França, que Debret inspirou um trabalho de registro de imagens que fez seu nome ser eternizado na História do Brasil e do mundo. A

maioria de sua iconografia retrata a escravidão, fato que nos permite ter a leitura do Brasil enquanto país historicamente sustentado na exploração. Sua obra “Viagem Histórica e Pitoresca ao Brasil” produzida na França entre 1834 e 1839, e posteriormente publicada no Brasil, é uma das mais importantes e conhecidas coleções de imagens do Brasil no século XIX. Dividida em três tomos, sendo o segundo que mais retrata a paisagem social do Brasil, carregado de sujeitos negros. Segundo Debret (1978), “Tudo se assenta neste país no escravo negro”.

As imagens selecionadas a seguir revelam algumas rotinas da população brasileira ao longo do tempo. As imagens com números pares foram produzidas por Debret entre a segunda e a terceira década do século XIX. Já as figuras de números ímpares pertencem ao tempo presente e foram produzidas por fotógrafos e câmeras de vigilância. A imagem da figura 35 (trinta e cinco), conhecida como “regresso do proprietário” constitui-se de dois escravos carregadores do seu senhor, um jovem negro carregando o guarda-chuva, um cachorro e uma mulher negra carregando uma cesta de frutas na cabeça.

Já a imagem da figura 37 (trinta e sete), mostra o grupo de escravizados acorrentados em uma loja de tabaco aguardando atendimento do vendedor para adquirirem o fumo. Em um número razoável, os cativos acorrentados aguardam o atendimento em uma fila única. O soldado, aguardando o atendimento do grupo, encontra tempo para, escorado em uma parede, conversar com uma mulher negra - supostamente uma vendedora ambulante ou ganhadeira.

Por fim, a última imagem de Debret retratada na figura 39 (trinta e nove), retrata um tipo de castigo público praticado por um feitor contra corpos negros escravizados. Geralmente, os escravos eram punidos por cometerem alguma falta, como embriaguez, roubo, tentativa de fuga, etc. O castigo mais usual consistia numa série de chicotadas que deixavam a vítima em lastimável estado durante algum tempo.

Como foi dito anteriormente, as fotos pares relatam alguns casos recentes de racismo no Brasil. A figura 34 (trinta quatro), retrata um casal, acompanhado dos filhos, do cachorro e de uma babá, e foi tirada no ano de 2016. Naquela ocasião, a família se dirigia para a orla de Copacabana, no Rio de Janeiro, onde milhares de pessoas protestavam pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Vestidos de camisa verde e amarela – cores que remetem à bandeira nacional -, o casal de brancos é acompanhado da funcionária negra, quem em pleno domingo está trabalhando. A circulação da imagem pelas mídias sociais logo repercutiu, dando origem a uma série de críticas por parte dos internautas.²⁹ Cabe destacar que

²⁹ <https://oglobo.globo.com/esportes/vice-do-flamengo-rebate-criticas-por-foto-com-baba-em-protesto-18867132>

estes não tardaram a relacionar a imagem do presente como o passado escravista brasileiro – o que deu origem a alguns memes.

A figura 36 (trinta e seis), retrata uma cena de racismo que viralizou no Brasil. Nela, Jhonny Ítalo³⁰, um jovem negro autuado em um suposto flagrante, aparece detido por um policial militar que algemou a sua mão direita na moto em que conduzia. Em seguida, o militar motociclista ligou e acelerou o veículo, arrastando o rapaz com uma das mãos presa à motocicleta por um trecho de aproximadamente 300 metros.

Por fim, a imagem da figura 38 (trinta e oito), a mais violenta de todas, mostra Odivaldo Carlos da Silva, um músico negro que ao se deparar com um segurança enquanto andava normalmente por um bairro da cidade de Curitiba, passa a ser agredido gratuitamente por ele e o seu cachorro. Enquanto desferia os golpes, o agressor ainda fazia questão de chamar a vítima de “macaco” e “negro sujo”, só cessando a violência com a chegada da polícia militar.³¹

Tanto as cenas do passado retratadas por Debret quanto as do presente retratam situações de subalternidade e violência, o que indica a persistência da desigualdade em nossa sociedade – mesmo depois de 136 anos de abolida a escravidão no Brasil. Sabendo disso, analise as imagens abaixo, após a problematização responda o que se pede.

Professor (a): Após a fundamentação conceitual, apresente as imagens abaixo para a apreciação e análise comparativa do racismo estrutural praticado em diferentes épocas. A partir das impressões dos alunos, apresente as questões problematizadoras.

³⁰ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/12/02/jovem-negro-foi-almemado-puxado-e-arrastado-por-300-metros-por-pm-em-moto-em-sp-diz-advogado.ghtml>.

³¹ Ver <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2022/11/26/cameras-flagram-homem-agredindo-musico-negro-com-cassetete-em-curitiba-vitima-diz-ter-sido-xingada-de-macaco.ghtml> .



Figura 34 – Diretor de finanças do Flamengo passeando em 13 de março de 2016. Fonte: reprodução da internet.



Figura 35 – Regresso de um proprietário. Fonte: J. B. Debret. Uma viagem pitoresca. Prancha 25, p. 166.



Figura 36 – Jovem negro Jhonny Ítalo algemado e puxado por 300 metros por um PM em uma motocicleta em 03 de dezembro de 2021. Fonte: reprodução da internet.

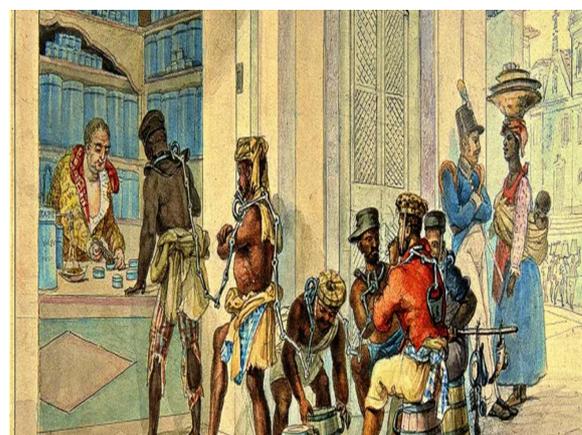


Figura 37 – Pintura de Debret. Negociante de tabaco. Fonte: J. B. Debret. Uma viagem pitoresca. Prancha 41, p. 255.



Figura 38 – O músico negro Odivaldo Carlos da Silva, agredido em Curitiba em 22 de novembro de 2022.³²

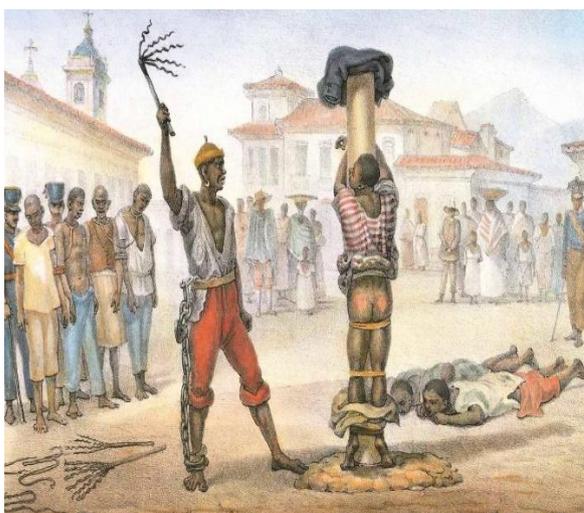


Figura 39 – Pintura de Debret. Aplicação do castigo do açoite. Fonte: Uma viagem pitoresca. Prancha 45, p. 259.

³² Fonte: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2022/11/26/cameras-flagram-homem-agredindo-musico-negro->

01-) As imagens das figuras 34 e 35 retratam duas rotinas de pessoas brancas de boas condições econômicas, dependentes da mão de obra de pessoas negras. A primeira do trabalho escravo e a segunda de uma trabalhadora livre. Ambas refletem o trabalho precarizado historicamente dispensado à população negra brasileira. Que tipo de Brasil invisível podemos enxergar a partir das imagens de uma babá negra uniformizada de branco empurrando o carrinho de bebê de um casal rico passeando na orla da praia de Copacabana?

02-) Analisando as primeiras imagens, vemos que a imagem da figura 36 apresenta um jovem negro com a mão direita algemada em moto e sendo arrastado por uma policial militar do Estado de São Paulo. Já a imagem da figura 37 mostra homens negros escravizados e acorrentados em frente a uma loja. Sabendo da diferença de quase dois séculos dos fatos narrados nas imagens, aponte os tipos de racismo e de violência percebido nas duas imagens.

03-) A partir de uma análise comparativa com a imagem da figura 39, logo se vê que Debret retratou a realidade de um Brasil escravagista, perverso e racista, que não poupava os piores castigos à população negra. A partir da comparação com a imagem da figura 38, que narra o episódio ocorrido em Curitiba com o músico negro Odivaldo Carlos da Silva, aponte sobre o que mudou em nosso país em questão de tratamento dado à população negra.

Atividade 04 – Expressões racistas utilizadas naturalmente no cotidiano.

Professor (a):

Apresente aos alunos as expressões racistas abaixo selecionadas. É de suma importância a postura de seriedade do/a professor/a para condução dessa atividade. Este deve estar preparado/a para desconstruir qualquer intervenção irônica ou provocações com alunos/as negros/as. Se persistirem as tentativas de piadas, pegue uma das expressões e substitua a palavra negro/a ou preto/a por um nome de alguém. Exemplo. O que preto não faz na saída, faz na entrada, substitua por: o que o João não faz na saída, faz na entrada. Isso fará com que todos/as entendam que essas frases são racistas e ofensivas e que, portanto, não há motivos para risos. É possível que alguns alunos possam dar outros exemplos de expressões racistas do cotidiano, inclusive na escola.

HUMOR NEGRO - QUADRO NEGRO – LADO NEGRO – DENEGRIR ALGO – FASE NEGRA - A
COR DO PECADO - MANCHA NEGRA NA HISTÓRIA – LISTA NEGRA -O QUE PRETO NÃO FAZ
NA ENTRADA, FAZ NA SAÍDA - SERVIÇO DE PRETO – MUNDO NEGRO - LIVRO NEGRO -
NEGRA MALUCA – LÍNGUA PRETA - OVELHA NEGRA — PASSADO NEGRO – MAGIA NEGRA
ANJO NEGRO - NEGRO PARADO É SUSPEITO, CORRENDO É LADRÃO - PASSADO NEGRO -
CAMINHO NEGRO – PRETO DE ALMA BRANCA - INVEJA BRANCA – CRIADO MUDO.

O negro enquanto termo identificador e como ofensa

Segundo a classificação racial do IBGE, a população brasileira tem cinco cores de referência: branco, preto, pardo (vai do branco ao preto), amarelo e indígena. Nesse sentido, as palavras **negro e negra** são categorias políticas, pois não estão contidas nesses dados estatísticos. Elas são utilizadas como identificadores. Por exemplo, uma pessoa de pele retinta pode se identificar racialmente como negro ou preto, mas isso não lhe dá o direito de serem chamadas por sua racialidade. Contudo, no Brasil, a palavra “preto”, quando utilizada na oralidade, carrega uma dimensão pejorativa, num sentido de referir-se algo errado, negativo e ruim. Essa desumanização também acontece quando se utilizam os substantivos preto e preta, apontando a cor da pele como um referencial para agredir e ofender as pessoas.

Em nosso país, a prática de se reproduzir essas expressões racistas no cotidiano não é uma prática individual. Trata-se do racismo enquanto elemento estrutural, uma estrutura de poder que determina essas práticas de linguagem. Assim, mesmo que você conscientemente não seja racista, provavelmente já reproduziu alguma dessas ofensas racistas contidas no quadro acima. Nesse sentido, faça o que se pede abaixo.

Discuta os parágrafos acima, em seguida aplique a seguinte atividade problematizadora:

01-) Copie cada expressão destacada no quadro acima, substituindo o vocábulo racista de auto-ódio pelo sinônimo ou a palavra apropriada ao entendimento. Por exemplo: Humor negro = Humor ridículo ou sem graça.

AULA 03: RACISMO INSTITUCIONAL

Unidade Temática: História Recente.

Número de aulas: 02 (duas) aulas de 50 minutos.

Conteúdo: Impactos dos colonialismos nas sociedades americanas na Idade Moderna.

Habilidade da BNCC:

(EM13CHS601) Relacionar as demandas políticas, sociais e culturais de indígenas e afrodescendentes no Brasil contemporâneo aos processos históricos das Américas e ao contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual.

Objetivo:

- Compreender o que é racismo institucional apontando exemplos de como as instituições reproduzem as práticas discriminatórias.

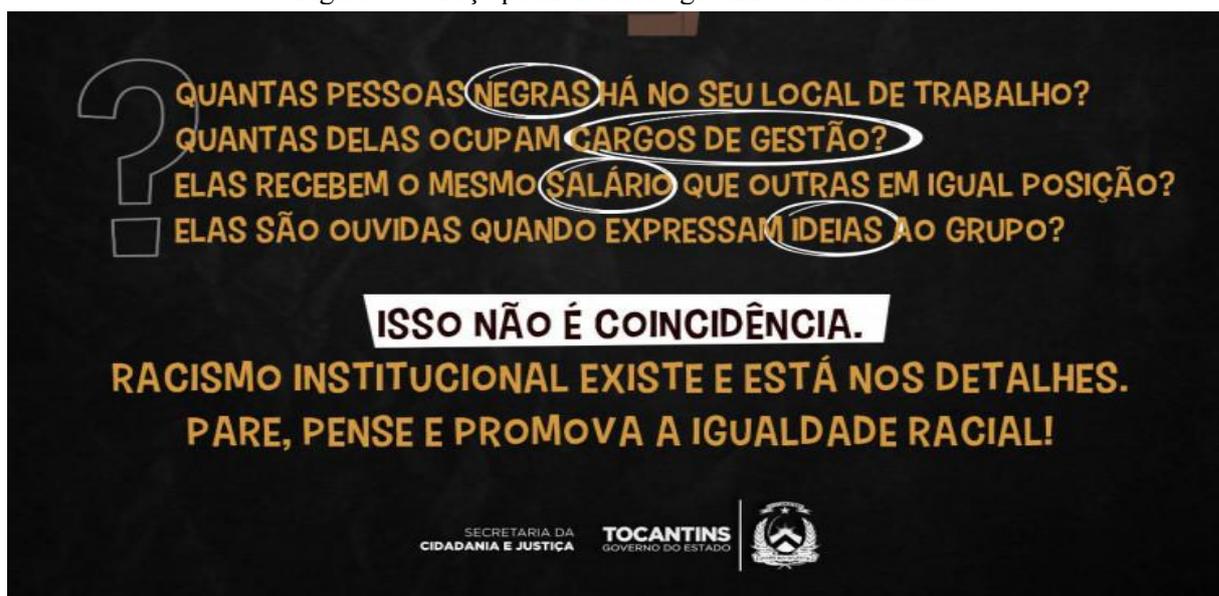
Metodologia:

Inicie apresentando a ideia chave que é discriminação racial que ocorre em instituições públicas e privadas, de forma direta ou indireta, promovendo a exclusão ou o preconceito.

A concepção de Racismo Institucional

O termo “racismo institucional” foi usado pela primeira vez no livro *Black power: Politics of liberation in America*, de Charles V. Hamilton e Kwame Ture, publicado em 1967. A obra é considerada um importante avanço teórico para o estudo das relações sociais, e defende que o racismo não se resume a comportamentos individuais. Sua existência seria, portanto, o resultado do funcionamento das instituições – tanto públicas (o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de universidades, etc.) quanto privadas (diretorias de empresas e organizações). A origem da desigualdade racial, sob esse olhar, não seria uma simples consequência da ação isolada de indivíduos ou grupos racistas, e sim da sociedade como um todo. Por essa lógica, as instituições estariam dominadas por grupos sociais que utilizam seus mecanismos para impor e manter seus interesses políticos e econômicos sobre os grupos discriminados. Em resumo, o racismo seria uma forma de dominação.

Figura 40 – Peça publicitária do governo do Tocantins



Fonte: reprodução da internet.

Um forte exemplo do racismo institucional pode ser tirado ao se observar a relação da polícia com a população negra.

Figura 41 – PM de São Paulo imobiliza homem negro que participava de manifestação contra a morte de um jovem da comunidade do Moinho. Rovena Rosa (Agência Brasil).



Fonte: In <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-30/entre-a-vida-e-a-morte-sob-tortura-violencia-policia-se-estende-por-todo-o-brasil-blindada-pela-impunidade.htm>

Segundo estudo realizado pelo “Instituto Sou da Paz”, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes em 2020 no país foi de 51 entre negros e de 14,6 entre não negros. Ou seja, os

negros são as vítimas preferenciais dos homicídios cometidos em nosso país, conforme reforça o infográfico a seguir:

Figura 42 – Infográfico do anuário brasileiro de segurança público 2024

Mortes pela polícia em 2023

Homens negros com menos de 30 anos são as principais vítimas

6.393 vítimas em 2023

⚡ Aumento de 118,9% desde 2013

↘ Queda de 0,9% em relação a 2022

Perfil das vítimas

Negros

82,7%

Entre 12 e 29 anos

71,7%

Sexo masculino

99,3%

g1 Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024.
Infográfico elaborado em: 17/07/2024

Fonte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/07/18/letalidade-policia-anuario-de-seguranca-publica.ghtml> .

Conforme os dados apresentados pelo Anuário de Segurança Pública para o ano de 2023, 82,7% das vítimas de policiais são pessoas pretas ou pardas. Isso quer dizer que os negros têm quase 4 vezes mais chances de serem mortos pela polícia do que os brancos. Você já parou para refletir por que a população negra – pretos e pardos – são as maiores vítimas das intervenções policiais? Como explicar a reprodução dessa violência contra a população negra pelos agentes do Estado?

Atividade 01 – Teste de imagens referentes ao Racismo Institucional.

Analise as imagens, leia os parágrafos abaixo, problematize e responda o que se pede.

Figura 43 – Branco correndo? Está atrasado. Mas se for negro, é ladrão em fuga



Fonte: reprodução da internet.

Figura 44 – Mulher branca, design de moda ou empresária? Mulher negra, vendedora ou costureira?



Fonte: reprodução da internet.

Em 2016, o governo do Estado do Paraná organizou um teste de imagens e aparências, buscando trabalhar o entendimento do que seria o racismo institucional. O vídeo viralizou por todo o Brasil. Para essa experiência, foram recrutados oito profissionais de recursos humanos, divididos em dois grupos (A e B) de quatro pessoas. O ensaio visava exibir aos dois grupos fotos diversas e perguntar o que viam e em cada uma delas. Para trabalhar essa atividade, foram escolhidas quatro imagens extraídas do vídeo.

No grupo A, são apresentadas fotos com pessoas brancas. A primeira imagem é a de um homem jovem correndo na rua. O que vem nela? Alguém que tem pressa ou está atrasado. Na segunda imagem, uma mulher em uma loja examinando um blazer elegante. O que veem? Um designer de moda ou uma provável compradora. No grupo B, são apresentadas fotos com pessoas negras, com as mesmas roupas utilizadas pelas pessoas brancas. Na primeira imagem, o que veem no homem correndo na rua? Alguém que está fugindo, um ladrão. Na segunda imagem, a mulher que segura o blazer é observada como a vendedora, com o comentário de que poderia ser uma costureira.

Responda

1-) As imagens acima mostram como os dois personagens tiveram avaliações diferentes a partir da sua cor da pele. Sendo que o casal negro foi subalternizado e caracterizado nas funções mais simples, de menor salário, em relação à apreciação dada ao casal branco, avaliado numa perspectiva positiva. Nesse sentido, aponte alguns exemplos de situações vivenciadas por você em que ocorreu esse tipo de racismo.

2-) Assista o vídeo https://www.youtube.com/watch?v=X_KQ3F8sKy4 e responda: você acredita que isso possa acontecer em Paranavaí? Justifique a sua resposta.

Atividade 02 – Música “Crime Bárbaro”.

Professor (a): Com o auxílio do *educatron* ou com um datashow e caixa de som, apresente aos alunos o clipe da música “Crime bárbaro”, do rapper Rincon Sapiência. O clipe pode ser acessado em: <https://www.youtube.com/watch?v=RYYnpA-PQDk> .

FIGURA 45 – Rincon Sapiência



Fonte: reprodução da internet.

Danilo Albert Ambrosio nasceu na cidade de São Paulo no dia 09 de setembro de 1985. Mais conhecido por seu nome artístico - Rincon Sapiência -, começou sua carreira em 2000 e ganhou notoriedade com o lançamento do *single* "Elegância", em 2009. O rapper e poeta paulista também é conhecido como manicongo - pseudônimo artístico inspirado nos governantes do antigo reino do Congo (Atual República do Congo e Angola). Sua obra se dedica a denunciar e combater as injustiças sociais, dentre elas o racismo, como pode ser conferido em canções como “afro rap” <https://www.youtube.com/watch?v=UBk5WSHgNF0>.

MÚSICA: "CRIME BÁRBARO" Faixa 02 do álbum Galanga Livre, de Rincon Sapiência Autores: Rincon Sapiência / Tom Zé / Valdez Intérprete: Rincon Sapiência

Capangas armados estão à procura
Escravos apanham, meu ato de loucura
Fugido eu tô correndo pela mata
Na pele eu levo a marca da tortura
 O crime deixa doido o bagulho
Carrego um pouco de medo e orgulho
 Atrás da orelha deles eu sou a pulga
 Se eles chegar, tô pronto pra dar a fuga

Por mim estaria tudo em paz
 Minha terra, meu povo e ninguém mais
 Liberdade por aqui ninguém traz
 Sim senhor, não senhor — não satisfaz!
 Arrependimento, isso eu não tenho
O meu movimento sempre mantenho
Escravos apoiam meu desempenho
Fui eu que matei o senhor de engenho

O nego fujão alguém viu?
 (Nossa senhora! Neguin passou a mil!)

Canela fina é pra correr!
 Se me pegarem vai doer!
 Mesmo estando em desvantagem
A sensação é de poder
Eu sou nego fujão!
 Pega nego fujão!
 Corre nego fujão!
 Ei (vou-me embora daqui)!

Meu crime, eu sei, não tem as pazes
 Pega nego fujão, tá nos cartazes
 Pra ter rebelião hoje eu dei base
 Clima de tensão, essa é a fase

Sem líder eles não sabem agir
Escravos agora fazem canções
Pior quando eles descobrir
Que com a filha dele eu tinha relações
 É o cúmulo do desacato
 O sonho dela era ter filho mulato
 Ela sempre me disse que seu pai é chato
Mas foi pelo meu povo que eu fiz meu ato
 Boatos correm, eu também
 Me sinto como um herói, isso me faz bem
Escravos me colocam como um rei
Porque o senhor de engenho fui eu que matei!

O nego fujão alguém viu?
 (Nossa senhora! Neguin passou a mil!)

Canela fina é pra correr!
 Se me pegarem vai doer!
 Mesmo estando em desvantagem
 A sensação é de poder
 Eu sou nego fujão!
 Pega nego fujão!
 Corre nego fujão!
 Eu vou-me embora daqui!

Meu crime a ele eu culpo
 Bateu em criança, cometeu estupro
 Proibiu a dança e a religião
 Gerou confusão interna entre o grupo
Cana de açúcar e Sol quente
Rachando na cuca, ódio na mente
 Lembro de seu braço preso no meu dente
 Ah! Depois não foi um acidente

Preso e vivo, morto e liberto
 Logo pensei: um dia te acerto
 Ah, ele disse: esse nego é um cão
 Corpo no chão, eu fui mais esperto
 Oh, um crime sem fiança
 De continuar vivo eu to sem esperança
 Enquanto isso eu sigo nas minhas andanças
 Querem minha cabeça na ponta da lança

O nego fujão alguém viu?
 (Nossa senhora! Neguin passou a mil!)

Canela fina é pra correr!
 Se me pegarem vai doer!
Mesmo estando em desvantagem
A sensação é de poder

Eu sou nego fujão!
 Pega nego fujão!
 Corre nego fujão!
 Eu vou-me embora daqui!

Nossa senhora!
 Nossa senhora!
 Nossa senhora!
 Nossa senhora! Neguin passou a mil!

Grifos meus

Figura 46 - Foto divulgação do clipe Crime Bárbaro, de Rincon Sapiência



Fonte: reprodução da internet

Professor (a):

Após a assistência do videoclipe, solicite aos alunos que ouçam novamente a canção, desta vez com a letra da música em mãos. Depois, peça aos mesmos que opinem sobre o que acharam da composição. Para estimular o debate, pergunte à turma o que pensam acerca da relação que o compositor faz entre o passado e o presente na relação da vida dos negros no Brasil. Por que a letra cita a escravidão e suas violências e no clipe musical o homem negro é perseguido por um policial armado? O que o *rapper* quer dizer com essa analogia? Quais papéis ambos representam na sociedade colonial e no Brasil contemporâneo?

AULA 04: RACISMO À BRASILEIRA

Unidade Temática: História Recente.

Número de aulas: 02 (duas) aulas de 50 minutos.

Conteúdo: Os processos colonialistas e a diversidade cultural nas Américas e na África.

Habilidades da BNCC:

(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais da emergência de matrizes conceituais hegemônicas (etnocentrismo, evolução, modernidade, etc.), comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.

Objetivos:

- Perceber que toda relação racista no Brasil é negativa quando se trata da cor da pele preta, assim desumaniza corpos negros e tem como contrapartida o benefício de pessoas brancas.
- Apontar exemplos de racismo que jamais aconteceriam se as vítimas não fossem negras.
- Compreender que o racismo é um forte reproduzidor das desigualdades econômicas e sociais e que por isso, deve ser combatido por todos;

Metodologia:

Inicie apresentando um texto-chave abaixo sobre os prejuízos de ser negro no Brasil face ao benefício de ser branco no Brasil. Em seguida, justifique a fundamentação com imagens que registram os tipos de racismo brasileiro.

Quem se beneficia com a existência do racismo?

Imagine um país chamado Brasil, onde você cresceu ouvindo que somos um povo oriundo da formação do branco, do índio e do negro vivendo harmonicamente. Essa ideia de uma suposta “democracia racial” formou uma leitura no imaginário coletivo de que se somos uma sociedade harmônica. Infelizmente, ainda é comum ouvir expressões como: “Eu tenho um pezinho na senzala”. Talvez uma frase semelhante aos povos indígenas não exista devido ao articulado apagamento dos nativos nos livros didáticos, em que a sua maior evidência se limita ao retrato da primeira missa na colônia brasileira em 26 de abril de 1500.

Entretanto, cabe uma reflexão crítica indispensável para entendermos a formação do povo brasileiro. Quem se orgulha dessa pirâmide racial estar orquestrada desse jeito não são os negros nem os povos indígenas. A democracia racial imposta no Brasil, do tipo perfeita, é àquela que embranquece, que é defendida e exaltada pela população branca, pelo colonizador europeu. Ainda que muitas pessoas brancas não tenham consciência de seus privilégios, elas pertencem a circuitos que lhes caracterizam muitos benefícios. Portanto, o racismo é uma ideologia que beneficia aqueles/as que se isentam do preconceito e da discriminação raciais. Essas pessoas pertencem ao lugar da branquitude e ser branco/a no Brasil é ocupar esse lugar que é um espaço antinegro.

A pesquisadora Lilian Vainer Shucman, pesquisando a ideologia do branqueamento brasileiro em sua tese de doutorado, entrevistou várias pessoas brancas para discutir racismo e a brancura. Em vários relatos, foi possível perceber que os/as entrevistados/as reconheciam o racismo e admitiram terem privilégios por serem brancos/as: ***“Ser branco? Ah! Ser branco é poder entrar no shopping para cagar”*** (Fernando pergunta feita para um rapaz loiro de olhos azuis morador de rua em uma conversa informal). (SCHUCMAN, 2012, p. 76). Todavia, muitos que reconheciam o privilégio da brancura em seu cotidiano, faziam-se solidários aos que sofriam o racismo. Ao mesmo tempo, faziam questão de defender os privilégios de serem brancos, mesmo que estes benefícios custassem prejuízo para aqueles que jamais poderiam ocupar o lugar da branquitude: ***“Meu chefe é bem racista. Dizia que ele só gostava de trabalhar com gente branca, tinha preferência por branco... Aí, seu fosse negro? Nunca teria sido contratado (Marcelo)”***. (SCHUCMAN, 2012, p. 76).

Verifica-se que mesmo na extrema pobreza há um dispositivo de poder ligado à ideia de raça. O mendigo branco reconhece seu privilégio de poder utilizar um banheiro de uma instituição sem ser incomodado por seguranças que não permitiriam que o morador de rua fosse um negro. No segundo exemplo, Marcelo é categórico em admitir o seu privilégio de ser branco, caso contrário não teria aquele emprego. Nesse sentido, **conclui-se que a branquitude tem a ver com a identidade racial branca; ela é um lugar de vantagem ou um lugar nas sociedades estruturadas pelo racismo**. Diante disso, é óbvio que nem todo branco é racista, mas isso não muda o fato de que todo branco se beneficia do sistema racista da sociedade. Até porque esse sistema hierarquiza as relações e oferece privilégios em que o beneficiado por ele, ainda hoje, acredita e defende que tudo isso é mérito de seus esforços.

Atividade 01 – Preto é sempre suspeito e branco é perfeito.

Figura 47 – Neurocientista negro diz ter sido barrado em hotel em SP



Fonte: Folha de São Paulo³³

01-) Após análise e constatação do racismo na imagem da matéria acima, cite três exemplos de discriminação contra negros que jamais aconteceriam com uma pessoa branca. Detalhe seus exemplos.

³³ Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/08/1675340-neurocientista-negro-e-barrado-em-hotel-onde-ministraria-palestra-em-sp.shtml#:~:text=Primeiro%20neurocientista%20negro%20a%20se,Instituto%20Brasileiro%20de%20Ci%C3%A7%C3%A2ncias%20Criminais%20\(](https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/08/1675340-neurocientista-negro-e-barrado-em-hotel-onde-ministraria-palestra-em-sp.shtml#:~:text=Primeiro%20neurocientista%20negro%20a%20se,Instituto%20Brasileiro%20de%20Ci%C3%A7%C3%A2ncias%20Criminais%20()

Atividade 02 – Negação do negro na televisão brasileira por Joel Zito.

Figura 48 – Documentário: A negação do Brasil.



Fonte: reprodução da internet

Figura 49 – Capa da revista Amiga, com destaque para Sônia Rangel e Cláudio Dantas, personagens da Novela “Corpo a Corpo” (1984-1985)



Fonte: reprodução da internet.

Em 1985, a novela “*Corpo a Corpo*” apresentava uma família negra de classe média. Em um dos núcleos da trama, havia um casal interracial representado por Sônia e Cláudio, interpretados pela atriz Zezé Motta, uma mulher negra, e pelo ator Marcos Paulo, um homem branco. Segundo Zezé Motta, no documentário *A Negação do Brasil*:

- Corpo a Corpo foi muito importante na minha carreira televisiva. Não só porque eu tive uma personagem que era uma paisagista, independentemente de ser negra. Mas também porque discutir a questão racial, foi feita uma mãe na pesquisa na rua, achavam daquele casal e as respostas foram muito violentas, chocantes mesmo.

A trama trazia Zezé Motta interpretando uma arquiteta, filha de uma família negra bem constituída que se casa com o herdeiro rico representado pelo galã nacional da época, deixando um rasto de polêmicas face à questão racial. Continua Zezé Motta:

- Eu me lembro de ter lido no Jornal do Brasil um homem dizendo assim: se eu fosse ator e a televisão me obrigasse a beijar uma negra feia, horrorosa como aquela, e se eu estivesse precisando de dinheiro, chegaria em casa todos os dias e desenharia a minha boca com água sanitária, uma coisa absurda.

- Teve uma empregada doméstica que disse que toda vez que o casal se beijava, ela mudava de canal porque ela não acreditava naquele amor.

- O Marcos Paulo passou a deixar a sua secretária eletrônica desligada porque ele sempre foi um galã cobiçado e tal, e as meninas que provavelmente ele não dava bola deixavam recados muito feios na secretária. Ele chegava da gravação e ouvia coisas horrorosas com relação ao fato de ele estar contracenando e beijando uma negra. Era a coisa do beijo que incomodava.

- E uma declaração de um homem que disse o seguinte: eu não acredito que o Marcos Paulo esteja tão necessitado de dinheiro para passar por essa humilhação.

Atividade

Professor (a): Sugestão de atividade. Apresente outros casos de racismo institucional apresentados no documentário “A negação do Brasil” e peça para os alunos apontarem casos de racismo entre artistas e personagens negros da TV brasileira contemporânea.

AULA 05: RACISMO RECREATIVO

Unidade Temática: História Recente.

Número de aulas: 02 (duas) aulas de 50 minutos.

Conteúdo: Impactos dos colonialismos nas sociedades americanas na Idade Moderna.

Habilidade da BNCC:

(EM13CHS601) Relacionar as demandas políticas, sociais e culturais de indígenas e afrodescendentes no Brasil contemporâneo aos processos históricos das Américas e ao contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual.

Objetivos:

- Problematizar a discussão de que racismo não tem graça e qualquer discriminação racial mediada pelo riso desumaniza as pessoas.
- Apresentar os exemplos explícitos e implícitos do racismo recreativo presentes nos meios de comunicação.
- Apontar os discursos racistas nas redes sociais a partir do racismo recreativo presente no cotidiano escolar.

O que é Racismo Recreativo?

Em linhas gerais, o racismo recreativo pode ser entendido como uma modalidade da prática discriminatória com base no uso de piadas de cunho racista como meio de diversão por meio da depreciação física e intelectual das pessoas negras. Aparentemente tratada como uma atitude jocosa e inofensiva, esse tipo de racismo é tão grave e perverso como a discriminação direta e explícita, pois fere a autoestima e a subjetividade das suas vítimas. Por isso, é muito importante entender que, quando lançam mão do racismo recreativo, as pessoas brancas não estão só se divertindo. Isso porque se trata de uma política cultural que referenda, por meio do humor, a ideia de que negros não são atores sociais competentes. Isso permite que pessoas brancas hostilizem minorias sociais sem perder uma imagem social positiva, como afirma o advogado Adilson Moreira, autor do livro *Racismo Recreativo* (2019).

Atividade 01 – Racismo não tem graça.

Figura 50 – Imagens de Adelaide do Zorra Total



Fonte: reprodução da internet.

Sobre Adelaide, Zorra Total e o racismo sem graça – Por Dennis de Oliveira

O programa Zorra Total, da Rede Globo de Televisão, foi questionado na justiça devido à personagem “Adelaide”, interpretada pelo ator Rodrigo Santanna. No quadro, o ator global se faz passar por uma mulher negra, desdentada, com toda a estética de uma pedinte e que, em determinado programa, expressou falas de conteúdo preconceituoso. Na mais impactante das cenas, ela, ao encontrar uma palha de aço, diz que se tratava do cabelo da filha. Várias pessoas denunciaram o quadro à Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial, órgão ligado à Secretaria de Promoção da Igualdade Racial. O advogado Humberto Adami protocolou ação civil pública contra o programa, alegando desrespeito ao capítulo VI do Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288). Adami lembra que essa é a única personagem negra do programa e que, curiosamente, aparece nessa condição.

Os defensores do programa e do quadro apresentaram a argumentação de sempre, em prol da “liberdade de criação”, e de que se trata apenas de um programa humorístico. Mas será que a expressão humorística é descolada da realidade?

O fato é que a prática do racismo recreativo está disseminada por toda a nossa sociedade há muito tempo. Atualmente, devido à potencialidade da internet e das redes sociais, mais e mais casos têm vindo à tona para o grande público, como no episódio a seguir.

Em junho de 2023, as influenciadoras Kérollen Cunha e Nancy Gonçalves foram denunciadas após criarem conteúdos para suas redes sociais, nos quais aparecem dando uma banana e um macaco de pelúcia para crianças negras. Com cerca de 17 milhões de seguidores em redes como o *Tik Tok* e *Instragam*, as influencers costumam postar gravações com pegadinhas, doações de cunho assistencialista e testes de maquiagem. Contudo, a postagem feita com as referidas crianças negras foi interpretada por muitos seguidores e especialistas no tema como uma forma de racismo recreativo – o que motivou a abertura de inquérito pela prática de injúria racial.³⁴

Figura 51- Influenciadoras denunciadas pela prática de racismo recreativo



Foto: reprodução da internet.

Como foi dito anteriormente, tal prática está fortemente arraigada em nossa cultura e por isso deve ser fortemente combatida por todos, pois como diz o ditado popular: “as palavras têm poder”.

³⁴ Para mais informações, acessar: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/06/15/entenda-o-que-e-racismo-recreativo-crime-previsto-na-legislacao-desde-janeiro.ghtml>. Cabe frisar que a legislação reconhece e equipara a prática de injúria racial como racismo, crime passível de prisão de dois a cinco anos.

Tendências do racismo à brasileira

O avanço do movimento antirracista brasileiro nos últimos anos, no sentido de buscar a equidade de posições entre brancos e negros por meio de ações afirmativas, toca fundo no coração da estrutura social brasileira: uma sociedade erigida com base em privilégios concedidos racialmente. Incomoda lutar por vagas na universidade pública, por empregos, por igualdade de oportunidades. Buscar a igualdade significa redistribuir oportunidades, e isso, por sua vez, implica mexer em privilégios historicamente consolidados.

O incômodo dos privilegiados racialmente encontra dificuldades em se expressar em um espaço público já contaminado pela condenação moral do racismo enquanto prática política. Daí o seu deslocamento para o campo simbólico, em especial o midiático e, particularmente, o espaço do entretenimento e do humor (lugares de fala em que se consolidam estilos de vida e comportamentos cotidianos).

O racismo midiático tenderá a ser uma das formas mais agudas de expressão da ideologia racista. De qualquer forma, o que se conclui desta rápida análise do caso é que o racismo do programa *Zorra Total* e de qualquer outro programa não tem graça nenhuma.

Matéria na íntegra:

<https://www.geledes.org.br/sobre-adelaide-zorra-total-e-o-racismo-sem-graca-por-dennis-de-oliveira-2/>

Vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=aSGN30w8KFg>

Professor (a): aplique esse questionário após apreciação das imagens e assistência do vídeo.

1-) O único personagem negro no programa *Zorra Total* era a personagem Adelaide, interpretada por Rodrigo Santanna. Com nariz avantajado, pedinte, desdentada, sem tomar banho, sempre entrava no ônibus e um vocabulário que estereotipava a população negra. Aponte outras características racistas nas imagens e no vídeo acima.

2-) Após analisar as imagens e o vídeo do programa *Zorra Total*, reflita e responda qual a necessidade de uma caricatura ridicularizando uma negra, tal como o personagem Adelaide? É possível rir de um humor racista. Justifique sua crítica.

3) Relate alguma piada ofensiva que você já sofreu ou testemunhou com outra pessoa a partir da cor da pele.

Obs. Na pergunta 03, trabalhe a empatia com a população negra se surgirem exemplos de piadas com pessoas brancas. Se as piadas com pessoas não negras incomodam, imaginem o quanto incomoda com corpos negros.

04-) Analise as imagens das figuras 50 e 51, problematize a indignação e liste outros 03 (três) casos de racismo recreativo no Brasil para servir de exemplos para não mais se repetir.

AULA 06: O QUE É A BRANQUITUDE

Unidade Temática: História recente.

Número de aulas: 02 (duas) aulas de 50 minutos.

Conteúdos: Civilizações africanas.

Habilidade da BNCC:

(EM13CHS601) Relacionar as demandas políticas, sociais e culturais de indígenas e afrodescendentes no Brasil contemporâneo aos processos históricos das Américas e ao contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual.

Objetivo Geral: Entender o conceito de branquitude identificando a população branca no centro das referências como aquela que historicamente tem as maiores oportunidades no Brasil. Partindo do entendimento de que a cor da pele ainda importa e que ser branco no país é uma garantia de poder, é ter vantagens. Por isso, é preciso tirar a branquitude da invisibilidade, revelando seus privilégios.

Objetivos específicos:

- ✓ Apontar exemplos da branquitude histórica presente na televisão brasileira por meio de análises de imagens contemporâneas com protagonistas de grande alcance.
- ✓ Perceber o privilégio da branquitude no protagonismo da publicidade brasileira em detrimento à presença de negros/as nas principais propagandas visuais.
- ✓ Analisar os exemplos de racismo vivenciados pelos estudantes no seu cotidiano, buscando apontar possíveis soluções contra essas práticas.
- ✓ Perceber a inserção da branquitude na religiosidade.
- ✓ Trabalhar cinco atividades com problemáticas no assunto das relações raciais para refletir a diversidade sociocultural a partir de como os corpos negros e corpos brancos são tratados.

Um pacto para o brancocentrismo

No final do século XIX, parte das elites brasileira almejou pôr em prática um projeto que visava não só acabar com a escravidão, mas também com o negro liberto pós-abolição. Para isso, estabeleceram várias providências, entre elas o branqueamento da população por meio da imigração europeia. Curiosa e estrategicamente, no final do século seguinte, foi possível constatar no Brasil formas centralizadoras de demarcar ideologia da branquitude, e um desses espaços foi a televisão brasileira.

Entre os anos 80 e 90, os programas infantojuvenis da televisão, que tomavam na época todo o período da manhã, foram comandados pelas apresentadoras Angélica, Eliana e Xuxa, que tinham uma semelhante fenotípica branca-loira. Nas escolas, para as meninas dessa geração, esses corpos brancos representaram a beleza dos sonhos, do belo, do espelho a ser seguido. Para os meninos, essa branquitude era a imagem da mulher ideal e bela, que merecia todos os olhares. O mesmo perfil de brancura e, identificado nestas apresentadoras, podia ser encontrado nas maiorias das mulheres que auxiliavam os apresentadores masculinos dos principais programas televisivos desse período, geralmente apresentados aos domingos.

A constatação da predileção pela branquitude com apresentadoras de programas infantis não deixou passar batido que esta ideologia, no Brasil, também foi aplicada em novelas e filmes brasileiros. A preferência por homens brancos e mulheres brancas nos papéis de protagonismo nas tramas foi uma regra exclusiva. Aos artistas negros/as restaram poucos espaços, geralmente concentrados apenas nos papéis secundários, a maioria estereotipada.³⁵

Hoje, quatro décadas depois, mesmo com constantes mudanças de programas, horários e substituição dos/as apresentadores/as, ainda é fácil a percepção da presença maciça da branquitude nos programas na televisão brasileira. Sob a lente de uma naturalidade brancocêntrica imposta, passou a ser natural a ausência de negros/as não só na televisão, mas também em toda produção audiovisual de fácil acesso. A cultura padronizada de beleza encontradas nos outdoors, nos cartazes colados em instituições públicas e privadas, os adesivos das lojas dos shopping centers e outros espaços no Brasil tem como principal característica a exclusão de corpos negros em suas propagandas. Isso faz com que esse lugar da brancura seja naturalizado no coração e na mente das pessoas, estendendo a dinâmica dessa leitura a outros espaços, como no trabalho, nas Igrejas e nas escolas, os privilégios da branquitude. Conforme destaca Cida Bento:

³⁵ Ver, nesse sentido, o livro e o filme documentário produzido por ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira**. São Paulo: Editora. Senac, 2000. Para uma entrevista do autor ver: <https://www.youtube.com/watch?v=pIR5vQjmNuc>.

Privilégio branco é entendido como um estado passivo, uma estrutura de facilidades que os brancos têm, queiram eles ou não. Ou seja, a herança está presente na vida de todos os brancos, sejam eles pobres ou antirracistas. Há um lugar simbólico e concreto de privilégio construído socialmente para o grupo branco. (BENTO, 2022, p. 66).

Anos após o definitivo fim dos programas infantis, continua notável a presença de apresentadores não negros à frente dos variados programas de televisão. No caso feminino, parece que há uma regra natural em preferir apresentadoras brancas-loiras. Toda a revisão dessa realidade é feita nas escolas de forma que os estudantes negros, informados na ideologia da branquitude, ficam impedidos de se ver representados por outro referencial no qual eles poderiam se identificar. Esse veto de se enxergar enquanto negro/a na representatividade se resume numa contínua exclusão dos meios audiovisuais que vai desde a televisão até as propagandas mais próximas ao seu entorno.

Logo, percebe-se o alcance do racismo estrutural internalizado nas pessoas a partir da branquitude centralizada em nosso cotidiano, o qual impõe o padrão da beleza brancocêntrica reproduzido nas escolas.

Metodologias:

- ✓ Formar grupos com no máximo cinco alunos, onde em cada um deles possa ser contemplado por gênero e pela interracialidade.
- ✓ Cada grupo receberá um material de análise com uma pergunta-problema para ser debatida e respondida pelo grupo.
- ✓ Elaboração de uma carta com apontamentos que justifiquem as vantagens de ser branco no Brasil.
- ✓ Será garantido, de forma democrática, e respeitados os possíveis relatos pessoais que surgirem em relação ao racismo.

REFERÊNCIAS

BENTO, Cida. O pacto da branquitude. São Paulo. São Paulo: Cia das Letras, 2022.

Atividade 01 – O MUNDO ENCANTADO DA SUPREMACIA BRANCA NA TELEVISÃO BRASILEIRA

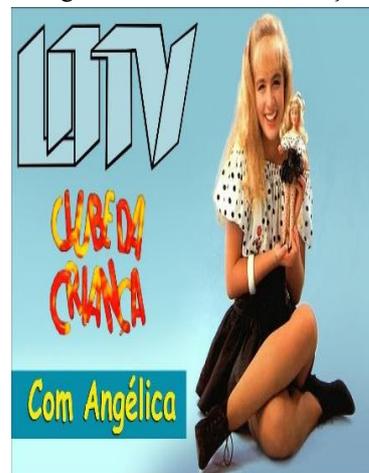
Figura 52 – Bom Dia & Cia



Figura 53 – Xou da Xuxa



Figura 54 – Clube da Criança



Fonte: reprodução da internet.

Figura 55 - Eliana Xuxa e Angélica



Fonte: reprodução da internet.

Figura 56 - Apresentadores Marcos Mion, Luciano Huck e Tiago Leifert



Fonte: reprodução da internet.

Professor (a): após apreciação e discussão das imagens acima, aplique esse questionário.

01-) Em relação às imagens mais antigas das apresentadoras da imagem da figura 55 com os apresentadores contemporâneos representados na figura 56, o que mudou em relação ao branquocentrismo? Problematize sua resposta.

02-) Por que o negro está historicamente excluído do protagonismo na televisão brasileira?

03-) Cite 10 apresentadores/as brancos/as e dez apresentadores/as negros/as conhecidos/as na televisão ou nas redes sociais.

04-) Qual apresentador negro você indicaria para comandar um programa de televisão de grande audiência aos domingos?

05-) Qual apresentadora negra você colocaria para comandar um programa de televisão aos domingos de grande audiência e alcance?

Atividade 02 – Há santo preto?

Leia abaixo o trecho do livro “O que é Racismo”, a seguir responda.

Conta-se que, certa vez, o famoso bandido Lampião pediu hospedagem numa grande fazenda. Tremendo de medo, o proprietário indicou-lhe a capela: “É o único lugar à vossa altura, capitão. Não tenho outro”. O bando avisou que ia partir antes do sol, ficando o fazendeiro certo de que “rasparia” as imagens e relíquias valiosas que lá se achavam. Qual não foi sua surpresa, já manhã alta, ao verificar que o cangaceiro respeitara os santos: embaixo de cada um havia uma nota de mil-réis. Menos de São Benedito. Muitos anos depois, quando Lampião retornou, o homem, intrigado e cauteloso, lhe indagou o porquê. O cangaceiro, caçado pela polícia de sete Estados, ele próprio um homem de cor, respondeu: “E lá existe santo preto?” (SANTOS, 1984, p. 78).

Figura 57 – São Benedito



Fonte: Ficheiro do Wikipédia.

Após leitura do parágrafo e apreciação da imagem, responda o que se pede abaixo.

- Por que Lampião se espantou em saber que havia um santo preto?
- Quais são os outros exemplos de santos pretos na Igreja? Que papel eles desempenham? Eles são lembrados por sua cor? Justifique sua resposta.
- Como combater o imaginário contido em Lampião, reproduzido até hoje, em achar que tudo que é bom deve ser branco?

Atividade 03 – Entre o invisível privilégio da branquitude e o visível prejuízo da negritude.

A negritude brasileira a todo momento enfrenta o racismo. Já a branquitude coloca as pessoas brancas num lugar social de privilégios que as unificam. Ser negro neste país é não ter todos os acessos sociais oferecidos à população branca. Diante disso, responda ao questionário abaixo:

Professor (a): após debater a problematização acima, aplique o questionário abaixo, sempre trabalhando a memória do lugar de privilégios da branquitude.

- 1-) Quantos diretores/as e pedagogos/as negros/as de escolas você já conheceu?
- 2-) Quantos trabalhadores/as negros/as na função de agentes educacionais (secretaria, refeitório, pátio) você já percebeu na escola?
- 3-) Quantos profissionais da saúde negros/as já me atenderam no meu município quando precisei? Entendam-se as funções de: enfermeiros/as, dentistas e médicos/as?
- 4-) Quantos empresários negros na cidade você conhece?
- 5-) Ao passar na frente das principais lojas da sua cidade, quantos negros/as eu consigo observar?
- 6-) Quantos bancários/as negros/as já me atenderam nas agências bancárias que frequento?
- 7-) Qual foi o último caso de racismo que presenciei contra as pessoas negras?
- 8-) Quantos cargos políticos eletivos exercidos por pessoas negras eu já observei? Entenda: prefeitos, vereadores?
- 9-) No seu dia a dia, você já presenciou alguma pessoa sendo favorecida por ser branca? Cite três exemplos.
- 10-) Por que a produção visual contida nos cartazes e outdoors das cidades é quase inexistente à presença de corpos negros?

Atividade 04 – O embranquecimento de Machado de Assis.

Em 2011, a Caixa Econômica Federal completou cento e cinquenta anos de fundação. A estatal, que está entre as maiores das maiores instituições financeiras do Brasil, resolveu fazer a propaganda comemorativa dos seus sesquicentenários trazendo o escritor Machado de Assis, que inclusive teria sido correntista do banco.³⁶ O comercial, com duração de um minuto, era apresentado pela atriz Glória Pires, que começava dizendo “Pensar no futuro é algo tão importante que até os imortais fazem isso”. Em seguida, ela narrava Machado de Assis, que aparecia caminhando em bairro até chegar em uma agência para fazer um depósito bancário.

Entretanto, o que seria para ser mais uma propaganda comercial acabou resultando uma polêmica nacional. A peça publicitária trouxe o escritor interpretado por um ator branco, ignorando a real representação do fundador e primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL), enquanto negro que ele era. O fato gerou protestos na internet e indignações por todo canto do país, seguido de uma advertência formal da Secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).³⁷ Diante da repercussão negativa da peça publicitária, o banco suspendeu a propaganda com o Machado de Assis branco e começou a veicular outra propaganda, desta vez tendo o escritor imortal interpretado por um artista negro. Além disso, a narrativa do comercial foi acrescida de uma abertura feita pelo ator negro Ailton Graça dizendo: “Em memória a História da Caixa e do povo brasileiro, apresentamos Machado de Assis”.

Por fim, o banco emitiu uma nota de retratação pedindo desculpas pelo erro. No entanto, o ano 2024 mostrou que o comercial do banco não seria o último caso de racismo com Machado de Assis. A própria ABL, que foi criada pelo escritor, fez um avatar virtual para interagir com os internautas, identificando sua imagem com um homem branco.

Veja os vídeos:

Machado de Assis embranquecido <https://www.youtube.com/watch?v=2sN2DQX5MNI>

Machado de Assis negro https://www.youtube.com/watch?v=XX71Z_7p-As
<https://www.terra.com.br/noticias/educacao/abl-lanca-machado-de-assis-virtual-e-recebe-criticas-era-branco,55d74fc6faefc63ce9d72744d3948ae6u6iar1n1.html>

Nota de retratação da Caixa, divulgada quarta-feira -21/09/2011

³⁶ Machado de Assis (Joaquim Maria Machado de Assis), jornalista, contista, cronista, romancista, poeta e teatrólogo, nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 21 de junho de 1839, e faleceu também no Rio de Janeiro, em 29 de setembro de 1908. É o fundador da cadeira nº. 23 da Academia Brasileira de Letras. Para mais informações acerca da vida e obra do escritor, ver: <https://www.academia.org.br/academicos/machado-de-assis/biografia>.

³⁷ Órgão do poder executivo criado em 2003 que tinha *status* de ministério e funcionou até o ano de 2015.

"A Caixa Econômica Federal informa que suspendeu a veiculação de sua última peça publicitária, a qual teve como personagem o escritor Machado de Assis. O banco pede desculpas a toda a população e, em especial, aos movimentos ligados às causas raciais, por não ter caracterizado o escritor, que era afro-brasileiro, com a sua origem racial. A CAIXA reafirma que, nos seus 150 anos de existência, sempre buscou retratar, em suas peças publicitárias, toda a diversidade racial que caracteriza o nosso país. Esta política pode ser reconhecida em muitas das ações de comunicação, algumas realizadas em parceria e com o apoio dos movimentos sociais e da Secretaria de Política e Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) do Governo Federal. A CAIXA nasceu com a missão de ser o banco de todos, e jamais fez distinção entre pobres, ricos, brancos, negros, índios, homens, mulheres, jovens, idosos ou qualquer outra diferença social ou racial. Jorge Hereda - Presidente da Caixa Econômica Federal".

Figura 58 – Foto de Machado de Assis negro.



Fonte: Ficheiro do Wikipédia.

Figura 59 – Propaganda com Machado de Assis branco e negro. Fonte: Internet.



Figura 60 - Propaganda com Machado de Assis branco na ABL³⁸.

01-) A partir do exemplo de Machado de Assis “forçadamente” embranquecido, procure na internet alguns exemplos de pessoas negras que tiveram sua cor de origem embranquecida. A seguir, pesquise se nelas houve alguma contestação nas redes sociais pela mudança de cor do protagonista.

Atividade 05 – Quem se beneficia com a branquitude e com o racismo?

³⁸ <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/abl-lanca-machado-de-assis-virtual-e-recebe-criticas-era-branco,55d74fc6faefc63ce9d72744d3948ae6u6iar1n1.html>. Acesso em 14 de junho de 2024.

Assista ao vídeo <https://www.facebook.com/watch/?v=1384090118323205>

Figura 61 – Propaganda do humorista Marcelo Adnet com a logomarca “Branco no Brasil”. Há mais de 500 anos levando vantagem.



Fonte: reprodução da internet.

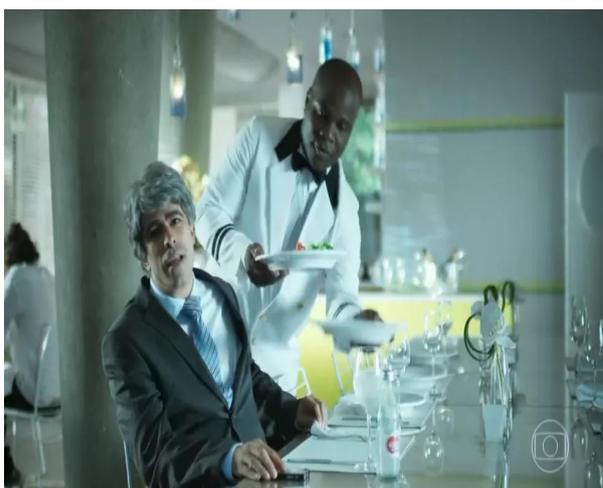


Figura 62 – Imagens da sátira “Ser branco no Brasil”, do humorista Marcelo Adnet. Fonte: Internet. Após a apreciação do vídeo, responda:

1-) Como as pessoas negras e as pessoas brancas aparecem respectivamente no vídeo? A que você atribui essa distribuição dos personagens nas cenas em questão? Que correspondência elas têm com a realidade em nosso país?

2-) Após organizar a turma em grupos de quatro ou cinco alunos, peça aos mesmos que pesquisem na internet reportagens onde são denunciados casos de pessoas negras que foram barradas ou impedidas de adentrar em espaços públicos e/ou privados por conta do preconceito racial. Em seguida, peça para que cada grupo apresente o caso encontrado e exponha para o restante da sala. Ao término das apresentações, promova o debate.

Unidade Temática: História Recente.**Número de aulas: 01 (uma) aula de 50 minutos.****Conteúdo:** O etnocentrismo europeu e os impactos da conquista da América.**Habilidade da BNCC:**

(EM13CHS601) Relacionar as demandas políticas, sociais e culturais de indígenas e afrodescendentes no Brasil contemporâneo aos processos históricos das Américas e ao contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual.

Objetivo:

- Provocar o interesse dos alunos para o entendimento de que uma escola que não trabalha questões das relações raciais está fadada a reproduzir o racismo estrutural na sociedade. Nesse sentido, é preciso pensar os corpos negros fora e dentro da escola.

Metodologia:

Escolha imagens da representatividade negra conhecida nacionalmente, junte com outras imagens de profissões que não é comum ter negros e problematize a dinâmica conforme o exemplo a seguir.

Atividade 01 – Pensar negro. Por que a escola não pensa a negritude se nela há negros?

Inicie a aula com as imagens selecionadas para serem expostas pelo *Educatron*. Comece o diálogo com os alunos destacando a escola como um espaço plural e contraditório, uma vez que é um local potencializador do racismo. Inicie a atividade de forma oral, lançando aos/as alunos/as algumas reflexões.

Pense numa pessoa bem-sucedida. Uma pessoa exemplar, elegante, que você admira. Uma pessoa bonita e culta que sempre está em suas lembranças. Não precisa ser parente, pode ser amigos/as, vizinhos/as, até mesmo pessoas que não te conheçam. Diga à turma que a escola neste dia estará recebendo uma médica e um dentista que estarão fazendo uma palestra sobre saúde no pátio da escola após o recreio. Para ficar mais à vontade, diga à turma que ninguém vai precisar revelar a pessoa que pensou. No final, pergunte:

- Você pensou em algum/a negro/a?
- E os profissionais de saúde, você pensou em uma médica negra ou dentista negro?

A seguir, mostre as imagens abaixo:



Figura 63 – Vinícius Júnior, jogador de futebol. Fonte: reprodução da internet.



Figura 64 – Lewis Hamilton, piloto de Fórmula 1. Fonte: reprodução da internet.



Figura 65 – Bárbara Reis, atriz brasileira. Fonte: reprodução da internet.



Figura 66 – Dentista negro. Fonte: reprodução da internet.



Figura 67 – Médica negra. Fonte: reprodução da internet.



Imagem 68 – Imagem problematizadora para a discussão. Fonte: Acervo pessoal do autor.

Professor (a):

Peça aos alunos (as) para expressarem suas opiniões acerca das imagens. Estimule o debate e a reflexão acerca do fato de boa parte das pessoas estranhar o fato de corpos negros ocuparem espaços de poder e prestígio social. Como explicar tal situação? Por que uma situação que deveria ser comum e natural em qualquer sociedade democrática não é tida como tal em nosso país?

Atividade 02 – Lápis cor da pele e a padronização do racismo na infância escolar.

Professor (a):

Oriente seus alunos a escreverem em um pedaço de papel, sem se identificar, qual cor da pele eles lembram quando se fala: lápis cor da pele. Em seguida, separe as respostas e trabalhe os resultados. Problematize qual a cor foi mais lembrada como referência às pessoas e problematize a cor da pele preta, ausente do padrão bege naturalizado como oficial. A seguir, passe para eles o documentário “Dúdú e o Lápis Cor da Pele” contido no YouTube.

Vídeo no link: https://www.youtube.com/watch?v=-VGpB_8b77U

Figura 69 – Dúdú e o Lápis Cor da Pele



Fonte: reprodução da internet.

A partir do documentário, discuta com os alunos qual a tonalidade de pele lembrada nas escolas quando se fala lápis cor da pele, em seguida responda:

- Aponte exemplos de cores de lápis que podem representar a pele da comunidade estudantil desta escola.
- Se a população negra (pretos e pardos) representa mais da metade dos brasileiros, qual o motivo de ter uma determinada cor de lápis para representar uma cor que não é a pele preta? Reúna os estudantes em grupos e promova um debate sobre a temática.

AULA 08: O ENSINO DE HISTÓRIA E A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Unidade Temática: História Recente.**Número de aulas: 02 (duas) aulas de 50 minutos.****Conteúdo:** O etnocentrismo europeu e os impactos da conquista da América.**Habilidade da BNCC:**

(EM13CHS601) Relacionar as demandas políticas, sociais e culturais de indígenas e afrodescendentes no Brasil contemporâneo aos processos históricos das Américas e ao contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual.

Objetivos:

- Despertar a atenção dos alunos para perceberem o racismo estrutural e institucional em sua rotina diária.
- Identificar as formas de racismo existentes na escola.
- Entender que o racismo não é um problema da população negra, mas de toda a sociedade, e que a escola tem papel fundamental para transformar essa realidade, e isso é uma urgência.
- Reconhecer a importância de combater e denunciar toda e qualquer forma de racismo.

Metodologia:

Apresente fotos e propagandas para apreciação e constatação das formas de racismo no Brasil. Aplicado uma atividade de valorização da herança da cultura africana e afro-brasileira.

O antirracismo enquanto dívida da sociedade brasileira

Não é possível não ser racista em um país estruturalmente racista como o Brasil. Por mais antirracista que a pessoa branca seja, ela se beneficia do racismo, mesmo sem querer. E é nisso que todo/a educador/a, todo estudante branco/a precisa se conscientizar, no mínimo. Segundo Pinheiro (2023, p. 57). “Pessoas brancas no Brasil são racistas, e pessoas negras reproduzem o racismo – inevitavelmente internalizado – contra elas mesmas”.

Logo, é tarefa para ontem a inserção de ações antirracistas nos espaços que mais se utilizam da proliferação do racismo. Em uma sociedade conservadora, há escolas racistas com professores racistas que se omitem do combate ao preconceito e outros tipos e vários tipos de discriminação.

Contudo, identificar o racismo estrutural, apontando suas manifestações institucionais, derrubando a sua invisibilidade, é um curso que logrará êxito para atingir um país menos

racista e intolerante com o racismo. Assim, o melhor caminho para esse trabalho é a educação localizada nas escolas brasileiras, sem distinção.

Atividade 01 – Identificar o racismo estrutural e institucionalizado, sempre.



Figura 70 – Formando de jalecos e branquitude.
Fonte: reprodução da internet.



Figura 71 – Garis do Rio de Janeiro e a negritude. Fonte: reprodução da internet.

1-) Assinale a única alternativa correta. As fotos acima representam qual tipo de racismo?

- a) () Racismo recreativo.
- b) () Racismo individual.
- c) () Racismo estrutural.
- d) () Racismo institucional.

a) A seguir, justifique a sua resposta.

Atividade 02 – Conhecer e valorizar as palavras africanas em nosso vocabulário.

Vamos à praia de tanga ou sunga, carregamos a canga na mochila, calçamos tamanco. Brincamos o carnaval da Bahia com abadá, ou dançamos samba com muita ginga, embalados pela cuíca, agogô e ganzá. Comemos caruru e mocotó, botamos dendê no acarajé e no vatapá... Fumamos cachimbo, bebemos água de moringa, damos um pito, tomamos um gole de cachaça, usamos carimbo e não gostamos de camundongo.

a-) Identifique as palavras de origem africana em nosso vocabulário no texto acima.

GABARITO:

Vamos à praia de **tanga** ou **sunga**, carregamos a **canga** na mochila, calçamos **tamanco**. Brincamos o carnaval da Bahia com **abadá**, ou dançamos **samba** com muita **ginga**, embalados pela **cuíca**, **agogô** e **ganzá**. Comemos **caruru** e **mocotó**, botamos dendê no **acarajé** e no **vatapá**... Fumamos **cachimbo**, bebemos água de **moringa**, damos um **pito**, tomamos um gole de cachaça, usamos **carimbo** e não gostamos de **camundongo**.

Atividade 03 – Racismo não é um mal-entendido, denuncie as propagandas racistas ao seu redor.



Figura 72 - Propaganda da cerveja devassa. Fonte: reprodução da internet.



Figura 73 - Propaganda racista da Bombril.
Fonte: reprodução da internet



Figura 74 - Propaganda racista do governo do DF. Fonte: Brasil de Fato³⁹

³⁹ Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2023/07/14/propaganda-do-governo-do-df-associa-cabelo-de-homem-negro-a-queimadas>.

Figura 75 – Propaganda racista da Dove



Fonte: reprodução da internet.

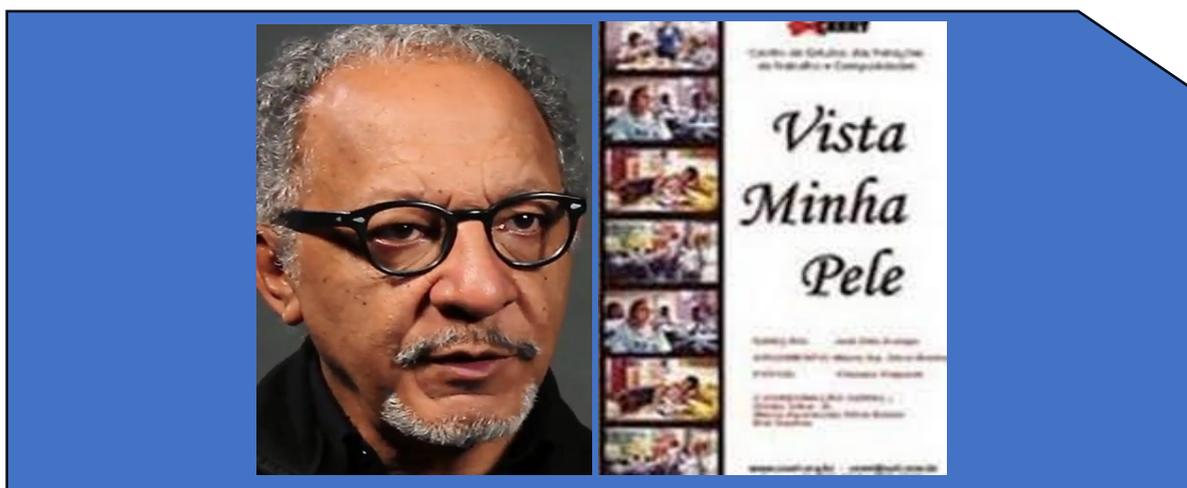
a) Identifique detalhadamente as características que deixam cada propaganda acima ser considerada racista. Na sua opinião, qual delas é mais apelativa na desumanização da população negra?

b) Elabore uma carta à Dove exigindo uma retratação referente à propaganda racista. Nela, aponte detalhadamente os exemplos em que a publicidade foi extremamente racista. Sugira alguns exemplos de propagandas antirracistas.

Atividade 04 – Empatia com a população negra.

Uma das formas de se trabalhar a empatia dos alunos para a questão racial é promover atividades em que os mesmos possam se colocar no lugar daqueles que sofrem cotidianamente com o racismo e a discriminação no Brasil. Nesse sentido, uma excelente atividade pode ser feita a partir do curta-metragem *Vista a minha pele*, do cineasta Joel Zito Araújo.⁴⁰

Figura 76 - Joel Zito, cineasta e pesquisador.



Fonte: reprodução da Internet.

Cineasta Joel Zito Araújo

O filme é uma paródia da realidade brasileira e tem como proposta a inversão das posições sociais de brancos e negros. Assim, na História em questão, os negros são a classe dominante e os brancos dominados, posto que foram escravizados. Os países pobres são, por exemplo, a Alemanha e a Inglaterra, e os países ricos são a África do Sul e Moçambique, por exemplo. É nessa realidade que Maria, uma menina branca pobre, que estuda num colégio particular graças à bolsa-de-estudos que tem pelo fato de sua mãe ser faxineira da escola, luta contra as hostilidades de seus colegas por conta de sua cor e condição social.

Professor (a):

Após a assistência do filme, organize a turma e promova uma roda de conversa para que estes possam expressar suas opiniões. Procure incentivá-los a dizer o que sentiram ao ver uma sociedade em que os brancos são tidos como inferiores econômica e socialmente aos negros. Peça-os para relatarem as cenas que mais lhes chamaram a atenção.

⁴⁰ O filme pode ser assistido em: <https://www.youtube.com/watch?v=FRq4fkkm5Iw>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve por objetivo a construção de uma Sequência Didática com atividades pedagógicas voltadas para uma educação antirracista no ensino de História. A escolha de tal tema e abordagem ocorreu em face da importância e necessidade de se problematizar o racismo e seus efeitos na sociedade brasileira, onde a população negra é cotidianamente vítima de diferentes formas de violências, inclusive do preconceito, da discriminação e do racismo.

As aulas foram pensadas e planejadas tendo como fio condutor o uso de imagens – aqui entendidas em sentido amplo: fotografias, gravuras, charges, filmes, clipes musicais, gráficos, tabelas, memes, etc. Tal caminho foi trilhado tendo em vista a força que as imagens exercem na sociedade contemporânea, sobretudo depois da difusão da internet e do advento das redes sociais. Nos dias de hoje, a grande maioria das pessoas compartilha sons, textos e, sobretudo, imagens. Estas, por sua vez, são carregadas de valores e sentidos que precisam ser interpretados criticamente sob pena de reproduzirmos ideologias, estereótipos e preconceitos, como no caso do racismo. Daí também a necessidade de entendermos como funciona cada linguagem imagética para melhor trabalharmos em sala de aula.

Por mais que hoje se reconheça a existência e força do racismo em nossas relações cotidianas, ainda há muita gente que defende o contrário; preferindo acreditar e propalar que tal prática não existe entre nós dado o fato de que aqui impera uma “democracia racial”, como defendia Gilberto Freyre e seus discípulos. Entretanto, como vimos ao longo do primeiro capítulo, o racismo é algo estrutural, posto que está na base de nossa formação social. Prova disso é a forma como a grande maioria de nossas instituições – públicas e privadas – trata a população negra. As denúncias de atos racistas que estampam, com uma frequência cada vez maior, as capas de jornais e as redes sociais são prova incontestável de que tal manifestação não é algo individual e casual, mas sim algo que está entranhado em nossas vidas – daí a necessidade de combatê-lo de forma coletiva.

Nesse processo, cabe à escola um importante papel devido à sua poderosa influência na socialização dos indivíduos desde a mais tenra idade até a vida adulta. Como instituição social e também como um microcosmo da sociedade, a escola é uma instituição onde o racismo se faz presente. Não à toa que os índices de evasão escolar afetam sobretudo a população negra que ali é discriminada de diversas formas; seja pela ausência histórica de sua História e cultura no currículo escolar, seja pelos atos discriminatórios entre alunos e demais

membros da comunidade escolar. Felizmente, com a aprovação das leis 10.639/03 e 11.645/08, abriu-se um caminho para a superação dessas injustiças com a obrigatoriedade do ensino e da História e cultura afro-brasileira e indígena em nossas escolas.

Foi a partir desses pressupostos que planejamos uma Sequência Didática como proposta de atividades de uma educação antirracista no ensino de História a partir do uso de imagens. Para sua elaboração, também agregamos outras fontes históricas para melhor embasar as aulas. Temas como a presença histórica do racismo, a maneira como ele opera em nossa sociedade, os tipos de racismo e os privilégios da branquitude foram aqui abordados a partir de situações e casos concretos como forma de chamar a atenção e impactar os alunos (as) para a necessidade de nos unirmos na luta antirracista – que é de todos!

Esperamos que o resultado possa servir de apoio e inspiração a outros professores (as) nessa difícil, mas necessária e urgente tarefa!

REFERÊNCIAS

- ABREU, Cíntia B. de. **Também com memes se ensina e se aprende história: uma proposta didático-histórica para o Ensino Fundamental II**. Curitiba, CRV, 2021.
- ABREU, Martha e SOIHET, Raquel (Orgs.). **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ARAÚJO, E. R. **Usos de memes de internet na aprendizagem histórica: uma proposta de educação étnico-racial no Centro de Ensino Fortunato Moreira Neto, em Porto Franco-MA**. 2020. (Dissertação em Ensino de História) – Mestrado Profissional em Ensino de História, Universidade Federal do Tocantins, Palmas.
- BARCA, Isabel. Aula Oficina: do projecto à avaliação. _____ (Org.) **Para uma educação histórica de qualidade**. Actas das IV Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga: Universidade do Minho, 2004, p.131-144.
- BELLUZO, Ana Maria de Moraes. "A tradição da caricatura no Brasil e Angelo Agostini". In: Voltolino e as raízes do modernismo no Brasil. São Paulo: Ed. Marco Zero/CNPq, 1992.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. Circe et all (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 9º ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- CALADO, Isabel. **A utilização educativa das imagens**. Lisboa: Porto Editora, 1994.
- CAVALLEIRO, Eliane. "A educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor". CAVALLEIRO, Eliane. (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2003, p. 141-160.
- _____. Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- DA MATTA, Roberto. "Notas sobre o racismo à brasileira". Em: SOUZA, Jessé. (Org.) **Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil e Estados Unidos**. Brasília: Paralelo 15, 1997, pp. 69-74.

DEBRET, Jean-Baptiste. (1834-1839). *Voyage pittoresque et historique au Brésil* Paris: Firmin Didot Frères, Imprimeurs de l'Institut de France. (Tradução brasileira de Sérgio Milliet, *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, 1940).

DESMURGET, Michel. **A fábrica de cretinos digitais: os perigos das telas para nossas crianças**. São Paulo: Vestígio, 2021.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FEITOSA, Caroline Felipe Jango. **Aqui tem racismo!: um estudo das representações sociais e das identidades das crianças negras**. São Paulo: Editora livraria da física, 2017.

FELIPE, Delton A. **O cinema no ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica**. Curitiba: CRV, 2015.

FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Maria Dias de (Coord.). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História**. Campinas/SP: Papyrus, 2003.

FONSECA, Dagoberto José. **Você conhece aquela? A piada, o riso e o racismo à brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

GASKELL, Ivan. **História das Imagens**. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

GOMES, Nilma Lino e SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves (Orgs.). **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. 3^a. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____. Nilma Lino. **O movimento negro educador**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2017.

GONÇALVES, Petronilha Beatriz et al. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil**. *Educação*, v. 30, n. 3, 2007.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira & SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. In: **Revista Brasileira de Educação**, n.15, set. out. nov. dez. 2000.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **“Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito”**. In: *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Ed. 34, 2002, pp. 137-168.

_____. Antônio Sérgio Alfredo. **Modernidades Negras. A formação racial brasileira (1930-1970)**. São Paulo: Editora 34, 2021.

_____. Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2005.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados**. 13ª ed. rev. e amp. Campinas: Papyrus, 2015.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Apicuri/PUC, 2016.

_____. Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HUPP, Wallace Manoel. **Leitura de imagens em livros didáticos de história**. 1ªed. Curitiba: Appris, 2014.

KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.

KUBRUSLY, Cláudio A. **O que é Fotografia**. Brasiliense, São Paulo, 1982.

LEE, Peter. **Em direção a um conceito de literacia histórica**. Dossiê: Educação Histórica. In: Educar em Revista. Curitiba: Ed. UFPR, n. especial, 2006, p.131-150.

LEITE, Miriam M. Texto visual e texto verbal. In: BIANCO, Bela e LEITE, Miriam M. (orgs.). **Desafios da imagem**. Campinas: Papyrus, 1998.

LIEBEL, Vinícius. Charges. In: RODRIGUES, R. (org.). **Possibilidades de Pesquisa em História**. 1ed. São Paulo: Contexto, 2017.

MANGUEL, Alberto. **Lendo imagens: uma história de amor e ódio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOCELLIN, Renato. **O cinema e o ensino de história**. Curitiba: Nova Didática, 2002.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. 1.ª ed. São Paulo: Pólen Livros, 2020.

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. **Ensino de história e imagem: territórios possíveis**. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). O ensino de história em questão: cultura histórica, usos do passado. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: Cadernos PENESB. 15-34. Niterói: EDUFF, 2004, pp. 15-34.

_____. Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – 1999.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2005.

NASCIMENTO, Abdias. **Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões**. In.: *Estudos Avançados*. Vol. 18. N.º 50. São Paulo: 2005, pp. 209-224.

NOGUEIRA, Oracy. NOGUEIRA, Oracy. **"Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem"** In: Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985, pp. 67-93.

OLIVEIRA, Dennis. **Racismo Estrutural: uma perspectiva histórico-crítica**. São Paulo: Dandara Editora, 2021.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes. **História da África e dos africanos na escola: desafios políticos, epistemológicos e identitários para a formação de professores de História**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2012.

ORTIZ, Renato. 1- **"Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX"**; e 2- **"Da raça à cultura: a mestiçagem e o nacional"**. In: Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 5ª Ed., 9ª reimpressão, 2006, pp. 13-35 e 36-44.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. 3º ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **Apartheid: apogeu e crise do regime racista na África do Sul (1948-1994)**. In: MACEDO, JR. (Org). Desvendando a história da África [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PEREIRA, Amilcar Araújo. **"Por uma Autêntica Democracia Racial!"**: os Movimentos Negros nas Escolas e nos Currículos de História. *História Hoje*, v. 1, n. 1, p. 111-128, 2012.

_____. Amilcar Araújo. **O "mundo negro": relações raciais e a constituição do Movimento Negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas/Faperj, 2013.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta, 2003, 160p.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhias das Letras, 2019.

SALIBA, E. T. "As imagens canônicas e a História". In: CAPELATO, M. H. et al. **História e cinema: Dimensões históricas do audiovisual**. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2011, p. 85-96.

SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade) -Ministério da Educação. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal 10.639/03**. Brasília: MEC-SECAD, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; REIS, Leticia Vidor (Org.). **Negras Imagens: ensaios sobre Cultura e escravidão no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

_____. Lilia. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870/1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (Org). **Aprender História: perspectivas da educação histórica**. Ijuí: Editora UNIJUI, 2009.

_____. Maria Auxiliadora & CAINELLI, Marlene (Org.). **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

_____. Maria Auxiliadora e GARCIA, Tânia Maria Braga. **A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de História**. Dossiê: Ensino de História: novos horizontes. Cadernos Cedes. Campinas, vol. 25, n.67, p. 297-308, set./dez. 2005.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido” o “branco” e o “branquíssimo”. Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. Tese (Doutorado em Pedagogia) – Universidade de São Paulo.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: Ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TELLES, Edward. **“Discriminação racial”**. In: Racismo à brasileira. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003, pp. 221-262.

TRINDADE, Luíz Valério. **Discurso de ódio nas redes sociais**. São Paulo: Jandaia, 2022.

VITÓRIA, B. Z. **Sobre memes e mimimi: letramento histórico e midiático no contexto do conservadorismo e intolerância nas redes sociais**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

WIEVIORKA, Michel. *El Espacio del racismo*. Barcelona: Ediciones Paidós; Buenos Aires: Editorial Paidós, I a edición, 1992, 274 páginas. Tradução do original L'espace du racisme. Traducción de Isidro Arias. Paris: Éditions du Seuil, 1991.

ZABALA, A. **A Prática Educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZAMBONI, Ernesta & DE ROSSI, Vera Lúcia (Org.). **Quanto tempo o tempo tem!** Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.